O SUL

ÔNIBUS DE PORTO ALEGRE E INTERMUNICIPAIS TÊM PASSE-LIVRE NESTE DOMINGO DE 2º TURNO ELEITORAL; TRENSURB LIBERA CATRACAS.

Alex Rocha/Arquivo PMPA

Repetindo logística adotada na primeira etapa das eleições, Porto Alegre terá passe-livre nos coletivos do transporte público para o segundo turno de votação presidencial, neste domingo (25). Também haverá catracas liberadas nas 22 estações de metrô da Trensurb que atendem a Capital e outras cinco cidades da Região Metropolitana. Página 47

BRASIL CHEGA AO 2º TURNO ENTRE FLÁVIO E LULA COM A ELEIÇÃO MAIS IMPREVISÍVEL DA HISTÓRIA DO PAÍS.

Página 3

Ricardo Duarte/Internacional

INTER VENCE EM CASA O BOTAFOGO POR 3 A 0 E DEIXA A ZONA DE REBAIXAMENTO NO BRASILEIRÃO.

Diante de 34 mil torcedores na chuvosa tarde desse sábado (24), o Inter venceu o Botafogo por 3 a 0 no Estádio Beira-Rio, em jogo válido pela 31ª rodada do Campeonato Brasileiro. O placar fez o Colorado subir um degrau na tabela, em 16º lugar (35 pontos) e pela primeira vez fora da zona de rebaixamento em quase dois meses. A próxima partida é na quarta-feira (28), fora de casa, contra o Fluminense – quinto colocado. Página 63

DEBATE NA GLOBO PODE VIRAR VOTOS? ESPECIALISTAS APONTAM OS MOMENTOS CAPAZES DE PESAR NA DECISÃO DO ELEITOR.

Página 4

O presidente da República eleito neste domingo poderá indicar 45 dirigentes para agências e órgãos reguladores e 12 integrantes para tribunais superiores já no primeiro ano de governo.

O presidente da República eleito neste domingo (25) poderá indicar 45 dirigentes para agências e órgãos reguladores e 12 integrantes para tribunais superiores já no primeiro ano de governo.

Os desentendimentos entre o presidente Lula (PT) e o Senado travaram a ocupação de parte dos cargos, incluindo Banco Central, STF (Supremo Tribunal Federal) e Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Assim, se eleito, Flávio Bolsonaro (PL) terá a chance de fazer indicações que caberiam a Lula caso o petista não consiga o quarto mandato e os senadores deixem esses nomes para escolha do futuro mandatário.

O levantamento feito pela Folha soma vagas que já existem com as que vão abrir até o final de 2027 e mostra que o futuro chefe do Executivo poderá alterar a correlação de forças nessas instituições, alinhando-as mais à direita ou à esquerda no espectro político por anos. No atual governo, o Senado quis impor a própria vontade sobre parte dos nomes, o que travou as escolhas.

Até o fim deste ano, Lula poderá enviar ao Congresso Nacional 32 nomes para diretorias em agências e órgãos reguladores, das quais seis se referem a cargos de presidentes e diretores-gerais. As vagas não foram ocupadas diante da dificuldade de o petista obter os votos para a aprovação.

O caso mais emblemático é o do Banco Central. Desde o início de 2026, Lula tem à disposição duas indicações para a autoridade monetária, mas os nomes ainda não foram apresentados.

Desde o encerramento dos mandatos dos diretores de Política Econômica, Diogo Guillen, e de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Renato Gomes, em 31 de dezembro de 2025, as duas cadeiras estão ocupadas interinamente por outros membros do colegiado.

Interlocutores ouvidos pela Folha dizem que o petista não abrirá mão das duas indicações neste ano, mas não há garantia de aprovação pelos senadores. Se ele não conseguir preencher os cargos, Flávio teria condições de, caso eleito, conquistar maioria no colegiado já no segundo ano de governo.

Duas diretorias ficarão vagas em 28 de fevereiro, e outras duas, em 31 de dezembro de 2027. O Banco Central tem nove cargos de chefia, incluindo o do presidente, Gabriel Galípolo —o escolhido por Lula tem mandato até 31 de dezembro de 2028.

A autoridade monetária ganhou autonomia em 2021, com a criação de mandatos para os dirigentes. A justificativa era blindar o BC de interferência política na definição da política de juros, o que, em tese, ajudaria no controle da inflação do país.

No Cade, responsável por zelar pela livre concorrência entre as empresas, os dois cargos mais importantes ficaram vagos na metade deste ano e também não foram preenchidos por Lula: a Presidência do tribunal do órgão e a chefia da Superintendência-Geral, área técnica que comanda as investigações concorrenciais contra grandes empresas.

Na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), órgão acusado de falhar nas investigações contra o Banco Master, há duas vagas. Uma delas já teve indicação de Lula, ainda não aprovada pelo Senado. No próximo ano, o eleito poderá escolher o presidente da autarquia, responsável por regular o mercado de capitais.

Uma agência poderosa que também terá a cadeira da diretoria-geral disponível no próximo ano é a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Hoje, o chefe é Sandoval Feitosa, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2022, último ano do governo. O mandato é de cinco anos.

Ao longo do governo Lula, Sandoval travou disputas com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre a autonomia e condução da agência. A próxima indicação poderia, portanto, ter uma relação mais azeitada com o Executivo, já que ambos serão escolhidos pelo mesmo presidente.

Em relação às demais ocupações nas agências, o futuro chefe de governo terá todas à disposição até o final de 2030.

Reprodução

Lula e Flávio Bolsonaro disputam o segundo turno neste domingo (25).

Já em relação ao Poder Judiciário, das 12 vagas abertas até o fim do próximo ano, cinco já estarão disponíveis ao fim do atual mandato, o que dá margem para que Lula faça as escolhas. A seleção pelo petista, no entanto, depende de outros fatores, como a velocidade dos próprios tribunais, que fazem a seleção por listas tríplices, e de negociações com o Senado, que aprova os indicados.

O maior impacto será justamente na mais alta corte do país, o STF. O nome indicado por Lula, o do advogado-geral da União, Jorge Messias, foi rejeitado neste ano.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e aliados do petista negociam a indicação do ex-senador e atual ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Rodrigo Pacheco para a vaga após o segundo turno, caso o petista seja derrotado. Assim, evitariam que Flávio Bolsonaro pudesse escolher mais ministros para a corte.

Se isso ocorrer, ficaria preenchida a cadeira de Luís Roberto Barroso e uma nova cadeira só seria desocupada em 2028, com a aposentadoria compulsória de Luiz Fux, aos 75 anos de idade. Em 2029, será a vez de Cármen Lúcia se aposentar. Em 30 de dezembro de 2030, Gilmar Mendes deve deixar a cadeira, mas a indicação pode ficar para o presidente seguinte dado o período de vacância.

No STJ (Superior Tribunal de Justiça), existe uma vaga desde abril, mas Lula ainda não recebeu do tribunal a lista tríplice. Outra cadeira deve ser desocupada em breve –a corte decidiu em agosto pela demissão de Marco Buzzi por assédio, importunação sexual e injúria contra duas mulheres, mas falta o STF homologar a decisão. O ministro nega as acusações.

Além deles, se aposentarão compulsoriamente até 2030 outros cinco ministros do STJ (um deles, Og Fernandes, em novembro deste ano), quatro do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e dois do STM (Superior Tribunal Militar). No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), onde os ministros possuem mandatos de dois anos, o presidente eleito poderá indicar dois dos sete titulares, e dois substitutos.

Uma outra vaga no TST já foi indicada por Lula, com a escolha do desembargador Sergio Torres Teixeira, mas o Senado ainda não realizou a sabatina e votação.

Além das 12 cadeiras disponíveis até o fim do próximo ano, o eleito ainda terá mais 10 nomeações para os tribunais superiores no seu mandato. Isso lhe permitirá influenciar 22% dos votos nas instâncias mais altas do Judiciário.

Brasil chega ao 2º turno entre Flávio e Lula com a eleição mais imprevisível da história do País.

O Brasil chega ao segundo turno da eleição presidencial, marcado para este domingo (25), com uma das disputas mais acirradas desde a redemocratização. Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparecem tecnicamente empatados nas pesquisas, após o senador terminar o primeiro turno à frente do presidente por 1,87 ponto percentual.

A campanha foi marcada por embates judiciais, acusações de corrupção, manifestações, mobilização de artistas e influenciadores e questionamentos sobre plataformas digitais. Para Karolina Mattos Roeder, professora de Ciência Política da Uninter, a polarização e a margem estreita tornam o resultado imprevisível.

“A disputa é imprevisível porque reúne polarização estável e margem mínima. As pesquisas do segundo turno apontam empate técnico. Nesse cenário, qualquer variação pequena de comparecimento ou de voto nulo e branco pode decidir o resultado”.

Pesquisas

A pesquisa Quaest, divulgada nesse sábado (24), mostra Flávio com 51% dos votos válidos, contra 49% de Lula. O levantamento ouviu 3.702 pessoas entre os dias 23 e 24 de outubro, com margem de erro de dois pontos percentuais, e foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-09158/2026.

O levantamento mais recente do Datafolha, também divulgado nesse sábado, aponta resultado semelhante: Flávio tem 51% dos votos válidos, contra 49% de Lula. Nos votos totais, o senador registra 48% das intenções de voto, enquanto o presidente aparece com 47%. Brancos e nulos somam 3%, e 2% dos entrevistados estão indecisos. Foram ouvidos 4.050 eleitores entre os dias 23 e 24 de outubro, com margem de erro de dois pontos percentuais e nível de confiança de 95%.

A pesquisa BTG Pactual/Nexus aponta Flávio com 50,5% dos votos válidos, ante 49,5% de Lula. Já o levantamento CNT/MDA indica 50,7% para o senador e 49,3% para o presidente. Todos os levantamentos apontam empate técnico.

No primeiro turno, Flávio obteve 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula, uma diferença de aproximadamente 2,2 milhões de votos.

Segundo Karolina, as pesquisas enfrentam dificuldades para prever o comparecimento às urnas e estimar a transferência de votos dos candidatos derrotados na primeira etapa.

Debates e acusações

Na reta final, Lula participou de uma entrevista ao SBT, enquanto Flávio recusou o convite. Ambos, porém, participaram de sabatinas da TV Globo.

No debate da Band, realizado no domingo (18), predominaram acusações de corrupção e questionamentos sobre familiares. Também foram discutidos temas como segurança pública, saúde, economia e o fim da escala de trabalho 6x1.

Lula cobrou explicações sobre os R$ 134 milhões que Flávio teria pedido ao banqueiro Daniel Vorcaro para financiar ”Dark Horse”, filme sobre Jair Bolsonaro (PL). O senador questionou Lula sobre suspeitas envolvendo seu filho Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, e investigações sobre fraudes no INSS.

Arte/Terdag Media

Disputa entre Flávio e Lula é uma das mais acirradas desde a redemocratização.

Outro destaque foi a discussão sobre a abertura dos sigilos bancários e telefônicos dos candidatos.

Sigilos

Lula apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um requerimento autorizando a abertura de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, além dos dados da primeira-dama, Janja Lula da Silva, e dos cinco filhos, caso Flávio fizesse o mesmo.

Na última quinta-feira (22), as campanhas chegaram a um acordo para disponibilizar informações fiscais e telemáticas. A negociação envolveu divergências sobre os dados e as pessoas incluídas. A iniciativa ainda dependia de aprovação do ministro André Mendonça.

TSE e Meta

A Justiça Eleitoral também esteve no centro de controvérsias envolvendo o canal de WhatsApp “Exército do Lula”, criado pelo deputado André Janones (Rede-MG). O presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, determinou a suspensão do canal por falta de registro formal, enquanto o corregedor-geral eleitoral, Ricardo Villas Bôas Cueva, derrubou uma das decisões e autorizou sua continuidade. O episódio provocou críticas e acusações de favorecimento político.

A Meta também foi questionada após retirar do Instagram um teaser da série jornalística ”Revelando”, apresentado por MC Cabelinho e crítico à trajetória política de Flávio.

A empresa alegou que a restrição seguia regras eleitorais sobre conteúdos gerados ou alterados por inteligência artificial nas 72 horas anteriores à votação. A produção negou o uso da tecnologia e republicou o vídeo. Foi a segunda vez que um conteúdo da série crítico ao senador foi retirado pela plataforma, que anteriormente havia alegado erro e pedido desculpas. (Com informações do portal Terra)

Debate na Globo pode virar votos? Especialistas apontam os momentos capazes de pesar na decisão do eleitor.

O último debate entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), exibido na noite de sexta-feira (23) pela TV Globo, pode ter ajudado a definir votos na reta final da disputa presidencial. Além de avaliar quem teve melhor desempenho, a questão é quais falas podem convencer eleitores que ainda não decidiram em quem votar no segundo turno.

Na avaliação de duas especialistas consultadas pelo portal Terra, alguns momentos podem repercutir para além do público que acompanhou a transmissão. Entre eles estão as perguntas de Flávio sobre o custo de vida, a reação de Lula à provocação sobre o acidente que sofreu quando jovem e as discussões sobre licença-maternidade e programas sociais. Ataques pessoais e respostas consideradas frágeis, por outro lado, podem dificultar a conquista de novos eleitores.

A cientista política Mayra Goulart, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avalia que houve falas com potencial para alcançar indecisos dos dois lados. Um dos momentos destacados foi a tentativa de Flávio de relacionar a discussão econômica ao cotidiano das famílias. Ao perguntar "seu salário já acabou?" e retratar pessoas parcelando a compra de comida, o senador procurou dialogar com quem sente a pressão das despesas no orçamento.

As promessas de manter programas sociais, reajustar o salário mínimo acima da inflação e ampliar o ensino integral também podem ajudar a atrair eleitores preocupados com a continuidade dos benefícios. Flávio ainda mencionou repetidamente a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo, buscando associar sua candidatura a uma experiência administrativa.

Vargas-Maia também identificou avanços na apresentação de propostas. Segundo ela, o senador conseguiu apresentar medidas mais pontuais e se comunicar de forma mais direta do que no debate anterior, na Band. A tentativa de se apresentar como candidato do futuro pode atrair quem deseja mudanças, embora o desafio seja transformar essa imagem em confiança.

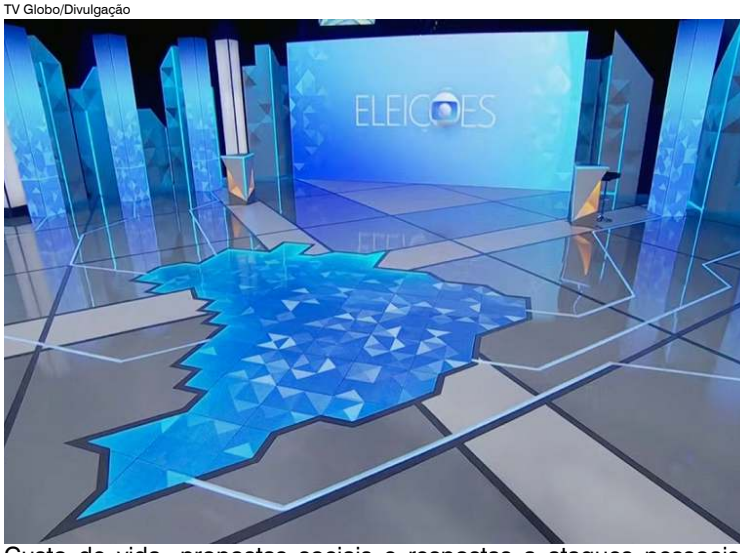
Agressividade

Apesar do discurso econômico, os ataques pessoais podem produzir o efeito contrário. Vargas-Maia avalia que Flávio voltou a demonstrar agressividade e dificuldade para responder a algumas perguntas.

Um dos episódios ocorreu durante a discussão sobre Ana Clara, cuja mãe estava na plateia. Flávio se confundiu ao chamar a mãe pelo nome da filha falecida e, depois, defendeu o policial envolvido, argumentando que ele ainda não havia sido julgado. Para Vargas-Maia, o momento exigia uma resposta mais cuidadosa, por se tratar de uma questão sensível.

Outro episódio foi quando o senador chamou Lula de "nove dedos". A professora considerou a fala agressiva e avaliou que o pedido de desculpas feito em seguida foi insuficiente.

TV Globo/Divulgação



Custo de vida, propostas sociais e respostas a ataques pessoais podem influenciar indecisos.

A discussão sobre cortes no orçamento também pode ter limitado o alcance das propostas de Flávio. Pressionado por Lula sobre como reduzir os juros e, ao mesmo tempo, manter ou ampliar programas como o SUS e o Bolsa Família, o senador não teria esclarecido de onde viriam os cortes.

Discurso trabalhador

Do lado de Lula, Vargas-Maia destacou a resposta à provocação sobre o acidente sofrido pelo presidente aos 17 anos, que resultou na perda de um dedo.

Lula transformou o ataque em uma defesa de sua trajetória como trabalhador e questionou a relação do adversário com a população que depende do salário para viver. Goulart também considera que a resposta teve potencial para repercutir.

Licença-maternidade e bets

As discussões sobre mulheres também produziram momentos relevantes. No debate sobre licença-maternidade, Flávio reconheceu ter errado em sua posição anterior, falou do próprio casamento e afirmou que hoje votaria de outra forma. Para Goulart, a resposta neutralizou parte do ataque de Lula, embora o presidente tenha argumentado que o senador só havia mudado de posição por estar disputando a eleição.

Lula também abordou a pandemia de covid-19, mencionando a mãe do humorista Paulo Gustavo e as mortes que poderiam ter sido evitadas. Além disso, criticou as apostas on-line, conhecidas como bets, por consumirem recursos que poderiam ser destinados a despesas básicas, como o leite das crianças.

Para Goulart, essas falas podem repercutir especialmente entre as mulheres por mobilizarem temas ligados à maternidade e ao cuidado familiar. (Com informações do portal Terra)

pampa
NAS ELEIÇÕES
2026
COBERTURA MULTIPLATAFORMA
APURAÇÃO EM TEMPO REAL
ANÁLISE E COMENTÁRIOS
ENTREVISTAS EXCLUSIVAS
REPERCUSSÃO DOS RESULTADOS
CONVIDADO ESPECIAL
VOLTAIRE SANTOS
APRESENTAÇÃO:
PAULO SÉRGIO PINTO
CONVIDADO ESPECIAL
GUSTAVO PAIM
NESTE DOMINGO
25 DE OUTUBRO
A PARTIR DAS
17H
TRANSMISSÃO AO VIVO
tv pampa

Saiba como a imprensa internacional repercutiu o último debate entre Flávio e Lula.

O último debate entre o senador Flávio Bolsonaro (PL) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), realizado pela TV Globo, ganhou destaque na imprensa internacional. Reportagens de jornais e agências de notícias de diferentes países destacaram os embates sobre economia, segurança pública e as relações do Brasil com os Estados Unidos. A repercussão internacional apontou diferenças no tom dos candidatos, com "um Flávio mais contido e um Lula mais ao ataque".

Os veículos também chamaram a atenção para as provocações pessoais, especialmente a fala de Flávio sobre os "nove dedos" de Lula, mencionada na maioria das publicações analisadas. Veja os destaques abaixo.

El País, da Espanha: destacou que, durante o debate de mais de duas horas, o tom foi mais construtivo do que no primeiro encontro, embora ainda tenham ocorrido provocações e insultos. Lula, que começou cauteloso, acabou colocando o rival na defensiva.

Le Monde, da França: afirmou que, desta vez, Flávio Bolsonaro usou gravata e não caminhou de um lado para o outro nem gesticulou atrás de seu oponente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como havia feito uma semana antes. O jornal também destacou o momento em que o senador chamou o presidente de "nove dedos".

Reuters, do Reino Unido: informou que Flávio Bolsonaro e Lula reiteraram suas propostas de campanha durante o debate, com foco em temas como custo de vida, bem-estar social e segurança, além de trocarem acusações de corrupção. A agência destacou as divergências entre os candidatos sobre custo de vida e corrupção.

La Nación, da Argentina: afirmou que o debate foi marcado por ataques pessoais. Flávio chamou Lula de "nove dedos" e perguntou se o país era governado pelo presidente ou pelo Google. Lula o acusou de estar "bajulando Trump", em referência às tarifas americanas impostas a produtos brasileiros.

Observador, de Portugal: afirmou que Flávio buscou transmitir uma imagem de moderado e se apresentar como presidenciável. Lula adotou um discurso mais duro e insinuou que o adversário representa um perigo para a democracia. Segundo o jornal, os dois candidatos tentaram conquistar os eleitores indecisos.

A Associated Press (AP) destacou que Lula e Flávio Bolsonaro chegaram ao último debate antes do segundo turno com um tom mais moderado do que no encontro anterior, realizado cinco dias antes, e tentaram conquistar os eleitores indecisos.

Reprodução

Jornais e agências de notícias de vários países destacaram os ataques, propostas e diferenças de postura.

O confronto, transmitido pela TV Globo e com duração de duas horas, teve três momentos de tensão. Um dos principais episódios ocorreu quando Flávio chamou Lula de "nove dedos", levando o presidente a exigir um pedido de desculpas, que foi concedido pelo senador.

Em outro momento, Lula chamou Flávio de "miliciano", em referência a grupos ligados a policiais no Rio de Janeiro. A agência também destacou o confronto entre o senador e a mãe de uma menina de 5 anos morta em um tiroteio envolvendo um policial que ele havia defendido como advogado.

Além das provocações pessoais, os candidatos discutiram salário mínimo, segurança pública, saúde e incentivos ao agronegócio. A AP também ressaltou que a disputa estava acirrada e que o resultado teria implicações para a política externa brasileira, especialmente nas relações com os Estados Unidos e a China.

Lula e Flávio Bolsonaro também trocaram acusações sobre custo de vida, segurança pública e corrupção no último debate antes do segundo turno, em uma tentativa de conquistar os eleitores indecisos. Durante o encontro, os candidatos defenderam suas propostas para temas como bem-estar social e segurança. Na discussão sobre a economia, Lula defendeu os aumentos do salário mínimo acima da inflação e afirmou que seu governo ajudou milhões de brasileiros a sair da fome. Flávio, por sua vez, criticou a alta dos preços dos alimentos e a reforma tributária, alegando que as novas regras aumentariam a carga de impostos para os consumidores. (Com informações do portal g1)

RÁDIO
pampa
97,5 FM
PAMPA
SAÚDE
AO VIVO
DOMINGO
DAS 7H ÀS 12H
APRESENTAÇÃO
DR. ENIO AGUZZOLI
ENVIE SUAS PERGUNTAS
51 99841.5071
51 3218.2660

O número que pode definir vitória de Lula ou Flávio no 2º turno.

Ricardo Stuckert

O Nordeste será decisivo porque Lula costuma abrir vantagem expressiva na região.

O segundo turno da eleição presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) promete uma disputa acirrada. Além dos votos recebidos pelos candidatos, pesquisadores acompanham a abstenção e os votos brancos e nulos, fatores que podem influenciar o resultado.

No primeiro turno, em 4 de outubro, Flávio ficou à frente de Lula por cerca de 2,2 milhões de votos, diferença de 1,8 ponto percentual.

A última pesquisa Quaest, divulgada nesse sábado (24), véspera do segundo turno, aponta Flávio com 51% dos votos válidos, contra 49% de Lula, configurando empate técnico dentro da margem de erro. No cenário de votos totais, Flávio registra 46% das intenções de voto, enquanto Lula tem 45%. Votos brancos, nulos ou eleitores que não pretendem votar somam 8%, e 1% está indeciso.

O levantamento ouviu presencialmente 3.702 pessoas com 16 anos ou mais, entre 23 e 24 de outubro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-09158/2026.

Abstenção

No primeiro turno, a abstenção foi de 21,08%. Historicamente, ela tende a crescer no segundo turno, embora em 2022 tenha caído 0,4 ponto percentual. O cientista político Rodrigo Mahlmeister, pesquisador da Universidade Duke, avalia que a mobilização das campanhas pode estimular mais eleitores a votar, mas considera improvável uma redução expressiva.

Para ele, o resultado dependerá principalmente do comparecimento, do desempenho dos candidatos no Nordeste e da capacidade de Lula de conquistar eleitores de outros candidatos — ou de Flávio manter os apoios já obtidos.

O diretor da Quaest, Felipe Nunes, destaca que a conversão de votos brancos e nulos em votos válidos pode fazer diferença. Em 2014, essa mudança contribuiu para a vitória apertada de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves. Segundo Nunes, um movimento semelhante poderia favorecer Lula.

Mahlmeister, porém, afirma que as pesquisas ainda não mostram uma tendência clara de migração de votos. A maioria dos eleitores parece manter sua escolha: a Quaest indicava que Lula conservava 95% dos seus eleitores do primeiro turno, e Flávio, 94%.

Transferência

Uma análise do cientista político Jairo Nicolau estima que, se os candidatos mantiverem seus eleitores e Flávio receber mais votos da chamada terceira via, o senador poderia alcançar 51,4% dos votos válidos, contra 48,6% de Lula.

Mesmo em um cenário mais favorável ao petista, com redução da abstenção e transferência de votos brancos e nulos, Lula precisaria conquistar parte dos eleitores de Flávio para superar a vantagem. Isso ocorre porque cada eleitor que muda de lado reduz um voto do adversário e acrescenta um ao candidato escolhido.

Mahlmeister considera que uma virada é possível, mas difícil, pois o eleitorado está bastante consolidado. As principais oportunidades de Lula estariam entre eleitores de candidatos derrotados, indecisos — especialmente mulheres — e beneficiários de programas sociais.

Nordeste

O Nordeste será decisivo porque Lula costuma abrir vantagem expressiva na região. Entretanto, Flávio ampliou seu apoio em cidades do interior nordestino no primeiro turno. Se Lula não conseguir manter uma margem elevada, poderá ter dificuldade para compensar o desempenho do adversário no Sul e no Centro-Oeste.

No Sudeste, o pesquisador recomenda observar os números absolutos, especialmente nas capitais, onde a abstenção ficou acima da média nacional nas cinco maiores cidades do país.

Mahlmeister também alerta que os primeiros boletins da apuração não determinam o resultado final. A ordem de contagem das urnas varia entre eleições, e um candidato pode começar à frente e terminar atrás.

A abstenção, os votos brancos e nulos, a transferência de votos e as diferenças regionais são indicadores importantes para interpretar a disputa, mas nenhum deles, isoladamente, permite prever o vencedor. (Com informações da BBC News Brasil)

RÁDIO CAIÇARA É
1º LUGAR
DAS 10H ÀS 12H
Fonte: IBOPE EasyMedia4.OPM# - Porto Alegre e Grande Porto Alegre.
Ranking emissoras FM, segunda a sexta, das 10h às 12h, todos os públicos, em todos os locais. Jul/2026 a Set/2026.
Média geral junto a todos os públicos, todos os locais,
de segunda a sexta.
CAIÇARA
96,7 fm

"Cidades-pêndulo": com 9,2 milhões de eleitores, 495 municípios que trocaram de lado são decisivos para Flávio e Lula.

O primeiro turno da eleição deste ano consolidou 495 municípios do país como pendulares, abertos a mudar de voto a cada quatro anos. Neles, a maioria optou por Jair Bolsonaro em 2018, migrou para Luiz Inácio Lula da Silva na disputa seguinte e agora foi de Flávio Bolsonaro no primeiro turno. Numa eleição tão apertada, as variações em locais como esses podem ser decisivas. As cidades somam 9,2 milhões de eleitores no total.

O município enquadrado no levantamento com maior eleitorado é Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo. Com 583 mil pessoas aptas a votar, a cidade deu boas votações ao PT no passado, mas o cenário começou a mudar a partir de 2014.

Na disputa de 2018, Bolsonaro despontou por lá com ampla margem — mais que o dobro de Fernando Haddad no primeiro turno. Quando Lula venceu em 2022, a diferença foi pequena, de quatro pontos. Flávio conseguiu, na atual, ser majoritário por diferença ainda menor, com dois a mais que o presidente.

Capilaridade mineira

Embora Goiás seja o estado com o maior percentual de seus municípios considerados pendulares por essa ótica, com um em cada cinco, Minas Gerais, notório "estado-espelho" das eleições presidenciais, aparece em segundo com 19% e se destaca pelo montante de cidades com a característica. São 162. No primeiro turno, aliás, a distância de Flávio para Lula em solo mineiro — cerca de 600 mil votos — acabou sendo decisiva para o resultado nacional.

Entre os municípios pendulares mineiros, há exemplos de diferentes regiões. Os maiores são Betim, na Região Metropolitana, e Montes Claros, no Norte do estado. Também do entorno metropolitano de Belo Horizonte, aparecem na sequência Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Analistas costumam apontar esse cinturão em volta da capital mineira como uma das áreas mais decisivas do país para a eleição presidencial.

Professor da Fundação Dom Cabral e diretor do Instituto Ver, o cientista político Malco Camargos pondera, porém, que as maiores perdas de voto de Lula de uma eleição para a outra no estado se deram em municípios pequenos, aos quais "a comunicação não chegou" no primeiro turno.

"O resultado em Minas já vinha apontando a possibilidade de Flávio acabar na frente. Como o que acontece em Minas acontece no Brasil, recuperar Minas é fundamental para Lula", diz. "Movimentos estão acontecendo, ele gravou vídeos para cada uma das regiões no segundo turno, e os atos presenciais dele têm dado muita gente. Mais uma vez, Minas é o estado que pode definir a eleição."

Reprodução

Osasco (SP) e Montes Claros (MG) são cidades que já deram vitória a Lula e Bolsonaro.

Desde 2002

O cientista político e jornalista Fábio Vasconcellos, professor da Uerj e da PUC-Rio, fez recentemente um recorte detalhado de cidades pendulares desde 2002, ano da primeira vitória de Lula, com foco nos segundos turnos. Classificou assim os municípios que trocaram de lado mais de duas vezes desde então. Ele identificou 1.091 cidades no total, quase uma em cada cinco do país.

"Essas cidades têm um PIB per capita relativamente maior que a média do Brasil, o que mostra que não são necessariamente pobres. Têm também, no Ideb, uma média relativamente maior que as demais cidades. E são cidades onde a mediana da faixa etária é acima da média nacional, com contingente de idosos um pouco maior", elenca.

A maior parte dos municípios listados por Vasconcellos, 75%, é de pequeno porte, com até 20 mil habitantes. O principal, no entanto, é saber onde se encontra o estoque mais robusto de votos: 68% estão em 65 dessas cidades, geralmente localizadas em grandes regiões metropolitanas.

"Por isso, quando fazem alguma movimentação, elas atraem uma movimentação de votos muito pesada. Numa eleição apertada, é uma transferência grande", pontua. (Com informações do jornal O Globo)

O PONTO DE ENCONTRO DOS GAÚCHOS TODAS AS NOITES.

JORNAL DA PAMPA ÀS 19H

PAMPA DEBATES ÀS 17H45

ATUALIDADES PAMPA ÀS 19H15

tv pampa

Entenda o que acontece se Flávio e Lula empatarem neste segundo turno.

Terdag Media

A Constituição também prevê a idade como critério de desempate, mas em uma situação específica.

Ese os dois candidatos à Presidência da República terminarem o segundo turno com exatamente o mesmo número de votos? Embora a hipótese seja improvável diante de um eleitorado de milhões de pessoas, a legislação brasileira estabelece um critério para resolver a situação: a idade.

Na disputa presidencial de 2026, entre Flávio Bolsonaro e Lula, a aplicação dessa regra favoreceria Lula, que é o mais velho dos dois candidatos.

O critério está previsto na legislação eleitoral e na regulamentação do TSE, que determinam a preferência pelo candidato de maior idade em caso de empate nas eleições majoritárias.

Mas o que caracteriza um empate nas urnas? Uma diferença de apenas um voto pode definir a Presidência? E existe a possibilidade de realização de um terceiro turno?

- Entenda o que estabelece a legislação:

O art. 77 da Constituição Federal estabelece as regras para a eleição do presidente e do vice-presidente da República.

Pelo §2º, será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos.

A Constituição também prevê a idade como critério de desempate, mas em uma situação específica: quando dois ou mais candidatos terminam o primeiro turno empatados na segunda colocação, disputando a vaga para a votação seguinte. Nesse caso, o §5º determina que o mais idoso seja escolhido.

- Mas e se o empate ocorrer no segundo turno, quando restam apenas dois candidatos?

Nessa hipótese, a solução está prevista na regulamentação das eleições majoritárias, sistema utilizado para escolher presidente da República, governadores, prefeitos e senadores.

O art. 5º, §4º, da resolução 23.677/21 do TSE estabelece que, em qualquer hipótese de empate, será qualificada a pessoa de maior idade. A regra, portanto, não se restringe à definição dos candidatos que avançam para o segundo turno.

Assim, se Lula e Flávio Bolsonaro terminarem o segundo turno com exatamente o mesmo número de votos válidos, Lula será considerado eleito por ser o mais velho, conforme o critério etário estabelecido na regulamentação eleitoral.

Não há previsão de uma terceira votação apenas para solucionar essa igualdade.

- Um voto pode decidir a eleição?

Sim. No segundo turno, basta que um candidato receba um voto válido a mais que o adversário para vencer a disputa.

Isso porque, nessa etapa, apenas dois candidatos concorrem à Presidência, e será considerado eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

A Constituição não estabelece uma diferença mínima de votos para validar o resultado. Assim, mesmo que a vantagem seja de apenas um voto, a eleição terá validade, desde que observadas as regras eleitorais.

Também é importante distinguir o empate nas urnas do chamado empate técnico das pesquisas eleitorais. Enquanto este decorre da margem de erro dos levantamentos de intenção de voto, o empate eleitoral exige que os candidatos recebam exatamente a mesma quantidade de votos válidos. (Com informações do portal Migalhas)

Flávio e Lula gastam cerca de R$ 10 mil por hora com anúncios em redes sociais.

Ricardo Stuckert/PR e Agência Senado

Lula e Flávio Bolsonaro concentraram anúncios no Facebook e Instagram na reta final da campanha.

Os presidenciáveis Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) focaram em anúncios no Facebook e no Instagram na reta final da campanha. Ambos gastaram uma média de R$ 10 mil por hora no último mês, segundo levantamento da Coluna do Estadão em dados da Meta, dona das duas redes sociais.

O candidato do PL concentrou os investimentos em impulsionamentos de publicações nas quais recebe apoio de cantores sertanejos, utilizando a popularidade desses artistas para ampliar o alcance de sua campanha nas redes sociais. Já o petista tem apostado na divulgação do canal de WhatsApp "Exército do Lula", que reúne 10,8 milhões de seguidores e funciona como uma ferramenta de comunicação direta com seus apoiadores.

No primeiro turno, os gastos com publicidade digital eram significativamente menores. Lula, que liderava o ranking de investimentos naquele período, desembolsou, em média, R$ 3 mil por hora entre julho e setembro. Flávio Bolsonaro, por sua vez, ainda não havia destinado recursos à veiculação de anúncios nas plataformas da Meta durante esses meses.

Nos últimos 30 dias, Flávio gastou R$ 7,3 milhões com esses anúncios, ante R$ 6,8 milhões de Lula. O bolsonarista mantém a liderança entre os candidatos de todo o País nas estatísticas da última semana — com R$ 1,1 milhão ante R$ 900 mil de Lula — e da última segunda-feira (19), último dia contabilizado pela Meta, com R$ 400 mil ante R$ 140 mil de Lula.

Entre os dez candidatos que mais investiram nos anúncios da Meta no período, apenas Flávio e Lula estão em campanha no segundo turno. Os outros ou já foram eleitos ou foram derrotados.

— Veja a lista das despesas com anúncios no último mês:

- Flávio Bolsonaro (PL), disputa o 2º turno da eleição presidencial: R$ 7,3 milhões;
- Lula (PT), disputa o 2º turno da eleição presidencial: R$ 6,8 milhões;
- Raquel Lyra (PSD), governadora de Pernambuco eleita em 1º turno: R$ 2,4 milhões;
- Elmano de Freitas (PT), governador do Ceará eleito em 1º turno: R$ 1,8 milhão;
- Aécio Neves (PSDB), derrotado para o Senado em Minas Gerais: R$ 1,5 milhão;
- Rogério Barra (PL), deputado federal eleito pelo Pará: R$ 1,3 milhão;
- Guilherme Derrite (PP), senador eleito por São Paulo: R$ 1,2 milhão;
- Carmelo Neto (PL), deputado federal eleito pelo Ceará: R$ 1,1 milhão;
- Hana Ghassan (MDB), derrotada para o governo do Pará: R$ 1,1 milhão;
- Sandro Alex (PSD), derrotado para o governo do Paraná: R$ 1,1 milhão.

Estudo indica que Meta cobrou mais caro de Lula que de Flávio por anúncios no primeiro turno.

Uma pesquisa do NetLab, laboratório de estudos de internet e redes sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e do International Panel on the Information Environment (IPIE), afirma que há indícios de que a Meta deu tratamento desigual às campanhas de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) nos preços cobrados por anúncios políticos no primeiro turno das eleições de 2026. O presidente teria pagado entre 33% e 43% a mais, dependendo do tipo de análise feita. O documento também aponta violação, pela Meta, das regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre transparência dos valores gastos pelas campanhas.

O estudo analisou 7.677 anúncios, extraídos da API da Biblioteca de Anúncios da Meta entre 16 de agosto e 4 de outubro de 2026 e associados a 19 páginas de anunciantes de 11 candidaturas à Presidência da República.

Em seguida, quatro modelos estatísticos foram usados para analisar as diferenças de valores aplicadas aos candidatos. Em três deles, houve diferença significativa, sempre desfavorável ao petista, que pagou 33%, 39% e 43% mais do que o rival por mil pessoas alcançadas. O único modelo que não apresentou diferença estatística significativa também apontou que Lula pagou 10% a mais do que Bolsonaro.

Quando comparado a outras candidaturas do primeiro turno, Lula continua pagando mais caro do que os adversários. Em relação à campanha de Augusto Cury (Avante), o petista pagou até 256% a mais, segundo um dos modelos de análise. Em relação a Ronaldo Caiado (PSD) e a Renan Santos (Missão), pagou a mais, respectivamente, até 119% e 50%.

O estudo do NetLab replicou a metodologia do principal estudo observacional da área, publicado pelo pesquisador Dominik Bär sobre as eleições federais alemãs de 2021. O NetLab aplicou regressões lineares, incluindo progressivamente variáveis de controle de campanha, leilão, perfil demográfico do público e distribuição geográfica.

Para tentar garantir rigor científico internacional, o NetLab estabeleceu uma parceria com o IPIE, painel sediado na Suíça que reúne mais de 200 cientistas de universidades de todo o mundo. O estudo passou por um processo de dupla revisão independente, conduzido por dois especialistas externos.

Nesta etapa, os cientistas afirmam que os resultados são inconclusivos devido à falta de transparência e de dados brutos da Meta, o que impede identificar se a variação de preço veio da plataforma ou das escolhas das campanhas. A gigante não divulga os valores de todos os anúncios pagos: as propagandas abaixo de R$ 100 não têm valor exato e são divulgadas apenas como uma única faixa de preço (de R$ 0 a R$ 99). E 52% de todos os anúncios ficaram exatamente na faixa menor, em que não há preço exato calculável.

"Estamos falando em indícios de tratamento desigual, e não cravando que há diferenças, porque a Meta não entrega os dados que se comprometeu com o TSE a disponibilizar. A revisão é inconclusiva, mas em nenhum momento mostra que a cobrança de preços é igual. A gente continua com dúvidas", afirma Maire Santini, fundadora e diretora do NetLab, da UFRJ.

A Meta questionou os resultados e afirmou, em nota: "Não definimos preços com base em quem é o anunciante ou nas opiniões que ele expressa, o mesmo sistema e as mesmas regras valem para todos. Não existe uma tabela de preços: cada vez que um anúncio pode ser exibido para alguém, ele compete por esse espaço com outros anúncios, em um leilão. Por isso, quanto uma campanha custa e quantas pessoas ela alcança depende das escolhas do anunciante. Fazer comparações de preços a partir de faixas de investimento publicamente disponíveis, entre campanhas com estratégias muito diferentes, leva a conclusões equivocadas. Seguimos comprometidos com a transparência na publicidade política no Brasil, todos os anúncios sobre temas sociais, eleições ou política permanecem disponíveis em nossa Biblioteca de Anúncios por sete anos".

Reprodução

Meta afirma que "o mesmo sistema e as mesmas regras valem para todos".

Phil Howard, presidente do IPIE e professor da Universidade de Oxford, é menos incisivo a respeito dos indícios de tratamento desigual, mas questiona a transparência da Meta em relação aos anúncios eleitorais: "A Meta desenvolveu o leilão que define o preço de cada anúncio eleitoral no Brasil e é a única organização capaz de verificar como esse leilão afetou cada campanha. Nossa tarefa foi testar se os registros públicos permitem que outras pessoas façam essa verificação. Dos nove itens exigidos pelas normas brasileiras, a Meta cumpre integralmente três. Minha opinião pessoal é que as empresas de mídias sociais que administram um sistema de precificação para uma eleição nacional deveriam ser capazes de demonstrar, publicamente, que o sistema foi justo. No momento, elas não podem, ou não querem, fazer isso".

O artigo 27-A da Resolução 23.610/2019 do TSE exige que as plataformas mantenham um repositório público auditável com informações precisas sobre os valores efetivamente gastos, o período de veiculação, o número de pessoas alcançadas e os critérios de segmentação definidos pelo anunciante. Além da faixa de preço genérica, o estudo aponta também que a empresa de Mark Zuckerberg oculta os dados de segmentação por interesses, comportamentos e públicos customizados, que é onde o algoritmo opera com maior impacto, e disponibiliza apenas idade, gênero e localização.

Segundo Santini, não há indícios de que a companhia tenha mudado as práticas no segundo turno, mas isso exigirá nova análise do laboratório. (Com informações do jornal O Globo)

Flávio e Lula reúnem multidões em Belo Horizonte, Rio e São Paulo nos últimos atos de campanha antes do 2º turno da eleição.

Reprodução/TV Globo e Ricardo Stuckert

Candidatos focaram em capitais do Sudeste nesse sábado (24), véspera da votação.

A campanha do segundo turno das eleições presidenciais de 2026 chegou ao fim nesse sábado (24), com atos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo.

Na véspera da votação, marcada para este domingo (25), os candidatos mobilizaram apoiadores em caminhadas, motociatas e manifestações públicas.

Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua agenda pela manhã em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A caminhada reuniu apoiadores na orla e contou com a presença da primeira-dama, Janja da Silva, da deputada federal Benedita da Silva, do ex-prefeito Eduardo Paes, do prefeito Eduardo Cavaliere e do prefeito de Niterói, Rodrigo Neves.

Durante o percurso, Lula participou de uma caminhada em carro de som, acenou e cumprimentou eleitores. Em declarações à imprensa, demonstrou otimismo em relação à votação de domingo e intensificou as críticas ao adversário.

O presidente também procurou mobilizar sua base eleitoral em torno de temas como democracia, direitos sociais e soberania nacional, que estiveram entre os eixos de sua campanha.

Após a agenda no Rio, Lula seguiu para São Paulo, onde realizou o ato de encerramento de sua campanha na Avenida Paulista, um dos principais palcos de manifestações políticas do país.

A mobilização reuniu apoiadores e marcou o fim da programação pública do candidato antes da votação. A escolha da capital paulista deu destaque à reta final da campanha no maior colégio eleitoral brasileiro.

Flávio

Flávio Bolsonaro concentrou sua primeira agenda de sábado em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. O evento, denominado “Bloco do 22”, teve concentração na Praça da Liberdade e incluiu uma motociata por vias da cidade.

O candidato esteve acompanhado de aliados políticos, entre eles o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e o governador eleito de Minas Gerais, Cleitinho Azevedo (Republicanos).

Segundo relatos da cobertura do evento, a mobilização reuniu milhares de apoiadores. Flávio não discursou durante o ato e, após a passagem pela capital mineira, seguiu para o Rio de Janeiro.

Minas Gerais ocupa posição de destaque nas disputas presidenciais por seu peso eleitoral e pela diversidade de seu eleitorado. A presença de Flávio no estado integrou a estratégia de mobilização da campanha do PL na reta final.

No Rio de Janeiro, Flávio participou de um ato na Praça do Ó, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste. A manifestação reuniu apoiadores e marcou o encerramento de sua programação pública antes do segundo turno.

A agenda no Rio e em Minas Gerais concentrou os últimos esforços presenciais da campanha bolsonarista, que buscou ampliar a mobilização de eleitores e dar visibilidade à candidatura nas horas finais permitidas para atividades de rua. (Com informações do portal g1)

As propostas de Lula e Flávio Bolsonaro sobre CLT e relações trabalhistas.

Criada em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reuniu normas que regulam as relações entre patrões e empregados no Brasil. A legislação estabelece direitos como férias, limites de jornada, pagamento de horas extras e regras para demissões.

Mais de oito décadas depois, a CLT voltou ao centro do debate político na campanha presidencial de 2026. Enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defende atualizar a legislação para combater a precarização e fortalecer os sindicatos, Flávio Bolsonaro (PL) propõe reduzir os custos da contratação formal e ampliar a flexibilidade nas relações de trabalho.

A discussão ganhou força com a aprovação da emenda constitucional que prevê o fim da escala 6x1. Lula defendia a redução da jornada, enquanto Flávio chegou a classificar a mudança como "oportunista", mas depois votou a favor, afirmando ter "ouvido a população".

Apesar do apoio, o PL pretende apresentar uma alternativa em 2027, segundo o líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). Elaborada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), a proposta prevê remuneração proporcional às horas trabalhadas. Flávio, porém, negou que a iniciativa busque reverter o fim da escala 6x1.

Lula

No plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula propõe atualizar a legislação trabalhista para combater dispositivos que, segundo o documento, "induzem a precarização das condições de trabalho".

Em entrevista ao podcast Desce a Letra, em setembro de 2026, o presidente afirmou que a CLT precisa se adaptar às transformações sociais e tecnológicas, mas não especificou quais alterações pretende implementar.

O plano prevê combater fraudes na terceirização e na contratação de profissionais como pessoa jurídica (PJ), quando esse modelo é utilizado para mascarar vínculos empregatícios. A proposta não proíbe a contratação como PJ, mas busca coibir a chamada "pejotização espúria".

Lula também defende retomar a assistência sindical nas homologações de rescisões contratuais, fortalecer os sindicatos e ampliar as negociações coletivas sobre salários, jornadas e direitos.

Outra proposta é regulamentar o trabalho em plataformas digitais, estabelecendo diretrizes para remuneração, condições de trabalho e proteção previdenciária. O plano prevê ainda transparência nos algoritmos e programas de requalificação profissional, sem determinar que todos os trabalhadores de aplicativos tenham vínculo empregatício regido pela CLT.

Agência Brasil

Candidatos à Presidência divergem sobre futuro das relações de trabalho no Brasil.

Flávio

Em entrevista à Band, em maio, Flávio criticou a legislação trabalhista e defendeu sua modernização, argumentando que a CLT foi criada antes do surgimento de modalidades como o trabalho remoto e os aplicativos de transporte e entrega.

Seu plano de governo propõe reduzir gradualmente os custos do emprego formal, com contratos mais baratos para empresas que contratarem jovens de 18 a 24 anos em busca do primeiro emprego e pessoas com 50 anos ou mais desempregadas há pelo menos 12 meses. O documento, porém, não especifica quais encargos seriam reduzidos nem o impacto esperado sobre a geração de vagas.

O candidato também defende a prevalência do "negociado sobre o legislado", permitindo maior flexibilidade para que empresas e trabalhadores estabeleçam condições de trabalho por meio de acordos, respeitados os limites legais.

Outra proposta é permitir a escolha entre o regime tradicional da CLT e um modelo de remuneração por hora trabalhada, apresentado por Rogério Marinho na PEC 12/2026. Nesse formato, remuneração e benefícios como férias, 13º salário e FGTS seriam proporcionais às horas trabalhadas.

O plano também critica a atuação dos sindicatos e defende preservar oportunidades de trabalho em aplicativos, com proteção social e previdenciária, sem detalhar qual vínculo jurídico seria adotado. (Com informações do portal g1)

Quem paga a conta? Economistas analisam promessas de Lula e Flávio diante de orçamento apertado.

Em uma das eleições mais disputadas da história, os brasileiros vão às urnas neste domingo (25) para escolher entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). Um dos principais temas da campanha é o equilíbrio das contas públicas e o financiamento das propostas dos candidatos.

A dívida pública brasileira está próxima de R$ 11,1 trilhões, equivalente a 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, 90% dos R$ 2,8 trilhões previstos no Orçamento de 2027 estão comprometidos com despesas obrigatórias, reduzindo o espaço para investimentos e novos programas.

Renegociação

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 81,7% das famílias brasileiras tinham dívidas em setembro.

Flávio Bolsonaro propõe que o governo compre dívidas de pessoas e empresas inadimplentes e as renegocie pela Caixa Econômica Federal, com juros menores e prazos ampliados. O plano prevê carência de seis meses para pessoas físicas e de um ano para empresas. Outra iniciativa, chamada "Ganha-Ganha", ofereceria benefícios a quem mantivesse as contas em dia ou fizesse cursos de capacitação.

Economistas alertam que essas medidas podem transferir riscos do setor privado para instituições públicas e incentivar consumidores a adiar pagamentos à espera de novas renegociações.

Lula sancionou uma lei que prevê o perdão de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) com a União, beneficiando cerca de 3,6 milhões de empreendedores. O governo também incluiu os MEIs no Desenrola 3.0, programa de renegociação de dívidas bancárias com descontos de pelo menos 90%.

Cortes ou aumento

A equipe econômica de Flávio promete cortar despesas equivalentes a 1,5% do PIB, revisar o arcabouço fiscal e reduzir a estrutura governamental. A campanha, porém, não detalhou quais gastos seriam cortados nem como as medidas seriam executadas.

Especialistas ressaltam que despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões, Bolsa Família e salários de servidores, seguem regras legais e podem exigir mudanças legislativas ou constitucionais para serem reduzidas.

Lula pretende ampliar programas como Pé-de-Meia e Bolsa Família, manter a valorização do salário mínimo e aumentar os investimentos públicos. Essas iniciativas podem sustentar a renda das famílias, mas também pressionam as contas públicas quando não há receitas suficientes.

MEIs

Flávio promete reduzir impostos e encargos, rever pontos da reforma tributária e retomar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), encerrado em 2025 pelo governo Lula devido ao custo fiscal e a indícios de irregularidades.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Com dívida de R$ 11,1 trilhões e 90% do Orçamento de 2027 comprometido, financiar novas medidas será um desafio.

A equipe do candidato também pretende acabar com o split payment, mecanismo da reforma tributária que separa automaticamente o valor do imposto no pagamento de uma compra para reduzir a sonegação.

Economistas avaliam que a dívida pública limita o espaço para cortes de impostos e renúncias fiscais. Lula, por sua vez, sancionou uma lei que prevê o perdão de R$ 12,6 bilhões em dívidas de aproximadamente 3,6 milhões de MEIs. Também foi estabelecido o aumento gradual do limite de faturamento anual desses empreendedores para R$ 140 mil até 2028.

Benefícios, transporte e combustíveis

Flávio propõe o ViraPIX, programa que devolveria parte dos valores pagos pela população em despesas como contas de luz e prestações. Os critérios, os valores e as fontes de financiamento ainda não foram detalhados.

Lula propõe ampliar o Bolsa Família, oferecer transporte público gratuito aos fins de semana e manter subsídios aos combustíveis.

A ampliação de benefícios aumenta os gastos permanentes, enquanto a tarifa zero depende da definição de como os custos serão divididos entre União, estados e municípios. Os subsídios também podem elevar despesas ou reduzir a arrecadação.

Diante do orçamento limitado e do crescimento da dívida, economistas destacam que a execução das propostas exigirá cortes em outras áreas ou a definição de fontes de financiamento. (Com informações do portal de notícias g1)

Lula diz que se não fosse o governo do PT, o salário mínimo estaria em R$ 900.

Ricardo Stuckert

Durante os 4 anos do governo Lula, a alta nominal do salário mínimo foi de 24,5%.

Durante debate na TV Globo, na noite de sexta-feira (23), o presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o salário mínimo estaria em R$ 900 se não fossem os governos petistas. A declaração ocorreu durante uma discussão com Flávio Bolsonaro (PL) sobre a política de reajuste salarial.

Lula atribuiu aos governos do PT a retomada dos aumentos acima da inflação, que beneficiam trabalhadores, aposentados e pensionistas. Flávio, por sua vez, prometeu reajustar o salário mínimo acima da inflação caso seja eleito.

Histórico

O salário mínimo foi instituído pela Lei nº 185, de 1936, durante o governo de Getúlio Vargas, e começou a vigorar em 1940. Inicialmente, havia valores diferentes conforme a região do País. A política foi criada para estabelecer uma remuneração mínima capaz de atender às necessidades básicas dos trabalhadores.

Durante os primeiros governos de Lula, a partir de 2003, foi implementada uma política de valorização que passou a considerar a inflação e o crescimento econômico para calcular os reajustes. Essa política foi consolidada em 2011, durante o governo Dilma Rousseff, interrompida entre 2019 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, e retomada em 2023, no terceiro mandato de Lula.

Na gestão Bolsonaro, o salário mínimo passou de R$ 998, em 2019, para R$ 1.212 em 2022, um aumento nominal de aproximadamente 21,4%. Nesse período, os reajustes seguiram predominantemente a inflação, sem uma política permanente de ganhos reais vinculados ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

No terceiro mandato de Lula, o mínimo passou de R$ 1.302 em janeiro de 2023 para R$ 1.320 em maio daquele ano. Em seguida, subiu para R$ 1.412 em 2024, R$ 1.518 em 2025 e R$ 1.621 em 2026. Considerando o valor de janeiro de 2023, a alta nominal acumulada até 2026 foi de aproximadamente 24,5%.

A regra retomada pelo governo Lula combina a reposição da inflação com o crescimento real do PIB de dois anos antes, respeitando os limites estabelecidos pela legislação vigente. O aumento nominal, porém, não representa integralmente um ganho de poder de compra, pois parte dele apenas compensa a inflação.

Para 2027, o projeto de Orçamento enviado pelo governo ao Congresso prevê salário mínimo de R$ 1.741, valor que ainda depende da definição legal aplicável ao ano.

Durante o debate, Flávio Bolsonaro afirmou que pretende garantir aumentos acima da inflação para o salário mínimo e as aposentadorias. A declaração de Lula sobre o valor hipotético de R$ 900 se confirma segundo a maioria das checagens consultadas. O cálculo considera quanto valeria o salário mínimo caso tivesse sido corrigido apenas pela inflação, sem os aumentos reais concedidos durante os governos do PT. Nesse cenário hipotético, o valor ficaria próximo de R$ 900. (Com informações do portal Metrópoles)

Flávio Bolsonaro cogita nomear um militar como ministro da Defesa, caso seja eleito; se Lula conseguir a reeleição, é possível que a pasta tenha pela primeira vez uma mulher como titular.

O candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) cogita nomear um militar como ministro da Defesa caso seja eleito neste domingo (25). Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguir a reeleição, a pasta poderá ter, pela primeira vez, uma mulher no comando: a atual secretária-geral do ministério, Cinara Wagner Fredo.

De acordo com a Folha de S.Paulo, Flávio comentou com aliados que gostaria de nomear um militar para a Defesa, que seria o único integrante das Forças Armadas no primeiro escalão, além do titular do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A proposta representaria uma mudança em relação ao governo de seu pai, Jair Bolsonaro, que nomeou militares para diversos ministérios.

Caso a ideia avance, o escolhido precisaria ser um oficial-general de quatro estrelas, provavelmente da Marinha. Entre os nomes cotados estão os almirantes Flávio Rocha, ex-secretário especial de Assuntos Estratégicos, e Bento Albuquerque, ex-ministro de Minas e Energia. Ambos serviram ao governo Bolsonaro e não foram condenados por tentativa de golpe. Rocha tem proximidade com a família Bolsonaro.

Entretanto, aliados mais moderados defendem que Flávio escolha um civil, seguindo a tradição de subordinação do poder militar ao civil. Um dos possíveis nomes é Marcos Degaut, ex-secretário de Produtos de Defesa e ex-diretor de um conglomerado de defesa dos Emirados Árabes Unidos, ligado a Eduardo Bolsonaro e ao comentarista Paulo Figueiredo.

Outro nome que ganhou força entre militares é o do senador reeleito Carlos Portinho (PL-RJ). Ele tem proximidade com Flávio e apoio nas três Forças Armadas, além de ser autor de uma proposta de emenda constitucional que busca garantir previsibilidade ao orçamento de defesa. A proposta previa originalmente destinar ao setor pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

A possível nomeação de Portinho, porém, esbarra no fato de que o Ministério da Defesa costuma atrair pouco políticos em ascensão, devido ao orçamento comprometido com despesas de pessoal e à baixa visibilidade eleitoral.

Se Lula for reeleito, o atual ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, deverá deixar o cargo. Ele defende a nomeação de Cinara Wagner Fredo, destacando sua capacidade técnica e experiência administrativa. Servidora do INSS, ela foi incorporada à Defesa para atuar em questões relacionadas à Previdência dos militares.

Roque de Sá/Agência Senado

O Ministério da Defesa foi criado em 1999, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, após muita resistência dos militares.

Múcio também pretende argumentar que a escolha de Cinara representaria um marco histórico para a participação feminina no comando da pasta. Atualmente, ela ocupa um posto estratégico e participou de iniciativas como a realização de concurso para servidores civis e a abertura do serviço militar voluntário para mulheres.

Entre os desafios futuros do ministério estão centralizar as compras das três Forças Armadas e reduzir o número de adidos militares no exterior. Múcio afirma ter cumprido suas principais missões, incluindo reduzir a politização das Forças Armadas e estimular a recuperação da indústria de defesa. Ele já tentou deixar o cargo, mas Lula o convenceu a permanecer. Em caso de reeleição, poderá sair antes do fim do mandato, com Cinara assumindo interinamente.

Criado em 1999, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Defesa teve civis no comando até o governo Michel Temer, que nomeou o general Joaquim Silva e Luna. Bolsonaro manteve militares na função, entre eles Fernando Azevedo e Silva, Walter Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira. Os dois últimos foram presos por tentativa de golpe de Estado. (Com informações da Folha de S.Paulo.)

Horário da votação no 2º turno: saiba quando as urnas são abertas neste domingo.

Os eleitores brasileiros voltam às urnas neste domingo, 25 de outubro, para participar do segundo turno das eleições gerais de 2026. Mais de 158 milhões de brasileiros estão aptos a votar. Na maior parte do País e no Distrito Federal, a votação ocorrerá das 8h às 17h, seguindo o horário de Brasília.

Leobark Rodrigues/Secom/TSE

Quem estiver na fila quando o período de votação terminar poderá exercer seu direito ao voto.

Embora o Brasil tenha diferentes fusos horários, a Justiça Eleitoral estabeleceu um horário unificado para a votação, com adaptações conforme a hora local de cada região. Em Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as urnas funcionarão das 7h às 16h. O mesmo horário será adotado na maior parte dos municípios do Amazonas. Nas cidades amazonenses que seguem o fuso do Acre, assim como em todo o território acreano, a votação começará às 6h e terminará às 15h.

Quem estiver na fila quando o período de votação terminar poderá exercer seu direito ao voto. Nesses casos, a Justiça Eleitoral fornecerá senhas aos eleitores que ainda aguardam atendimento, garantindo que possam votar mesmo após o horário previsto para o encerramento.

A apuração dos votos deverá começar logo após o fechamento das urnas, às 17h, pelo horário de Brasília. A expectativa é que os resultados sejam divulgados ao longo da noite deste domingo, conforme os dados forem processados pela Justiça Eleitoral.

Locais de votação

Os eleitores podem verificar previamente o endereço de sua seção eleitoral e consultar informações sobre como chegar ao local. Para isso, estão disponíveis o aplicativo e-Título e o portal oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consultar esses canais antes de sair de casa ajuda a evitar dúvidas e possíveis atrasos no dia da votação.

Outra medida que pode facilitar o processo é preparar uma cola eleitoral com os números dos candidatos escolhidos. A anotação deve ser feita em papel, já que o uso de celulares na cabine de votação é proibido.

Horários

- Acre: das 6h às 15h.
- Amazonas: das 7h às 16h, na maior parte do Estado; das 6h às 15h nos municípios que seguem o horário do Acre.
- Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Rondônia: das 7h às 16h.
- Demais Estados e Distrito Federal: das 8h às 17h, pelo horário de Brasília.

Cargos

No segundo turno, os brasileiros escolherão o próximo presidente da República. Também haverá eleições para governador em seis unidades da Federação: Acre, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Tocantins.

O voto é obrigatório para brasileiros alfabetizados com idade entre 18 e 70 anos. Para analfabetos, pessoas com mais de 70 anos e jovens de 16 e 17 anos, o voto é facultativo. (Com informações de O Estado de S. Paulo)

Número de seções alteradas sobe para 394 na véspera do 2º turno e impacta 123 mil eleitores no Brasil.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Alterações na última semana antes do pleito chegaram a gerar confusão por divergência nos números.

O número de seções de votação alteradas pela Justiça Eleitoral em relação ao primeiro turno subiu de 362 para 394, conforme atualização do painel de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) às 15h30min deste sábado (24).

Considerando os locais onde os eleitores votam —que inclui, por exemplo, escolas e universidades— houve alteração em 106. A segunda etapa do pleito será realizada no domingo (25).

Segundo a corte, as mudanças afetaram 0,08% do total de seções do país e cerca de 122,9 mil eleitores. A maior parte (26) foi no Pará, seguido por Minas Gerais (49) —o segundo maior colégio eleitoral do país— e pelo Ceará (30). Em São Paulo, foram 27 seções alteradas.

O Nordeste continua sendo a região com mais seções modificadas: 127. É seguido por Norte (103) e Sudeste (97). Sul, com 41, e Centro-Oeste, com 26, foram menos impactados.

A seção eleitoral é a unidade em que o eleitor vota, geralmente uma sala dentro do local de votação, com uma urna eletrônica e uma mesa de mesários. Já o local de votação é um estabelecimento que pode abrigar várias seções eleitorais, como uma escola, universidade ou prédio público.

As alterações, segundo o TSE, acontecem por motivos extraordinários e só são feitas quando os tribunais regionais identificam riscos aos eleitores. Entre as possíveis causas apontadas estão problemas de infraestrutura nos prédios, questões de segurança pública e situações climáticas, como queimadas e fortes chuvas. Em alguns casos, a transferência ocorre de forma preventiva.

Na segunda-feira (19), os presidentes dos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) assinaram nota conjunta para dizer que as mudanças eram ”excepcionais” e representam número menor do que em 2022.

O presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, afirmou na sessão de terça (20), que a alteração, até o momento, era 94% menor do que nas eleições gerais passadas. As mudanças nos locais de votação na última semana antes do pleito geraram confusão pela divergência nos números disponibilizados no site do TSE. No último sábado (17), o portal chegou a apontar alteração em 4.289 seções. No domingo (18), caiu para 1.397.

O secretário-geral da Presidência do TSE, Murilo Salmito, disse, em entrevista que a divergência ocorreu porque o sistema do tribunal considerou as alterações de locais do primeiro turno.

NÚMERO DE SEÇÕES ALTERADAS POR ESTADO

Pará: 58 Minas Gerais: 49 Ceará: 30 Piauí: 29 Paraná: 27 São Paulo: 27 Amazonas: 26 Rio Grande do Norte: 24 Mato Grosso: 21 Maranhão: 18 Espírito Santo: 16 Rondônia: 14 Rio Grande do Sul: 12 Pernambuco: 10 Paraíba: 8 Bahia: 6 Amapá: 5 Rio de Janeiro: 5 Goiás: 4 Santa Catarina: 2 Sergipe: 2 Mato Grosso do Sul: 1

Eleitor que não compareceu às urnas no primeiro turno das eleições pode votar no segundo.

TRE-RS/Divulgação

Não pode votar somente quem estiver com o título cancelado ou suspenso ficará impedido de votar no segundo turno.

Quem não compareceu às urnas no primeiro turno das eleições deste ano pode votar normalmente no segundo, que será realizado neste domingo (25). A única exigência é que o título de eleitor esteja em situação regular. A ausência no primeiro turno, por si só, não leva ao cancelamento do documento.

No Rio Grande do Sul, a eleição para governador foi decidida no primeiro turno. Por isso, os gaúchos voltam às urnas para escolher somente o próximo presidente da República.

No município de Arroio do Sal, no Litoral Norte gaúcho, também haverá eleição suplementar para eleger o novo prefeito, já que Luciano Pinto da Silva (Republicanos) e o Valdir Cenci (PP) tiveram os mandatos cassados.

Consulta

A situação do título pode ser verificada de duas formas:

- Aplicativo e-Título: depois de fazer login, toque em ”Mais opções” e, em seguida, ”Consultar situação eleitoral”.
- Site do Autoatendimento Eleitoral: na aba ”Consulta”, selecione a opção ”Situação do título”.

Não pode votar somente quem estiver com o título cancelado ou suspenso ficará impedido de votar no segundo turno.

A Justiça Eleitoral cancela a inscrição eleitoral de quem é obrigado a votar e deixa de comparecer a três eleições consecutivas, sem justificar as ausências ou pagar as multas devidas. Cada turno conta como uma eleição independente. O voto é facultativo para analfabetos, jovens de 16 e 17 anos e pessoas com mais de 70 anos.

Já a suspensão do título ocorre durante a prestação do serviço militar obrigatório (conscrição) ou em caso de condenação criminal transitada em julgado.

Dependendo do caso, algumas dessas situações poderão ser regularizadas a partir de 3 de novembro, quando o cadastro eleitoral será reaberto. Em ano de eleição, a lei determina que o cadastro fique fechado nos 150 dias anteriores à votação para permitir a organização do pleito.

Orientações

- Horário: a votação ocorre das 8h às 17h em todo o País.
- Local: é o mesmo do primeiro turno. O endereço pode ser conferido no e-Título ou no site do TSE.
- Documento: leve um documento oficial com foto, como carteira de identidade, carteira de motorista ou passaporte. Também é possível usar o e-Título, desde que o aplicativo mostre sua foto. O título impresso não é obrigatório.
- Celular: é proibido entrar na cabine de votação com celular ou qualquer outro aparelho eletrônico. Deixe o dispositivo com os mesários antes de votar.
- Fora do domicílio eleitoral? Quem estiver fora do seu domicílio eleitoral no dia da votação poderá justificar a ausência pelo e-Título ou em uma mesa receptora de justificativas. Após o pleito, o prazo é de até 60 dias para apresentar a justificativa pelo aplicativo, por meio do site Autoatendimento Eleitoral ou presencialmente em qualquer cartório eleitoral ou Central de Atendimento ao Eleitor.

Saiba os direitos de idosos e pessoas com deficiência para votar.

Para assegurar que o momento de ir às urnas ocorra com agilidade, conforto e segurança, a legislação brasileira estabelece um conjunto de direitos e preferências destinados a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos.

Confira algumas das garantias asseguradas pela Justiça Eleitoral.

Acessibilidade

Infraestrutura: Por lei, os locais de votação devem garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Além do próprio imóvel transformado em local de votação, a medida abrange seu entorno e o sistema de transporte de acesso.

Coordenação: Para cada local de votação, a Justiça Eleitoral deve nomear um(a) coordenador(a) de acessibilidade, responsável por verificar previamente se as condições de acesso à cabine de votação são adequadas e, se necessário, adotar as correções e tomar as medidas necessárias. No dia do pleito, cabe a esses coordenadores, quando demandados, orientar e atender as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Escadarias: Na medida do possível, os eleitores com necessidades especiais que informaram sua condição à Justiça Eleitoral devem ser alocados em seções eleitorais livres de barreiras arquitetônicas, como escadarias ou portas estreitas, preferencialmente em pavimentos térreos.

Prazo: Como em eleições anteriores, o prazo para o eleitor informar à Justiça Eleitoral sua deficiência ou situação de mobilidade reduzida terminou em julho. O prazo de 90 dias antes do primeiro turno da eleição é necessário justamente para que a Justiça Eleitoral possa tomar as providências necessárias. As comunicações recebidas após esse prazo são atendidas na medida do possível.

Estacionamentos: O acesso de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida aos estacionamentos dos locais de votação deve ser liberado no dia da votação. Caso o local não conte com estacionamento, a Justiça Eleitoral deverá determinar a reserva de vagas o mais próximo possível.

Transferência: O eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida pode pedir sua transferência para uma outra seção que atenda melhor às suas necessidades, mas isso precisaria ter sido feito até 151 dias antes das eleições.

Atendimento prioritário

A organização das filas nos locais de votação prevê atendimento preferencial para dar fluidez ao processo e evitar o desgaste físico dos eleitores:

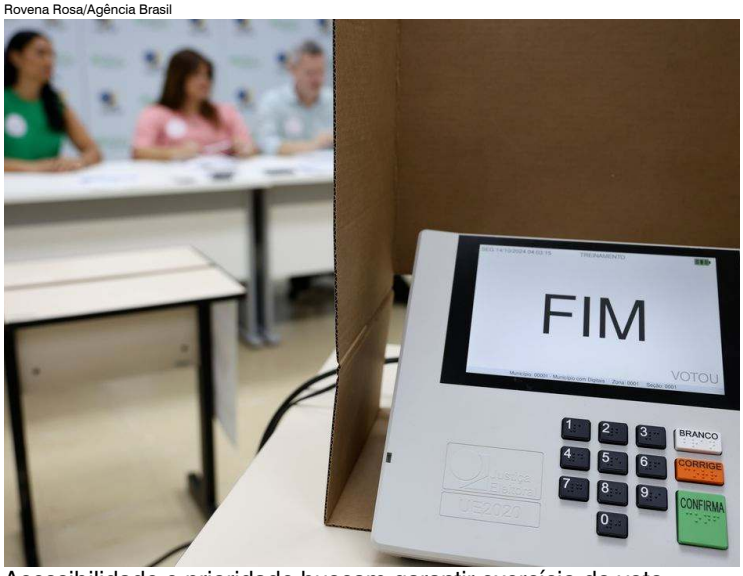
Superprioridade: Eleitores a partir de 80 anos de idade têm prioridade máxima sobre os demais, inclusive sobre os que têm entre 60 e 79 anos. Lembrando que o voto deixa de ser obrigatório quando a pessoa completa 70 anos de idade.

Prioridade: Para os demais grupos prioritários definidos em lei, o atendimento deve observar a ordem de chegada à fila.

São considerados grupos prioritários:

candidatas e candidatos; juízas e juízes eleitorais e seus auxiliares de serviço; servidoras e servidores da Justiça Eleitoral; promotoras e promotores eleitorais e seus auxiliares de serviço; militares, policiais e demais agentes de segurança pública (inclusive bombeiros e agentes de trânsito) em serviço no dia da eleição; pessoas com idade igual ou superior a 60 anos; pessoas com deficiência; pessoas com mobilidade reduzida; pessoas doentes; pessoas com transtorno do espectro autista; pessoas obesas; gestantes e lactantes; pessoas com crianças de colo; pessoas que acompanham o eleitor que integra algum grupo prioritário. doadores de sangue. É exigida a apresentação do comprovante de doação dos últimos 120 dias. Além disso, são atendidos após os demais integrantes de grupos prioritários. Ajuda

Rovena Rosa/Agência Brasil



Acessibilidade e prioridade buscam garantir exercício do voto.

Acompanhante: No momento de votar, o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida tem direito a receber ajuda de uma pessoa de confiança que o acompanhe até a cabine de votação.

A pessoa indicada pode, inclusive, digitar os números dos candidatos na urna, seguindo a orientação do eleitor. O auxílio não exige cadastro prévio ou autorização judicial, mas precisa ser autorizado pelos mesários, que avaliarão a situação.

Cão-Guia: Também é permitido às pessoas com deficiência visual acessar a cabine de votação acompanhada por seu cão-guia.

Idosos: A partir dos 60 anos de idade, o eleitor pode votar acompanhado, desde que apresente dificuldade de locomoção, flexibilidade, coordenação ou percepção e, consequentemente, se enquadre no grupo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Avaliação: Cabe sempre ao presidente da mesa receptora, na seção eleitoral, avaliar se a ajuda é imprescindível e autorizar que o acompanhante ingresse na cabine de votação junto com o eleitor. Qualquer que seja o caso, o acompanhante não pode estar a serviço da Justiça Eleitoral, de partido político ou de coligação.

Urnas

Segundo a Justiça Eleitoral, as urnas eletrônicas dispõem de "recursos destinados a ampliar a autonomia do eleitorado com deficiência durante a votação", tais como:

Saída de áudio para fones de ouvido que pode ser usada com equipamentos descartáveis fornecidos pela Justiça Eleitoral.

Sintetizador de voz eletrônico que permite ao eleitor com deficiência visual ouvir os comandos e informações solicitadas na urna.

Apresentação com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na tela da urna eletrônica, para indicar os cargos em votação.

Teclado numérico grande, com sequenciamento de números, igual ao utilizado nos telefones e teclas com sensibilidade tátil (braile) e audível.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos eleitores com necessidades especiais, mas aqueles cuja deficiência impossibilitar ou tornar muito difícil o deslocamento até um local de votação, pode requerer à Justiça Eleitoral a expedição de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado.

Esse documento o isentará de multas e outras sanções aplicáveis ao eleitor que deixar de votar nas eleições oficiais.

Trabalhador tem direito de sair do serviço para votar; confira a lei.

O eleitor que vai trabalhar no dia da eleição tem o direito de se ausentar do serviço para exercer o direito ao voto, sem prejuízo de salário. A regra está prevista no artigo 234 da Lei eleitoral e em uma resolução complementar do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), de 2026.

Joédson Alves/Agência Brasil

Tentar impedir o exercício do voto é crime eleitoral.

As normas asseguram à pessoa que precisar trabalhar ou prestar serviço a terceiros no dia da eleição o direito de se ausentar pelo tempo necessário ao exercício do voto. O período de ausência precisa levar em conta o tempo gasto com o deslocamento para ir e voltar da seção eleitoral e o tempo na fila de votação, se houver.

A regra também vale para trabalhadores que não são obrigados a votar, como maiores de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos. Tentar impedir o exercício do voto é crime eleitoral, que pode ser punido com detenção de até 6 meses e pagamento de multa. O TSE orienta que, quem for trabalhar no próximo dia 25, combine de forma antecipada com o empregador um horário para ir até à sua seção.

Voto em outro município

Caso o eleitor vote em uma cidade diferente daquela em que trabalha, ele tem direito a se ausentar do trabalho no dia da eleição e a falta não pode ser descontada do salário. Trabalhadores convocados para atuar como mesários também podem se ausentar do trabalho e têm direito a folgas dobradas em relação aos dias que ficou à disposição da Justiça Eleitoral.

Assédio Eleitoral no Trabalho

Pressionar um trabalhador para votar ou deixar de votar em um determinado candidato é crime eleitoral que pode ser punido com reclusão e multa. Essa coação pode vir de chefes e superiores hierárquicos e vale para trabalhadores celetistas, terceirizados, estagiários e servidores.

Ela ocorre, por exemplo, quando o chefe ameaça demitir o funcionário ou fechar a empresa caso um dos candidatos perca a eleição ou pede ao funcionário para gravar vídeo de apoio político. Coações sutis como promessas de vantagem para induzir o voto também são passíveis de punição.

Quem sofrer assédio eleitoral pode fazer denúncia ao TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e aos ministérios Público do Trabalho e Eleitoral.

Ministério Público do Trabalho recebeu 782 denúncias de assédio eleitoral desde o 1º turno.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 782 denúncias de assédio eleitoral do fim do primeiro turno até às 17h de sexta-feira (23). O patamar é pouco abaixo das 884 queixas registradas pela procuradoria até 2 de outubro, data em que os brasileiros foram às urnas pela primeira vez nesta eleição. Ao todo, foram 1.773 denúncias ao MPT desde o início do ano, quase a metade das 3.206 da eleição de 2022, quando as queixas de assédio eleitoral explodiram. Em 2018, foram apenas 212.

Na campanha deste ano, a maior parte das reclamações foi registrada em São Paulo (317), Minas Gerais (200) e Rio de Janeiro (142).

Em um dos casos mais recentes na capital fluminense, o MPT-RJ informou ontem que registrou uma Notícia de Fato (NF) para apurar o envio de cartas pelo Supermercados Zona Sul a seus funcionários, às vésperas da eleição, defendendo o "voto consciente" e afirmando que "chegou a hora de mudar".

Assinado pelo presidente da empresa, o documento não cita diretamente nenhum candidato. Na carta, o executivo diz que o Brasil vive um "esgotamento ético, moral e de modelo". Ele afirma ainda que "reconhecer o esgotamento de um ciclo não significa perder a esperança; significa compreender que insistir nos mesmos erros não produzirá resultados diferentes", diz o texto, acrescentando que "um país não se transforma verdadeiramente sem antes reconhecer que chegou a hora de mudar".

Aniversário ou campanha?

Outro caso com supermercados aconteceu na Bahia. O MPT pediu que a Justiça conceda liminar determinando que a Rede Mix, que tem 20 unidades na Região Metropolitana de Salvador, suspenda o uso de uniformes estampados com o número 22, sob pena de multa diária de R$ 50 mil.

A empresa, fundada em 2004, argumenta que o número tem como referência o aniversário do grupo, mas a procuradoria enxergou assédio eleitoral aos trabalhadores durante o período das eleições de 2026. Segundo o MPT, a iniciativa pode influenciar ou constranger empregados em suas convicções políticas.

A Procuradoria afirma que, além de uma denúncia inicial sobre o caso, recebeu representações acompanhadas de fotografias relatando que trabalhadores vinham sendo compelidos a usar as camisas perante colegas, clientes e o público em geral.

Segundo a procuradora Manuella Gedeon, que assina a ação, a campanha de aniversário foi intensificada em pleno período eleitoral, o que gerou questionamentos sobre possível associação entre a identidade visual adotada pela empresa e mensagens de caráter político-eleitoral.

O caso ganhou as redes após o cantor João Cavalcanti e o instrumentista e sanfoneiro Marcelo Caldi publicarem um vídeo falando sobre o assunto.

Freepik

Ao todo, foram 1.773 denúncias ao MPT desde o início do ano.

Em nota, a Rede Mix disse que ainda não foi notificada e insiste no argumento de que o 22 nas camisetas dos funcionários faz referência ao aniversário da empresa, celebrado anualmente entre o fim de setembro e o fim de novembro. No Instagram, a Rede Mix publicou um vídeo resgatando imagens de aniversários anteriores.

Outro caso envolvendo um supermercado foi registrado na cidade de Capinópolis, no Triângulo Mineiro. A denúncia acolhida pelo MPT foi a de que os trabalhadores tiveram de substituir o uniforme vermelho habitual por camisetas da seleção brasileira durante o fim de semana do primeiro turno. A Polícia Militar e o Ministério Público Eleitoral foram ao mercado e confirmaram o relato.

"Cola eleitoral"

Segundo a Procuradoria do Trabalho, uma recomendação foi expedida e houve tentativa de acordo, com assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela empresa, que recusou a proposta. Por enxergar indícios de assédio eleitoral, o MPT levou o caso à Justiça do Trabalho.

Em São José do Rio Preto (SP), a Justiça do Trabalho atendeu a um pedido do MPT e proibiu a Bebidas Poty de fazer qualquer tipo de propaganda política ou constrangimento eleitoral aos empregados. A ação aconteceu após a empresa divulgar uma "cola eleitoral" com nomes e números de candidatos em um canal de avisos corporativos.

A empresa foi obrigada a divulgar um comunicado interno aos trabalhadores assegurando a liberdade de escolha política e o sigilo do voto.

Segundo o MPT, em sua defesa inicial a Bebidas Poty confirmou o compartilhamento da mensagem, mas alegou que não houve coação direta. (Com informações do jornal O Globo)

Procuradoria-Geral da República vai ao Supremo contra aval prévio para transporte de indígenas no segundo turno.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao STF(Supremo Tribunal Federal), neste sábado (24), que suspenda parte de uma decisão do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Kassio Nunes Marques, que condiciona o transporte de eleitores indígenas por órgãos federais à aprovação prévia de cada operação pela Justiça Eleitoral. O segundo turno das eleições será neste domingo (25).

Na petição, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma que a regra foi enviada a centenas de juízos eleitorais às 20h06 de sexta-feira (23), para uma votação que começa às 8h de domingo. Segundo ele, não há tempo para analisar cada operação antes da saída dos veículos e embarcações, sobretudo onde o trajeto até as seções leva horas ou dias.

Nota técnica do Ministério dos Povos Indígenas, citada por Gonet, identificou cerca de 7,2 mil eleitores indígenas dependentes de transporte no segundo turno, dos quais 4.770 por via fluvial. Segundo o procurador-geral, embarcações destinadas a comunidades mais distantes precisam deixar as aldeias ainda neste sábado.

Para ele, uma condição que não pode ser cumprida no tempo disponível equivale a uma proibição. O pedido foi dirigido ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Edson Fachin.

A decisão contestada

Nunes Marques decidiu às 20h06 de sexta-feira, em pedido da coligação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O ministro rejeitou dar autorização geral para que Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), a Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) e o Ministério dos Povos Indígenas transportassem eleitores mediante simples comunicação prévia dos itinerários.

A decisão atendeu apenas parcialmente o pedido da coligação: determinou que pedidos de transporte fora do prazo sejam analisados e que as mesas receptoras admitam intérprete para eleitores que não dominem o português.

Pela decisão, o transporte só é considerado a serviço da Justiça Eleitoral se vinculado a operação aprovada expressa e previamente pela autoridade eleitoral competente, com identificação de veículos ou embarcações, condutores, itinerários, pontos de embarque e horários.

Fora desse modelo, o transporte feito por órgãos públicos, federais, estaduais ou municipais, continua sujeito às vedações da legislação eleitoral.

O que a PGR pede

A PGR quer que o STF faça voltar a valer duas decisões da Justiça Federal no Pará. Elas obrigaram a União a garantir o transporte de eleitores indígenas e homologaram o plano do governo federal para isso.

A primeira decisão, de quinta-feira (22), deu 24 horas para a União adotar medidas que assegurem o acesso de indígenas às seções, incluindo transporte gratuito por via fluvial, terrestre ou aérea. No dia seguinte, a União apresentou o plano, que foi homologado. Ele reúne Funai, Sesai, MPI, Forças Armadas e Polícia Federal, entre outros órgãos, em articulação com a Justiça Eleitoral, os tribunais regionais e os municípios.

A PGR também contesta o trecho em que Nunes Marques afirma que nenhuma ordem de outra autoridade, administrativa ou judicial, altera as regras fixadas por ele. Para Gonet, isso esvazia a decisão da Justiça Federal e deixa ordens contraditórias às vésperas da votação.

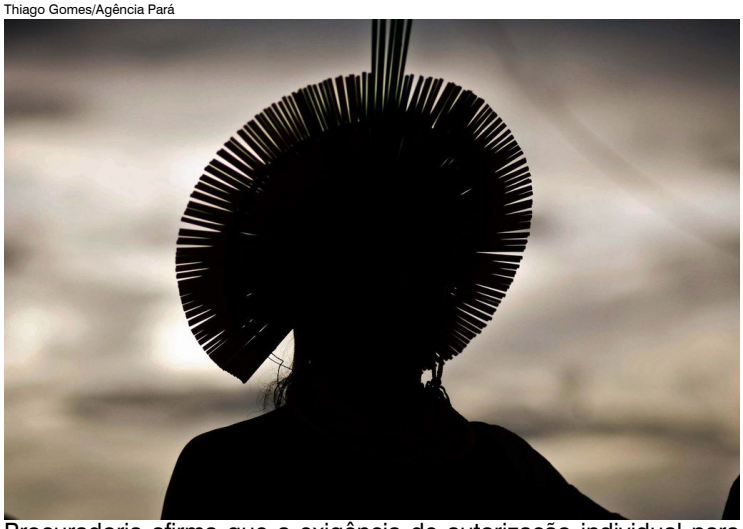
No lugar da aprovação prévia de cada operação, o procurador-geral propõe que o transporte do plano seja considerado a serviço da Justiça Eleitoral desde que comunicado ao juízo ou ao comitê responsável, com cópia ao Ministério Público Eleitoral. A comunicação traria veículo, condutor, trajeto, pontos de embarque e horários.

Os veículos teriam identificação visível com a expressão “A serviço da Justiça Eleitoral”, os deslocamentos seriam registrados, e propaganda e identificação de candidatos, partidos ou governos ficariam proibidas. O juiz eleitoral só poderia barrar uma operação por decisão fundamentada, apontando risco concreto à regularidade da eleição.

No primeiro turno, a abstenção entre indígenas foi de 26%, contra 20% da média nacional, segundo nota técnica do Ministério dos Povos Indígenas citada na petição.

O Ministério Público Eleitoral afirma ter recebido relatos de falta de transporte em diferentes estados e de obstáculos de comunicação em línguas indígenas. Segundo o órgão, 287.157 indígenas estão aptos a votar em 2026.

Thiago Gomes/Agência Pará



Procuradoria afirma que a exigência de autorização individual para cada operação pode impedir milhares de eleitores de chegarem às urnas neste domingo.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral garante que cada voto será apurado com exatidão e fidelidade.

Alejandro Zambrana/TSE

Ministro participou da cerimônia de lacração dos sistemas eleitorais nesse sábado (24).

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nunes Marques, conduziu, nesse sábado (24), a cerimônia de assinatura digital e lacração dos sistemas eleitorais, etapa final de preparação para as eleições, que assegura a integridade das urnas eletrônicas e a segurança do registro dos votos.

Realizada publicamente na sede do TSE, a cerimônia marca a conclusão de uma série de procedimentos de verificação destinados a garantir a integridade e a autenticidade dos sistemas utilizados nas diferentes etapas do processo eleitoral, desde a transmissão e o recebimento dos arquivos até a totalização dos resultados das eleições.

Neste domingo (25), os eleitores irão às urnas para escolher o presidente e o vice-presidente da República. Em cinco estados e no Distrito Federal, a votação também definirá os respectivos governadores.

Durante a cerimônia, Nunes Marques ressaltou que é dever sagrado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assegurar que cada voto depositado na urna eletrônica "seja registrado e apurado com exatidão e fidelidade".

"As cidadãs e os cidadãos do nosso país podem ter a mais absoluta e irrestrita certeza de que, ao comparecerem às seções eleitorais e pressionarem a tecla 'CONFIRMA', o seu voto será registrado, preservado e totalizado com total integridade e transparência. Os sistemas que acabamos de verificar estão prontos, autênticos e blindados contra qualquer ingerência indevida", disse o ministro.

Segundo ele, o procedimento é uma checagem pública dos sistemas, que garante que "nenhuma linha de programa foi alterada, omitida ou acrescentada, garantindo a integridade do ecossistema tecnológico responsável pelo recebimento, transmissão e totalização dos votos".

"Os sistemas assim gerados e lacrados são os oficiais, testados e fiscalizados e, portanto, aptos a conduzirem com segurança as etapas técnicas das eleições brasileiras. A cerimônia de hoje confirma que são esses precisamente os sistemas instalados nos computadores do Tribunal Superior Eleitoral", disse o ministro.

Durante a cerimônia pública, são verificados quatro sistemas utilizados no processo eleitoral: o Transportador Web, o Receptor de Arquivos de Urna (RecArquivos), o Informação de Arquivos de Urna (InfoArquivos) e o Sistema de Gerenciamento da Totalização (Sistot), responsáveis por etapas relacionadas ao processamento e à totalização dos resultados.

Após a conclusão da conferência, também é emitida a zerésima do banco de dados de totalização referente aos cargos de presidente e vice-presidente da República. (Com informações do portal g1)

Procedimentos de segurança impedem que mesários votem após as 17h no lugar de eleitores ausentes.

É falsa a alegação de que mesários estariam votando em nome de eleitores ausentes após as 17h, principalmente na região Nordeste. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há mecanismos de identificação e fiscalização que impedem esse tipo de prática. A votação pode se estender após o horário oficial para atender eleitores que ainda estão na fila.

A informação foi divulgada pelo senador eleito Gustavo Gayer (PL-GO) em um canal de WhatsApp de apoio a Flávio Bolsonaro (PL), onde a mensagem foi encaminhada 22 mil vezes. Procurado, o parlamentar não respondeu.

Identificação

A alegação já havia sido desmentida pelo TSE em agosto de 2026. Para liberar a urna eletrônica, o mesário confere um documento oficial com foto, localiza o cadastro eleitoral e verifica a fotografia do eleitor. Em seguida, é feita a identificação biométrica. Se as digitais não forem reconhecidas ou não estiverem cadastradas, o eleitor deve informar o ano de nascimento, que precisa corresponder aos dados da Justiça Eleitoral.

Nesses casos, o eleitor assina o Caderno de Votação, e a urna registra a impressão digital do mesário responsável pela liberação. A última digital apresentada pelo eleitor também fica armazenada no equipamento e é enviada ao TSE, podendo subsidiar investigações. Ocorrências incomuns devem ser registradas na ata da seção eleitoral.

Segundo apuração anterior do Estadão Verifica, casos de votação em nome de terceiros são pontuais e geralmente decorrem de falhas humanas. O Brasil tem 158 milhões de eleitores aptos a votar, dos quais 141 milhões possuem cadastro biométrico, o equivalente a 89% do eleitorado. O advogado especialista em Direito Eleitoral Ricardo Vita Porto também ressaltou que essas ocorrências não se confundem com fraudes no sistema eletrônico de votação.

Eleitores que permanecem na fila às 17h recebem senhas e podem votar após esse horário. Portanto, registros de votação posteriores ao encerramento oficial não constituem, por si só, evidência de fraude.

O TSE prevê ainda que os dois últimos eleitores sejam convidados a acompanhar o encerramento e receber uma cópia do Boletim de Urna (BU), documento que informa a quantidade de votos registrados na seção. Representantes de partidos, federações e coligações também podem fiscalizar o processo eleitoral.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Senador eleito Gustavo Gayer disseminou alegação falsa no canal do WhatsApp "Tropa do Flávio".

Dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) mostram que, no primeiro turno, 0,47% dos eleitores votaram após as 17h. Os casos de votação sem reconhecimento biométrico corresponderam a aproximadamente 0,04% do eleitorado, segundo o tribunal.

Fiscalização

A Justiça Eleitoral adota procedimentos de controle antes e depois das eleições. O cadastro eleitoral é atualizado com informações dos cartórios de registro civil, transmitidas pelo Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (Infodip). Quando há tempo hábil, os nomes de pessoas falecidas são retirados das folhas de votação. Caso contrário, podem ser incluídas anotações de impedimento.

Após as eleições, a Resolução TSE nº 23.750/2026 prevê o cruzamento dos registros de comparecimento com os de justificativa de ausência para identificar possíveis irregularidades. A existência dos dois registros para o mesmo turno, porém, não indica necessariamente uma infração: o eleitor pode justificar a ausência por acreditar que não chegará a tempo e, posteriormente, conseguir votar.

Antes do início da votação, a urna emite a zerésima, documento que comprova a ausência de votos registrados e deve ser assinado pelos fiscais e integrantes da seção eleitoral. Ao final, o Boletim de Urna reúne os resultados da votação, que também podem ser consultados pela internet. (Com informações de O Estado de S. Paulo)

Ministério da Justiça diz que mais de 264 mil profissionais vão atuar na segurança do 2º turno.

PRF/Divulgação

Operação reúne forças estaduais e federais, com 26.246 viaturas, 171 embarcações, 66 aeronaves e 116 drones.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública informou nesse sábado (24) que 264.328 profissionais foram mobilizados para atuar na segurança pública durante o segundo turno das Eleições 2026, marcado para este domingo (25). Cerca de 158 milhões de brasileiros estão aptos a votar para presidente da República e, em cinco Estados e no Distrito Federal, também para governador. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) disputam o Palácio do Planalto.

Segundo a pasta, a operação reúne forças estaduais e federais e conta com 26.246 viaturas, 171 embarcações, 66 aeronaves e 116 drones. A coordenação nacional é realizada pelo Ministério da Justiça, por meio do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, em Brasília, em articulação com estruturas estaduais.

O contingente está distribuído da seguinte forma:

- Forças estaduais: 255.060 profissionais, 23.534 viaturas, 171 embarcações e 54 aeronaves.
- Polícia Rodoviária Federal (PRF): 3.200 policiais, 1.200 viaturas e dez aeronaves.
- Força Nacional: 166 profissionais e 22 viaturas.
- Polícia Federal (PF): 5.902 policiais, 1.490 viaturas, duas aeronaves e 116 drones.

Além dos agentes de segurança pública, cerca de 25 mil militares das Forças Armadas foram mobilizados para reforçar a votação e a apuração em 301 municípios. A atuação inclui operações de Garantia da Votação e da Apuração (GVA) e apoio logístico ao transporte de urnas, materiais e equipes eleitorais, especialmente em regiões de difícil acesso.

O planejamento de segurança prevê o monitoramento de crimes eleitorais, violência política, desinformação, crimes cibernéticos, aglomerações e ocorrências nos locais de votação e apuração. A Polícia Federal também atua na prevenção e investigação de delitos eleitorais, incluindo casos relacionados à violência política de gênero e raça. Até 21 de outubro, a corporação havia instaurado 1.538 inquéritos sobre crimes eleitorais ao longo de 2026 e mantinha outros 2.429 em andamento.

As autoridades também estabeleceram diretrizes para garantir o deslocamento dos eleitores. Segundo o Ministério da Justiça, o policiamento não deve criar obstáculos à circulação de pessoas que se dirigem às urnas. Nas rodovias federais, abordagens para verificar infrações administrativas de trânsito devem ficar restritas a situações de risco concreto e iminente à vida ou à integridade física, conforme as orientações divulgadas pela pasta.

A operação reúne, além do Ministério da Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a PRF, a PF, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Ministério da Defesa e órgãos estaduais. (Com informações do portal de notícias g1)

Após fala pejorativa de Flávio no debate da TV Globo, saiba como Lula perdeu o dedo em acidente de trabalho.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sofreu um acidente durante o expediente de trabalho em uma fábrica em 1964, que o levou a perder o dedo ”mindinho”. O episódio foi relembrado pelo petista durante o debate da TV Globo na sexta-feira (23), após seu adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL), proferir uma fala pejorativa dizendo que ele ”dá com uma mão e tira com os nove dedos”. Em resposta, Lula chamou oponente de ”miliciano”.

Na época do acidente, o mandatário atuava como torneiro mecânico na metalúrgica Independência, no bairro Vila Carioca, em São Paulo. Após uma das prensas quebrar, Lula colocou a mão na máquina para fazê-la voltar a funcionar e teve o dedo amassado. Em 2010, o petista também deu mais detalhes sobre o episódio e disse que a decisão de amputar o dedo todo foi do médico que o atendeu de madrugada.

Ricardo Stuckert/PR

Acidente de trabalho aconteceu em 1964, quando Lula era torneiro mecânico em SP.

”Eu era um peão. Cheguei ao hospital com o macacão fedendo a graxa às 3h da manhã. O médico olhou para minha cara e disse: ‘Para que esse peãozinho quer esse dedo? Vou logo tirar’. E tirou o cotozinho. Podia ter deixado o cotó para eu poder coçar o nariz”, disse Lula.

O caso foi relembrado pelo mandatário durante o primeiro bloco do debate da TV Globo após o comentário de Flávio.

”Se tem alguém nesse púlpito, que sabe o que é o mundo do trabalho e perdeu o dedo com os 17 anos, fui eu, trabalhando à noite, quando eu era menor de idade e não podia trabalhar. Não vou permitir que um miliciano me chame de nove dedos. Ele nunca trabalhou na vida, não sabe o que é uma carteira de trabalho”, disse o petista.

O momento também repercutiu entre aliados do petista. No X, o deputado federal André Janones (Rede-MG) compartilhou uma foto de um aperto de mão entre os dois e descreveu Lula na legenda como ”o nove dedos mais amado do Brasil”. A imagem também foi compartilhada pelo parlamentar no canal de WhatsApp ”Exército do Lula”, que está com mais de 10,8 milhões de seguidores.

Perfis de apoiadores do mandatário também criticaram a fala do presidenciável do PL. ”Desrespeitosa, capacitista e violenta a fala de Flávio Bolsonaro sobre os 9 dedos de Lula, resultado de um acidente de trabalho”, escreveu um usuário. ”O desrespeito com quem tem deficiência por obra do trabalho honesto mas exaustivo”, disse outro. ”Minha família sozinha tem no mínimo duas pessoas que perderam um dedo trabalhando no campo por aí, Flávio não conhece o Brasil que vive”, acrescentou um terceiro. (Com informações do jornal O Globo)

Entenda a polêmica sobre ilha de Richarlison citada no debate entre Lula e Flávio.

O senador Flávio Bolsonaro (PL) e o presidente Lula (PT) participaram do último debate entre os candidatos presidenciáveis, antes da votação deste domingo (25), na TV Globo. No quarto bloco do debate, de tema livre, Lula questionou Flávio sobre a disputa envolvendo o jogador Richarlison Andrade e um imóvel em uma ilha em Angra dos Reis (RJ). Lula afirmou que o advogado Willer Tomaz, amigo de Flávio, teria conseguido regularizar os direitos sobre o imóvel em apenas uma semana, enquanto o jogador ainda aguardava a regularização de sua situação.

Flávio, por sua vez, negou irregularidades e afirmou que o caso já foi analisado pela Justiça e teve decisão definitiva. Também disse que Willer é seu amigo, mas não seu sócio. Em seguida, dirigiu-se ao jogador e afirmou que ele teria sido enganado na negociação.

O caso voltou ao centro das atenções neste mês. Richarlison publicou um vídeo nas redes sociais em que acusou Flávio Bolsonaro de envolvimento na disputa pelos direitos de ocupação de um imóvel na Ilha Comprida, em Angra dos Reis (RJ).

A disputa começou em 2020, quando Richarlison afirma ter investido cerca de R$ 10 milhões na aquisição de direitos sobre a mansão e em despesas relacionadas ao imóvel, por meio de uma empresa da qual é sócio. Segundo o jogador, Flávio Bolsonaro demonstrou interesse no imóvel, mas ele se recusou a vendê-lo. O atacante acusa o senador de ter se aliado ao advogado Willer Tomaz, amigo de Flávio, para retirar dele os direitos que reivindica sobre a área.

Segundo reportagem publicada pelo Metrópoles em 2022, Flávio Bolsonaro visitou a mansão em julho de 2020, a convite do ex-senador Wilder Morais. Na época, o imóvel era ocupado pelo empresário Antônio Marcos Pereira Silva, que negociava a transferência dos direitos possessórios para o grupo ligado ao jogador.

Em janeiro de 2021, Flávio teria voltado à região acompanhado do advogado Willer Tomaz. Em entrevista ao Metrópoles, Antônio Marcos afirmou que Tomaz demonstrou interesse no imóvel e perguntou se seria possível desfazer a negociação ou convencer os novos compradores a vendê-lo. O advogado, no entanto, deu uma versão diferente: disse que já conhecia o imóvel antes desses episódios.

Em vídeo publicado no Instagram em 17 de outubro, Richarlison afirmou que Flávio Bolsonaro estava entre os interessados em comprar o imóvel, mas que recusou a proposta. O atacante também acusou o senador e Willer Tomaz de terem obtido os direitos de ocupação da área na Justiça após a negativa.

”Como eu não quis vender, os caras pegaram na mão grande lá na Justiça”, declarou. Segundo Richarlison, a regularização da documentação poderia levar meses ou até anos, mas Flávio e o advogado teriam conseguido assumir a posse em apenas 24 horas. O jogador afirmou ainda que investiu cerca de R$ 10 milhões no imóvel e não recebeu qualquer valor pela perda dos direitos que reivindica.

Reprodução

Richarlison acusou Flávio Bolsonaro de envolvimento na disputa pelos direitos de ocupação de um imóvel em Angra dos Reis (RJ).

O assunto voltou à tona em 3 de outubro, quando o jogador da Seleção Brasileira cobrou publicamente uma posição de Flávio Bolsonaro. Em uma postagem no Instagram, o atacante questionou o discurso do candidato em defesa de causas justas e pediu a devolução do imóvel. “Lutar pelo que é justo, né? Então devolve minha ilha!!!”, escreveu.

Como a área pertence à União, a disputa judicial gira em torno dos direitos de posse e ocupação do terreno, e não da propriedade da ilha.

No vídeo, Richarlison respondeu a um desafio feito por Willer Tomaz, que havia cobrado do jogador documentos que comprovassem seus direitos sobre o imóvel. “Estarei mostrando aqui agora os documentos que comprovam que eu comprei a ilha. Foi tudo na frente do juiz, foi tudo na frente do desembargador do Rio de Janeiro e foi tudo correto”, afirmou o atacante.

Entre os documentos apresentados estão contratos de cessão de direitos possessórios e comprovantes de pagamentos feitos a antigos ocupantes da área. Segundo o jogador, dos cerca de R$ 10 milhões investidos no imóvel, R$ 4,66 milhões foram pagos a antigos ocupantes. O restante inclui despesas com reformas e segurança.

O jogador também mostrou números de processos administrativos da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Segundo ele, um pedido de regularização apresentado em setembro de 2021 permaneceu sem conclusão por cerca de dez meses, enquanto uma solicitação vinculada ao grupo de Tomaz teria sido concluída em um único dia, em julho de 2022. (Com informações do G1)

Eduardo Bolsonaro diz em podcast dos Estados Unidos que as urnas brasileiras podem ser fraudadas e defende que Flávio deixe o País se perder a eleição.

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) afirmou, em entrevista a um podcast nos Estados Unidos (EUA), que é a favor de que o irmão, o senador e candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), deixe o Brasil se perder a eleição. Na mesma entrevista, ele colocou em dúvida a confiabilidade das urnas eletrônicas brasileiras.

Eduardo participou ao vivo, no estúdio, do programa "Louder with Crowder", apresentado pelo comentarista político Steven Crowder. Em 2021, o norte-americano teve o canal no YouTube suspenso por uma semana por divulgar alegações falsas sobre a eleição presidencial dos EUA de 2020.

A declaração sobre Flávio foi uma resposta à pergunta de um espectador enviada pelo chat do programa: "Se o seu irmão não ganhar a eleição, vocês têm algo planejado para ajudar o seu pai? Ou é uma situação em que vocês vão ver o que fazer se chegar a esse ponto?"

Eduardo respondeu em tom de brincadeira: "Mandar os fuzileiros navais." Em seguida, ele riu. Após os risos no estúdio, Steven Crowder respondeu em tom sério: "Haveria gente na esquerda furiosa com isso. Gente nas ruas dizendo que isso é construção de nação, que somos um império do mal. Mas esse é um exemplo perfeito do que está errado. Alguma coisa tem que ser feita, a não ser que vocês consigam fazer um ataque de helicóptero para arrancar os telhados da prisão."

Eduardo respondeu: "Teve uma parte do debate em que o Lula disse: olha, você vai perder a eleição. No ano que vem você não vai mais ser senador. Não vai ter imunidade. E nós vamos investigar tudo sobre você. Ele disse isso abertamente, no meio do debate. Ele estava ameaçando meu irmão."

"Se meu irmão não ganhar, eu sou a favor de que meu irmão saia do país. Com certeza. Com certeza", disse Eduardo Bolsonaro. Antes disso, Eduardo também criticou o sistema eleitoral brasileiro: "O problema é que nós não usamos papel, não há contagem pública dos votos, e você precisa confiar na máquina. Nós usamos máquinas e é isso. Esse é o problema."

Em seguida, ele citou uma frase que atribuiu ao ditador soviético Josef Stálin: "Como disse Stálin, não importa em quem você vota, a questão é quem conta os votos, esse é o problema. Então, da mesma forma que eu não posso provar que houve fraude, eles não podem provar que não houve."

O ex-deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF): "E o Congresso aprovou por três vezes o que chamamos de projeto do voto impresso. Mas todas as vezes que aprovamos isso, o Supremo Tribunal Federal disse que era inconstitucional."

Urnas eletrônicas

A urna eletrônica é usada no Brasil desde 1996, e o TSE afirma que nunca houve fraude comprovada no sistema. Ao fim da votação, cada urna imprime um boletim com o total de votos daquela seção. Uma via é afixada na porta da seção, e os fiscais de partidos presentes recebem cópias. O TSE também publica cada boletim na internet, e qualquer pessoa pode comparar os números com o resultado oficial.

Reprodução/YouTube

Em entrevista, Eduardo Bolsonaro colocou em dúvida a confiabilidade das urnas eletrônicas brasileiras.

O Congresso aprovou leis prevendo o voto impresso em 2002, 2009 e 2015. A primeira foi revogada pelo próprio Congresso em 2003. Nas outras duas, os trechos sobre voto impresso foram derrubados pelo STF, em 2013 e em 2020, sob o argumento de que a medida ameaçava o sigilo do voto.

Condenado pelo STF

Eduardo vive nos Estados Unidos desde 2025. Em dezembro daquele ano, a Mesa Diretora da Câmara declarou a perda do mandato dele por excesso de faltas às sessões.

Em junho, a Primeira Turma do STF o condenou, por unanimidade, pelo crime de coação no curso do processo. Segundo a denúncia da PGR, aceita pelo STF, ele atuou junto ao governo americano para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras e a suspensão de vistos de ministros do governo e do STF. O tribunal concluiu que ele agiu para interferir no julgamento do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no processo da trama golpista.

A pena é de quatro anos e dois meses de prisão, em regime inicial semiaberto. A condenação se tornou definitiva em 3 de outubro, sem possibilidade de novos recursos. Em decisão assinada em 7 de outubro e divulgada no dia seguinte, o ministro Alexandre de Moraes determinou o início do cumprimento da pena e a expedição de um mandado de prisão. Ele também ordenou o cancelamento de todos os passaportes brasileiros de Eduardo. (Com informações do portal g1)

Bancada evangélica cresce puxada por influenciadores como Nikolas Ferreira e Lucas Pavanato.

Com três dos cinco deputados mais votados do país e Jair Renan Bolsonaro (PL-SC), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, a bancada evangélica na Câmara dos Deputados deve crescer a partir de 2027.

A próxima legislatura terá 97 deputados que se declaram evangélicos, 16 a mais que em 2022. O grupo passará de 15,8% para pelo menos 18,9% das 513 cadeiras, segundo levantamento do Iser (Instituto de Estudos da Religião).

Os católicos tiveram a maior expansão absoluta, passando de 237 deputados em 2022 (46,2%) para 270 em 2026 (52,6%). Já os congressistas sem religião caíram de 12 para seis.

Apesar do crescimento, os evangélicos continuam sub-representados em relação à população brasileira: no Censo de 2022, correspondiam a 26,9% dos brasileiros com 10 anos ou mais.

"Continuamos sub-representados no Congresso", afirma Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ex-presidente da bancada. Ele espera que a renovação torne o grupo mais atuante na defesa de pautas ligadas a valores morais.

A mudança é marcada pelo desgaste de lideranças tradicionais. Dos cinco deputados que comandaram a bancada desde 2018, apenas Sóstenes se reelegeu. Ficaram de fora nomes como Cezinha de Madureira (PL-SP), Silas Câmara (Republicanos-AM), Eli Borges (PL-TO) e Pastor Eurico (PSDB-PE).

A renovação é impulsionada por políticos jovens e com forte presença digital. Os dois deputados mais votados do país são evangélicos: Nikolas Ferreira (PL-MG), de 30 anos, e Lucas Pavanato (PL-SP), de 28. André Fernandes (PL-CE), também de 28, ficou em quarto lugar.

Outro estreante é Guilherme Kilter (Novo-PR), de 24, líder de jovens na Primeira Igreja Batista de Curitiba. Ele critica a bancada por ter "parado no tempo" e defende modernizar sua comunicação nas redes sociais.

Herdeiros de grandes denominações também enfrentaram derrotas. Nenhum dos filhos do missionário R.R. Soares foi eleito. Na Igreja Universal do Reino de Deus, o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, garantiu a reeleição, mas Edna Macedo, irmã do bispo Edir Macedo, e Marcelo Crivella, sobrinho dele, não conseguiram se eleger.

Dos 97 deputados evangélicos identificados pelo Iser, 55 foram reeleitos, ou 56,7% do grupo, abaixo da taxa geral de reeleição da Câmara, de 60,62%.

O PL concentra a maior parcela, com 42 deputados evangélicos. Republicanos tem 14, enquanto

Reprodução

Levantamento do Iser mostra mostra salto de 15,8% para 18,9% dos deputados eleitos.

União Brasil, PSD e PP têm sete cada. Há também sete parlamentares evangélicos em partidos de esquerda, entre eles o pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ).

Regionalmente, o Sudeste reúne 39 deputados evangélicos. O Centro-Oeste apresenta a maior proporção, com 24,4% dos eleitos da região, enquanto o Nordeste tem a menor, 12,6%.

Para a antropóloga Lívia Reis, coordenadora da pesquisa, os candidatos passaram a explorar a identidade cristã de maneira mais difusa, sem necessariamente se vincular a igrejas específicas. Influenciadores digitais cristãos, como Nikolas Ferreira, contribuíram para eleger novos nomes.

Reis também identifica uma aproximação entre as bancadas do boi, da bala e da Bíblia, ligadas ao agronegócio, à segurança pública e ao conservadorismo religioso. Segundo ela, a maioria dos parlamentares militares ou ligados às polícias é cristã, indicando a articulação entre pautas punitivistas e conservadoras.

O levantamento do Iser considera a religião declarada pelos deputados, não a composição oficial da Frente Parlamentar Evangélica, cuja adesão é voluntária e exige ao menos 171 signatários para formalização.

Senado

O Senado será 95% cristão, segundo o Iser. Dos 81 senadores, 58 são católicos (71,6%), 15 se declaram evangélicos (18,5%) e quatro se identificam genericamente como cristãos.

O PL concentra oito dos 15 senadores evangélicos. Republicanos e Novo têm dois cada, enquanto União Brasil e PP têm um representante cada. A única representante da esquerda no grupo é Samanda Alves de Freitas (PT-RN). (Com informações da Folha de S.Paulo)

Bancada da bala cresce e foca na redução da maioridade e no punitivismo.

A bancada da bala chegará ao Congresso Nacional em 2027 com mais policiais, ex-policiais e militares eleitos do que em 2018 e 2022. O grupo pretende ampliar sua influência sobre a agenda de segurança pública, priorizando a redução da maioridade penal, o endurecimento das regras de cumprimento de penas e a ocupação de espaços estratégicos, como a Comissão de Segurança Pública da Câmara.

Para especialistas, o resultado eleitoral confirma a consolidação de um grupo que deixou de atuar apenas na defesa de interesses corporativos das forças policiais e passou a disputar protagonismo na formulação de políticas de segurança. Eles ressaltam, porém, que essa atuação ainda não demonstrou resultados concretos no enfrentamento da criminalidade.

Segundo levantamento da Folha com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 41 candidatos militares ou policiais foram eleitos para a Câmara e o Senado, ante 35 em 2022, um aumento de 17,14%. A contagem considera candidatos que declararam ocupações como policial civil ou militar, bombeiro militar, militar reformado e integrante das Forças Armadas, além daqueles que utilizaram patentes ou referências profissionais no nome de urna.

O número pode ser maior, já que alguns candidatos não declaram ocupação militar nem utilizam patentes na urna. É o caso do senador eleito Guilherme Derrite (PP-SP), capitão da reserva da Polícia Militar de São Paulo.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF), um dos principais representantes do grupo, estima que 60 integrantes da bancada tenham sido eleitos. Para ele, o resultado demonstra que os eleitores cobram medidas mais rigorosas contra a criminalidade.

O PL ampliou de 16, em 2022, para 22 o número de congressistas ligados às forças de segurança eleitos em 2026, concentrando cerca de 53% dos representantes identificados pelo levantamento.

Para Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, a bancada mudou de perfil. Antes mais concentrada em reivindicações salariais, condições de trabalho e benefícios profissionais, passou a incorporar o chamado "policial influencer", que utiliza o mandato e as comissões legislativas para produzir conteúdo político nas redes sociais. Entre os exemplos estão Paulo Bilynskyj (PL-SP), Gilvan da Federal (PL-ES) e Delegado Caveira (PL-PA).

O especialista em segurança pública Luis Flávio Sapori relaciona o fortalecimento do grupo à preocupação crescente dos brasileiros com a violência e à percepção de que os governos não apresentaram respostas suficientes. Já Rodrigo Azevedo, professor da Escola de Direito da PUC-RS, afirma que, ao ultrapassar as reivindicações corporativas, a bancada tende a priorizar o endurecimento da legislação penal, com restrições à progressão de regime e ao acesso a saídas temporárias.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A bancada da bala terá mais policiais, ex-policiais e militares eleitos em 2027 do que em 2018 e 2022.

Essas pautas devem continuar no próximo mandato. Além da redução da maioridade penal, Carolina aponta a flexibilização do acesso às armas, o aumento de penas e mudanças nas audiências de custódia. No Senado, a nova composição poderá favorecer propostas alinhadas ao bolsonarismo.

Sapori prevê que o combate ao crime organizado também terá destaque, com iniciativas para classificar facções como organizações narcoterroristas. A discussão poderá envolver a participação das Forças Armadas na segurança pública e a aproximação com a política antiterrorista dos Estados Unidos.

A influência da bancada dependerá ainda do resultado da eleição presidencial. Para Sapori e Azevedo, um eventual governo Flávio Bolsonaro (PL) teria maior convergência com as propostas do grupo, enquanto uma nova gestão de Lula (PT) exigiria mais negociações com o Congresso. Sob Flávio, poderiam ganhar força medidas como a flexibilização do acesso às armas e a ampliação da excludente de ilicitude para policiais.

Os especialistas, contudo, questionam a eficácia de uma agenda centrada no aumento de penas. Sapori alerta que leis mais rígidas não garantem a redução da violência e critica setores da bancada que, segundo ele, defendem abusos estatais e violência policial como estratégias de combate ao crime. Ele também aponta riscos em propostas inspiradas em modelos de encarceramento como o de El Salvador, alvo de denúncias de violações de direitos humanos. (Com informações da Folha de S.Paulo)

Bancada do agro mantém força na Câmara dos Deputados e deve crescer no Senado.

Um dos setores mais críticos ao governo Lula (PT), o agronegócio reelegeu a maioria dos parlamentares ligados ao campo que concorreram na eleição deste ano para o Congresso e viu nomes ligados ao presidente sucumbirem em estados e posições-chave do segmento. A partir de 2027, além de manter a força na Câmara, a bancada do agro ganhou tração no Senado e a previsão é que cerca de 60% dos 81 senadores que estarão no cargo façam parte da bancada ruralista.

Criada oficialmente em 2002, a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) conta atualmente com 349 parlamentares, sendo 302 deputados federais e 47 senadores, e ampliou o alcance no atual governo Lula. Em 2023, eram 287 membros.

A relação com o governo federal foi turbulenta nos últimos anos. O agro afirma não existir uma política agrícola previsível e segura para os produtores rurais e que o campo enfrenta juros elevados, crédito caro e restrito, diminuição dos recursos efetivos de financiamento e um seguro rural insuficiente.

Entre 2021 e o ano passado, despencou a área de lavouras protegidas por seguro rural no país, segundo dados da CNSeg (Confederação Nacional das Seguradoras), teve queda de 76,6%, de 13,7 milhões de hectares de área plantada segurada para 3,2 milhões de hectares no ano passado, 95% das apólices feitas por pequenos e médios produtores rurais.

A essa conjuntura, somam-se dificuldades climáticas, alta de custos e redução de margens, o que agravou o endividamento. Em agosto, ruralistas cobravam a renegociação das dívidas, um mês após MP (Medida Provisória) sobre o tema. Dias depois, saiu a portaria governamental, mas isso gerou nova queixa, por envolver, conforme os parlamentares, operações que somavam R$ 25,8 bilhões, abaixo dos R$ 100 bilhões anunciados pelo governo e muito aquém dos R$ 197,2 bilhões da chamada "carteira problemática" do setor. Resolveria só 13% do problema.

Nem todos os deputados da bancada tentaram reeleição, como o vice-presidente da FPA Arnaldo Jardim (Cidadania), enquanto outros disputaram Senado ou governos estaduais. Mas 67% dos que tentaram reeleição obtiveram novos mandatos nas urnas.

Até aqui, a frente conta com 180 deputados federais eleitos que já integram o grupo. Esse é, aponta o deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), presidente da FPA, o ponto de partida para a nova legislatura, até a adesão de futuros parlamentares.

No Senado, 40 senadores já têm vínculo com a bancada, número que pode chegar a 50, segundo Lupion, superando os 47 atuais. "Nossa expectativa é ampliar a representatividade, especialmente no Senado, onde podemos chegar à casa dos 50 parlamentares considerando os eleitos com perfis alinhados ao setor. Na Câmara, existe um espaço importante para novas adesões. O objetivo é manter uma bancada forte, representativa e comprometida com as pautas da agropecuária brasileira", disse.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Bancada do agro ganhou tração no Senado.

Das 81 cadeiras do Senado, 54 estavam em disputa neste ano e membros da bancada do agro levaram 24 delas, incluindo nomes como Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara e atual primeiro vice-presidente da ACNB (Associação dos Criadores de Nelore do Brasil), a raça representa 80% do gado de corte do rebanho nacional.

Para o presidente da Faesp (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo), Tirso Meirelles afirmou que o próximo Congresso será mais coeso e poderá pensar em planejamento a longo prazo para o setor e o país, e que levou ao vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), críticas sobre a relação do governo com o setor.

"O presidente não poderia tratar o agro dessa forma. Se ele teve as suas preferências, é uma coisa. As preferências mudam. Agora, se radicalizar, chamar nós de fascistas, falar que nós temos que ajoelhar, sabe? São coisas insanas, né? Óbvio que temos problemas no setor. Tem pessoas que tomam algumas posições erradas? Tem. Mas aí você tem as ações judiciais… Precisaria um jogo de cintura mais no sentido diplomático, trabalhando com a sociedade, um projeto de país, é um ganha-ganha para a sociedade. Ninguém quer ser melhor que ninguém, radicalismo tanto da esquerda como da direita não vai para lugar nenhum."

Segundo Meirelles, o seguro rural se destaca entre os problemas enfrentados pelo setor e é fundamental para que possa dar tranquilidade e permitir a recuperação no caso de problemas no campo. "O endividamento que temos hoje é por falta de seguro." (Com informações da Agência Folhapress)

A Bolsa brasileira acumula alta de 15,3% desde a confirmação das candidaturas de Lula e Flávio à Presidência, em agosto, enquanto o dólar recuou 2% no período.

A Bolsa brasileira acumula alta de 15,3% desde a confirmação das candidaturas à Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) em agosto, enquanto o dólar recuou cerca de 2% no período, em meio a apostas dos investidores numa mudança no poder com a eleição do senador.

Agora, a euforia dos investidores dá lugar à cautela em relação a como os ativos devem reagir ao resultado das urnas, em uma disputa acirrada que pode influenciar o rumo dos ativos brasileiros nas próximas semanas.

Analistas veem espaço para uma nova rodada de valorização em caso de vitória de Flávio, mas avaliam que parte desse cenário já está incorporada aos preços, após a reação positiva dos ativos quando o senador assumiu a dianteira no primeiro turno. Uma reeleição de Lula, por outro lado, pode provocar uma correção dos ganhos recentes, diante das incertezas sobre a trajetória das contas públicas.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou a sexta-feira (23), último pregão antes da eleição, aos 205.082 pontos, ante 178.000 pontos em 3 de agosto, dia seguinte à convenção do PT que confirmou a candidatura de Lula. No mesmo período, o dólar passou de R$ 5,087 para R$ 4,989.

A reação dos ativos se intensificou no pregão seguinte ao primeiro turno, quando os juros futuros despencaram, o dólar recuou para perto de R$ 5 e a Bolsa disparou, fechando pela primeira vez na história acima dos 200 mil pontos, depois que Flávio saiu da votação com uma vantagem sobre Lula maior que a esperada .

Um levantamento do Citi com 73 gestores de fundos de ações e multimercados mostra a diferença entre as previsões para cada cenário. Em caso de vitória de Flávio, 49,3% dos entrevistados esperam alta superior a 5% do Ibovespa, enquanto 48% projetam valorização de 1% a 5%.

No câmbio, 78,1% dos gestores esperam valorização do real de 2% a 5% ante o dólar. Já em caso de vitória de Lula, 80% projetam queda superior a 5% da Bolsa, e 63% esperam desvalorização do real acima de 5%.

Para Ricardo Pompermaier, estrategista-chefe da Davos Investimentos, uma vitória de Flávio tende a dar continuidade à melhora dos ativos brasileiros observada após o primeiro turno, com queda dos juros futuros e valorização da Bolsa, impulsionadas pela expectativa de ajuste fiscal.

O espaço para valorização do real, porém, seria mais limitado pelo cenário externo. Em caso de reeleição de Lula, Pompermaier prevê uma reação negativa, com abertura da curva de juros, queda da Bolsa e alta do dólar, diante da menor expectativa de ajuste das contas públicas.

Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos, afirma que o dólar ainda pode cair em caso de vitória de Flávio,

Freepik

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou a sexta-feira (23), último pregão antes da eleição, aos 205.082 pontos.

embora parte do movimento já tenha ocorrido após o primeiro turno. Se Lula for reeleito, porém, a correção dos ativos pode ser mais intensa do que os ganhos recentes, diante da surpresa negativa para investidores que esperam uma mudança na condução da política fiscal.

”Acho que existe uma chance de ter uma correção muito mais forte se o Lula ganhar, uma reação que vai pegar o mercado bem de surpresa”, diz.

Na Bolsa, uma vitória de Flávio poderia favorecer tanto a entrada de investidores estrangeiros quanto a de brasileiros, cuja participação na alta das ações após o primeiro turno foi menor, segundo Veronese. Passada a reação inicial, porém, o mercado deve avaliar a composição da equipe econômica, as medidas anunciadas e a viabilidade de implementação das promessas de cortes.

Apesar da valorização recente, ainda pode haver espaço para uma nova rodada de alta dos ativos brasileiros caso Flávio vença a eleição, diz Luccas Fiorelli, planejador financeiro CFP pela Planejar. Segundo ele, parte dos ganhos foi devolvida nas últimas semanas, à medida que as pesquisas eleitorais passaram a apontar uma disputa mais apertada.

A reação positiva, contudo, tende a ser menor que a observada após o primeiro turno, quando o Ibovespa subiu 7,7% em um único pregão e o dólar caiu cerca de 4%, diz Fiorelli.

Para o especialista, o movimento pode ocorrer em etapas: uma primeira após a confirmação do resultado eleitoral e outra entre novembro e dezembro, com o anúncio da equipe econômica e o detalhamento das medidas fiscais. Entre os ativos que poderiam se beneficiar estão as chamadas small caps, ações de empresas menores e mais sensíveis à economia doméstica, além de companhias favorecidas pela redução dos juros. (Com informações da Folha de S.Paulo)

ESG deixa de ser privilégio de grandes corporações e vira estratégia de mercado e acesso a capital para pequenas e médias empresas.

O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança, em português), criado em 2004 sob o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas), deixou o nicho dos fundos internacionais de investimento para se consolidar como exigência central de sobrevivência, eficiência operacional e acesso a capital para PMEs (pequenas e médias empresas) e startups no Brasil.

O diagnóstico é da advogada e especialista em compliance Fernanda Romero, que aponta o alinhamento das práticas ambientais, sociais e de governança como um critério determinante de competitividade, atração de investimentos e proteção jurídica.

De acordo com dados da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), 72% das instituições financeiras no País já integram ou estão em fase de implementação de critérios de sustentabilidade em suas decisões de negócios. Além disso, 45% dessas instituições citam a gestão de riscos como o principal motivo para a adoção da agenda.

O movimento acompanha um cenário global impulsionado por marcos institucionais, como a adesão da Bolsa B3 a índices sustentáveis e a formalização de diretrizes para PMEs elaboradas pelo Sebrae, IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e Pacto Global da ONU.

”É preciso entender que a performance financeira e a responsabilidade socioambiental caminham lado a lado. Pequenas e médias empresas que adotam essas rotinas desde a fundação ganham eficiência, minimizam ruídos operacionais e se tornam fornecedoras preferenciais em cadeias produtivas de grandes corporações”, avalia Fernanda.

A ideia é simples e poderosa: empresas que se preocupam genuinamente com fatores ambientais, sociais e de governança são mais preparadas para lidar com riscos e gerar valor de longo prazo.

E, nesse contexto, a governança corporativa é o alicerce central para mitigar riscos societários e trabalhistas. Estruturas enxutas não exigem burocracia excessiva, mas a implementação de condutas claras: acordos de sócios bem delimitados, prestação de contas interna transparente, códigos de conduta objetivos e canais seguros de denúncias. Estimativas do setor indicam que a maior parte das ações trabalhistas envolvem micro e pequenas empresas. Sendo estas, em sua maioria, ocorrências evitáveis com gestão de pessoas adequada, prevenção ao assédio e cumprimento das exigências de segurança do trabalho, como a nova NR-1.

No campo socioambiental, soluções pragmáticas demonstram viabilidade econômica. Alguns casos exemplificam a tendência, como: a concessionária BRT Sorocaba, que alcançou 90% de autonomia energética com usinas fotovoltaicas em seus terminais, gerando excedente para a cidade; a operadora MobiBrasil, que reduziu em mais de 30% o consumo anual de água potável por meio de estações de reuso na lavagem de frotas; e startups como a Mombak e a Descarte Correto, que converteram reflorestamento e gestão de resíduos tecnológicos em modelos de negócios rentáveis e atrativos para fundos globais de venture capital.

Divulgação

O diagnóstico é da advogada e especialista em compliance Fernanda Romero.

Os riscos do greenwashing e bluewashing

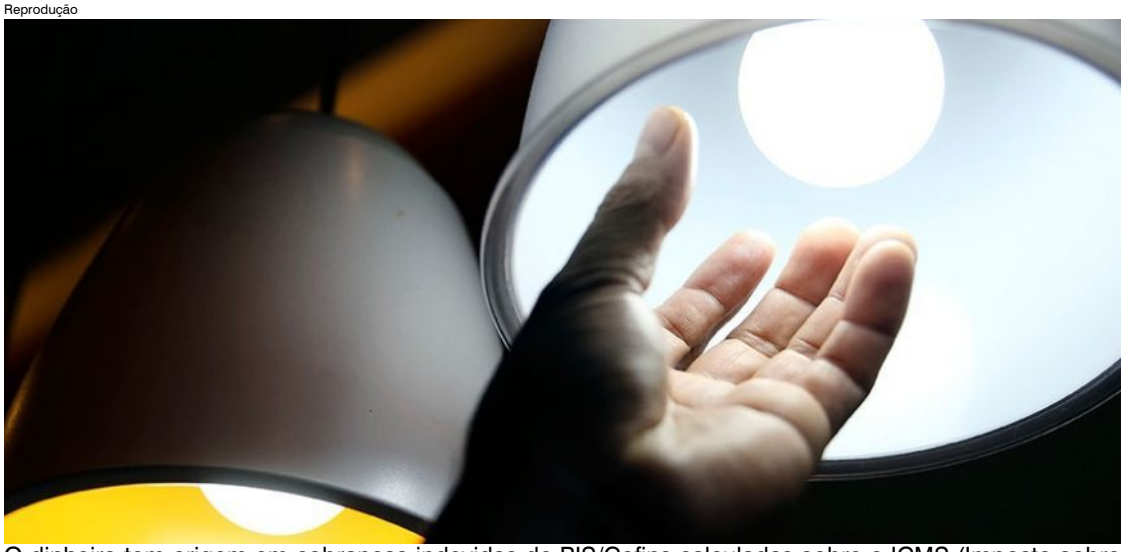
A especialista alerta, contudo, para os perigos da adesão superficial de discursos institucionais desacompanhados de práticas reais. A simulação de compromissos ambientais (greenwashing) ou a utilização indevida de agendas sociais e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (bluewashing) expõem as organizações a graves sanções legais e danos reputacionais.

A prestação de informações enganosas ou sem fundamentação auditável configura infração ao Artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor, sujeitando a empresa a multas administrativas emitidas por órgãos como Procon, Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária e Autoridade Nacional de Proteção de Dados, além da rescisão de contratos comerciais e boicotes de consumidores.

”Mentir sobre compromissos sustentáveis é uma ação perigosa e altamente arriscada. Para evitar armadilhas reputacionais, as empresas devem comunicar apenas ações comprováveis, respaldadas por dados técnicos, auditorias ou certificações reconhecidas, como a ISO 14001. No ecossistema ESG, a coerência entre o discurso e a prática operacional é o único ativo capaz de gerar valor sustentável no longo prazo”, conclui Fernanda.

Supremo define prazo para devolução de cobranças indevidas em contas de luz.

Reprodução



O dinheiro tem origem em cobranças indevidas de PIS/Cofins calculadas sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), de origem estadual.

O STF (Supremo Tribunal Federal) fixou o marco temporal em 10 anos para que as distribuidoras de energia elétrica devolvam aos consumidores valores cobrados indevidamente nas contas de luz.

O dinheiro tem origem em cobranças indevidas de PIS/Cofins calculadas sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), de origem estadual. Em 2017, o STF decidiu que esse tributo não deve integrar a base de cálculo das duas contribuições federais. A decisão ficou conhecida como “tese do século”.

De acordo com o STF, a contagem começa quando as empresas recuperaram o dinheiro pago a mais à Receita Federal ou quando a compensação tributária tiver sido definitivamente homologada.

A decisão complementa o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7324, em agosto de 2025. Na ocasião, o STF confirmou a validade da Lei 14.385/2022, que autoriza a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a estabelecer regras para a devolução desses recursos aos consumidores.

Com isso, as distribuidoras de energia passaram a recuperar valores que haviam sido recolhidos a mais à Receita Federal, segundo o STF. Como o PIS/Cofins compunham os custos considerados nas tarifas de energia, os consumidores também haviam arcado com parte dessas cobranças.

Para garantir que o dinheiro recuperado beneficiasse quem pagou a mais, o Congresso aprovou uma legislação que atribuiu à Aneel a responsabilidade de regulamentar a devolução.

O Legislativo também havia definido o prazo de dez anos para a restituição, mas havia dúvidas sobre o momento em que esse período deveria começar a ser contado. A questão foi retomada por meio de embargos de declaração, recurso utilizado para esclarecer pontos de uma decisão judicial, relatados pelo ministro Alexandre de Moraes.

Com o novo esclarecimento, o STF confirmou que o prazo começa na data em que a distribuidora recuperou os valores ou obteve a homologação definitiva da compensação tributária.

O prazo de dez anos também estabelece um limite para essa obrigação. Se já houver transcorrido mais de dez anos desde a recuperação dos valores ou a homologação definitiva da compensação, a obrigação de devolução estará prescrita.

Nesse caso, as distribuidoras poderão deixar de repassar os recursos abrangidos pela prescrição.

Novas regras: Banco Central anuncia medidas para coibir "abusos" nas ofertas de crédito.

O Banco Central (BC) anunciou às vésperas do segundo turno das eleições, três medidas para proteger os consumidores contra abusos nas ofertas de crédito e trazer mais transparência antes da contratação das operações. O objetivo, segundo a autoridade monetária, é proteger os clientes e reduzir situações que possam favorecer o endividamento excessivo dos consumidores.

O propósito, segundo a autoridade monetária, é reduzir situações que possam favorecer o endividamento excessivo dos consumidores. A decisão do BC foi tomada diante do patamar recorde do comprometimento da renda dos brasileiros.

A partir de 31 de março de 2027, as instituições deverão oferecer um mecanismo claro para bloqueio de propagandas e ofertas ativas. A norma prevê proteção reforçada para clientes em situação de maior vulnerabilidade financeira ou risco de endividamento excessivo.

Para identificar quem se enquadra nessa condição, as instituições devem considerar a renda disponível dos clientes, a fragilidade do consumidor em função de sua idade e nível de escolaridade e verificar se essa pessoa utiliza o crédito rotativo ou o parcelamento de fatura de cartão de forma persistente, em três ou mais faturas em um intervalo de tempo de seis meses.

As ofertas de crédito dependerão de autorização prévia dos consumidores e devem ter como única finalidade melhorar as condições financeiras desse público. É o caso, por exemplo, de ofertas de renegociações, portabilidade ou migração para produtos mais vantajosos, sem oferecer novos recursos.

O Banco Central pondera, nesse caso, que a medida não restringe a iniciativa do cliente de pesquisar por conta própria e contratar produtos financeiros. Em nota, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) afirma que os associados já operam sob um ”conjunto robusto e rígido de normas e de autorregulacao que buscam garantir a oferta responsável de crédito e proteger a capacidade financeira dos clientes”.

”O estabelecimento de iniciativas voltadas à proteção dos consumidores, à transparência e à coibição de práticas abusivas contribuem para o bom funcionamento do mercado de crédito, para a proteção dos consumidores, em linha com a sustentabilidade do segmento e seu papel no acesso ao crédito pela população”, diz.

Procuradas, ABBC (Associação Brasileira de Bancos) e Zetta (associação que representa instituições financeiras e de pagamentos, como Nubank e Mercado Pago) não comentaram até a última atualização desta reportagem.

Outra mudança é que as instituições deverão oferecer aos clientes um painel de dívidas consolidadas, a partir de 1º de julho de 2027. Nesse painel, estarão reunidas informações sobre todas as operações de crédito já contratadas pelo cliente, ampliando a visibilidade sobre o nível de endividamento do cidadão e sobre o comprometimento da capacidade de pagamento dele.

Antes de novas contratações, as instituições deverão também apresentar simulações dos custos da operação e de seu impacto financeiro, além de alertas para situações de maior risco, quando o comprometimento da capacidade mensal de pagamento do cliente atingir 40%, por exemplo.

Inicialmente, o painel vai trazer apenas operações mantidas na própria instituição. Para permitir uma visão mais abrangente do endividamento, posteriormente, serão incorporados dados do SCR (Sistema de Informações de Créditos) e do open finance–ecossistema que permite o compartilhamento de dados pessoais, bancários e financeiros entre instituições, mediante autorização do cliente.

ABr

A medida não restringe a iniciativa do cliente de pesquisar por conta própria e contratar produtos financeiros.

O BC também estabeleceu novas regras para a oferta de crédito em transações via Pix. A partir de 1º de julho de 2027, as instituições deverão disponibilizar informações e ferramentas como simulador de crédito e ambiente para consulta das operações contratadas.

A oferta de crédito dependerá de consentimento prévio do usuário, com intervalo mínimo de 24 horas entre a habilitação e a primeira oferta. A pessoa poderá, quando quiser, retirar a autorização concedida, e o efeito será imediato.

A regulamentação também determina restrições para algumas modalidades do Pix e regras para devoluções relacionadas a operações de crédito. É vedada a oferta de crédito durante a realização de um Pix em valor superior ao da transação inicial, em operações agendadas ou nas funções saque ou troco.

Apesar das mudanças, a autoridade monetária disse que o Pix continuará sendo recebido de forma instantânea e integral pelo beneficiário da transação, independentemente do número de parcelas e do prazo de pagamento contratados.

”As normas inauguram um conjunto de medidas voltadas a ampliar a proteção dos cidadãos nas relações de crédito, promover o bem-estar financeiro das famílias e mitigar os riscos associados à participação de modalidades de crédito mais onerosas na composição de suas dívidas”, disse o BC em nota.

Em setembro, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, disse estar preocupado com a oferta de crédito ”agressivo ou até predatório” e defendeu medidas preventivas e de transparência contra o endividamento, especialmente no caso de linhas mais arriscadas, com custo mais elevado, geralmente sem garantias.

A inadimplência das famílias no crédito livre, em que as condições são livremente pactuadas entre bancos e clientes, chegou ao recorde de 8% em agosto, segundo dados do BC. É o maior nível da série histórica, iniciada em março de 2011. Isso significa que a cada R$ 100 emprestados nesse segmento, R$ 8 estão com pagamento em atraso há mais de 90 dias. (Com informações da Agência Folhapress)

Apesar de alta dos alimentos, prévia da inflação desacelera de acordo com o IPCA-15.

Reprodução

Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados no período de 16 de setembro a 14 de outubro.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação, veio abaixo das expectativas e registrou alta de 0,32% em outubro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA-15 de outubro ficou abaixo do piso das estimativas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções iam desde uma alta de 0,37%, com teto de avanço de 0,50%, e mediana positiva de 0,44%. O resultado representou uma desaceleração ante setembro, quando subiu 0,70%.

Ao todo, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram alta em outubro. A queda de itens como passagens aéreas (-9,24%) e energia elétrica residencial (-0,89%) ajudou a conter a alta no mês.

Por outro lado, o grupo alimentação e bebidas representou a maior pressão para a alta. Os alimentos subiram 0,88% no mês e tiveram impacto de 0,19 ponto porcentual no indicador cheio. A alimentação no domicílio acelerou 1,01% em relação ao mês anterior puxada pelo comportamento de preços do tomate (24,54%), da cebola (13,63%), da batata-inglesa (10,96%) e do arroz (5,80%). Por outro lado, destacaram-se os recuos da cenoura (-10,67%), das frutas (-1,37%) e do café moído (-1,16%).

Com o resultado anunciado, o IPCA-15 acumulou um aumento de 4,15% no ano. A taxa em 12 meses ficou em 4,62%, superando o teto de 4,5% da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. Ainda assim, o resultado em 12 meses veio abaixo da mediana das projeções, de alta de 4,74%, com estimativas que iam de 4,47% a 4,81%.

Para a economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese, o resultado reforça a necessidade de cautela na condução da política monetária, mas ainda permite a continuidade dos cortes da Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

A economista mantém a expectativa de reduções de 0,25 ponto porcentual nas duas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), sem mudanças, por ora, no cenário para 2027.

"A única coisa que ainda preocupa é a inflação de serviços, especialmente os serviços subjacentes, que continuam subindo. Isso é um retrato de uma economia que, embora esteja em processo de desaceleração, ainda tem um mercado de trabalho bastante aquecido", afirma.

Na avaliação de Claudia Moreno, economista do C6 Bank, a principal surpresa positiva veio da queda das passagens aéreas, enquanto a inflação de serviços segue como um ponto de atenção.

O banco mantém projeção de alta de 5% para o IPCA de 2026 e prevê a manutenção da Selic em 13,75% até o fim do ano, embora não descarte a possibilidade de mais um corte de juros. Para Moreno, a inflação elevada e as expectativas acima da meta exigem cautela do Banco Central.

Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados no período de 16 de setembro a 14 de outubro de 2026 (referência) e comparados com aqueles vigentes de 15 de agosto a 15 de setembro de 2026 (base). (Com informações de O Estado de S. Paulo)

Governo Lula promete alívio a bares e restaurantes impactados pelo fim da jornada de trabalho 6x1.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para perdoar dívidas de empresas do setor de eventos, como casas de show, bares e restaurantes, enquadradas no Simples Nacional, nos mesmos moldes do que fez com os microempreendedores individuais (MEIs). Em outra frente, empresas de pequeno porte poderão acessar uma linha de crédito com juros reduzidos e subsidiados. Operada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a linha deverá ser lançada nos próximos dias para aplacar eventuais impactos da redução da escala de trabalho.

Com o fim da 6x1, todos os empregados formais passam a ter duas folgas semanais remuneradas a partir de dezembro.

O anúncio foi feito pelo ministro Paulo Pereira, do Empreendedorismo, três dias depois de o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência da República em disputa com Lula, anunciar o desejo de retomar, se eleito, o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). Criado na pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) para socorrer o setor de eventos, praticamente fechado àquela altura, o programa zerou as alíquotas de PIS/Pasep, Cofins, CSLL e IRPJ. Com regras frouxas, ele acabou sendo usado por influenciadores digitais e empresas de segmentos que cresceram na pandemia. A Polícia Federal e a Receita Federal também investigam o uso do programa para lavagem de dinheiro e sonegação de impostos.

O ministro de Lula não citou o Perse ou a proposta de Flávio Bolsonaro, mas disse que a avaliação no governo é a de que o setor de eventos vem sendo penalizado nos últimos anos e precisa ser atendido. "É um setor que teve ajuda na época da pandemia, mas que a gente avalia que ainda está muito ferido, carregou muitas dívidas ao longo dos últimos anos.

Pereira esteve reunido com o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), e com o senador Camilo Santana (CE), líder do PT no Senado, com os quais definiu o que chamou de uma agenda para microempresas e empresas de pequeno porte.

"As dívidas dos MEIs foram todas perdoadas, se aumentou o teto de faturamento. E agora o esforço do governo é acelerar, intensificar as reformas para o Simples", afirmou. Estão enquadradas no Simples Nacional as microempresas, com faturamento bruto anual de até R$ 360 mil, e as empresas de pequeno porte, com até R$ 4,8 milhões.

A intenção de dar um alívio aos impactados pelo fim da escala 6 x 1 foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. "Se identificarmos dívidas de pequenos empreendedores de setores mais afetados (pelo fim da escala 6 x 1), vamos apresentar propostas, seja proposta de crédito para ajudar no capital de giro, seja proposta de revisão e perdão de dívida, se irrecuperáveis", disse. Essa medida, segundo o ministro da Fazenda, está inserida na campanha do presidente Lula.

Divulgação

Plano para empresas de pequeno porte inclui também linha de crédito via BNDES com juros subsidiados.

Até o fim do ano, segundo o ministro do Empreendedorismo, um projeto de lei deverá prever melhorias no modelo do Simples. "A ideia é buscar também um reajuste desse modelo criar uma sofisticação, montar rampas que permitam que o crescimento seja melhor aproveitado pelas empresas, pensar as reformas que esse modelo precisa."

No MEI, o faturamento anual máximo passará dos atuais R$ 81 mil para R$ 110 mil em 2027 e R$ 140 mil em 2028. O último reajuste do MEI havia sido em 2018.

O chefe da pasta do empreendedorismo diz ter iniciado conversas com empresas de pequeno porte para entender como elas vão se adaptar à redução da jornada semanal. "O governo não vai deixar ninguém para trás. O fim da escala 6 por 1 é uma vitória do governo, mas nós vamos cuidar para que as empresas pequenas e médias possam fazer essa transição de forma eficiente, aumentando produtividade e permitindo que esse importante setor saia de forma saudável desse processo."

As mudanças no MEI e no Simples fizeram parte das negociações entre Lula e Hugo Motta pela aprovação do fim da escala de trabalho 6x1. A avaliação era a de que os MEIs, por só terem um funcionário, seriam prejudicados com a redução da jornada semanal.

A lei sancionada por Lula nesta semana também passa a permitir que os MEIs tenham até dois funcionários com registro em carteira. Durigan criticou o plano da campanha de Flávio Bolsonaro de recriar o Perse. "Se tem alguém comprometido com o fiscal, tem que tomar muito cuidado com programas muito abertos, com muita margem para corrupção", falou. (Com informações do jornal A Folha de S. Paulo)

Fim da escala de trabalho 6x1 pode acelerar a automação, resultando na dispensa de trabalhadores.

Reprodução

A mão de obra, que já está escassa, vai encarecer ainda mais com a redução da jornada.

A aprovação do fim da escala 6x1 pelo Congresso pode acelerar mudanças na economia e causar impactos ainda não mensurados no mercado de trabalho brasileiro. A incorporação de novas tecnologias que, por exemplo, permitam ao consumidor fazer compras sem o auxílio de operadores de caixa pode se tornar o "novo normal" e, eventualmente, se estender a outros tipos de serviços em todo o País.

Não se trata de exagero. Uma indústria de Diadema (SP) especializada em caixas de autoatendimento para supermercados, atacados e atacarejos está trabalhando dobrado para atender à demanda. A empresa dobrou a produção de um ano para o outro e está com 3 mil pedidos em carteira, e isso tudo antes de a emenda constitucional ser promulgada.

Ainda são poucas as empresas que oferecem tecnologia amigável e moderna o suficiente para dispensar interferência humana na finalização de compras. No entanto, basta frequentar supermercados das grandes capitais para verificar o crescimento das áreas de autoatendimento e observar como um único operador é capaz de auxiliar vários clientes simultaneamente.

Com a mudança na escala de trabalho, quem não tem capital de giro nem acesso a crédito barato simplesmente reduzirá o horário de funcionamento de seus negócios e repassará o aumento de custo ao consumidor. Mas quem está em situação mais confortável e ainda hesitava em testar essa tecnologia em seus negócios ganhou um impulso adicional pela primeira opção. A mão de obra, que já está escassa, vai encarecer ainda mais com a redução da jornada, enquanto as despesas para aquisição ou aluguel desses equipamentos podem até ser elevadas no curto prazo, mas tendem a cair conforme sua massificação.

A bem da verdade, o Brasil já está bastante atrasado em relação a outros países. Se por aqui a automação ainda engatinha e o número de entregadores que prestam serviços por meio de aplicativos disparou, entregas feitas por drones e carros automatizados já são realidade em alguns lugares dos Estados Unidos e da China. O autoatendimento no comércio é regra há anos, assim como serviços mais simples, como o abastecimento de veículos em postos de combustíveis e o despacho de bagagens em aeroportos.

A tecnologia, a automação e a inteligência artificial podem transformar a economia e alavancar nossa produtividade, mas não virão sem dores nem consequências. Essa transformação eliminará milhões de empregos de baixa qualificação, que são justamente os que mais têm crescido, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os novos postos de trabalho que surgirão a partir dessa revolução tecnológica exigirão um nível de escolaridade e de treinamento que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, por ora, não tem. De que forma o País lidará com isso é uma incógnita. Mas esse é um problema que fica para depois das eleições. (Com informações de O Estado de S. Paulo)

Multidões protestam na França, Espanha, Itália, Bélgica e Albânia; confrontos incluem bombas, pedras e prisões.

Reprodução

Centenas de pessoas reunidas em manifestação em Paris.

Protestos na Europa contra o alto custo de vida, a perda de poder de compra e a deterioração dos serviços públicos levaram milhares de pessoas às ruas da França, Itália, Bélgica, Albânia e Espanha nesse sábado (24). Embora não façam parte de um movimento único, várias das manifestações refletem insatisfação com as condições econômicas e com a resposta dos governos a problemas que afetam o dia a dia da população.

As reivindicações, porém, variam de país para país e incluem pautas políticas e sociais específicas. Ao longo desse sábado, as manifestações também foram marcadas por confrontos entre policiais e grupos de manifestantes. Entenda abaixo as reivindicações que levaram a população às ruas.

A França grita por mais recursos para escolas e serviços públicos, em meio à pressão do governo para controlar os gastos e o endividamento. Na Itália, os protestos são por medidas para enfrentar o custo de vida, os preços dos combustíveis e problemas em áreas como emprego, saúde, educação e moradia. Caminhoneiros, agricultores e metalúrgicos também organizaram bloqueios.

Na Bélgica, a insatisfação é com o custo de vida e a deterioração dos serviços públicos, em um cenário de dívida e déficit elevados. A Espanha quer a defesa das aposentadorias públicas e medidas urgentes contra a crise de moradia. Já a Albânia quer o combate à corrupção, criação de empregos, melhoria da educação e pressão pela saída do primeiro-ministro Edi Rama.

Apesar das diferenças entre as pautas, parte das cobranças esbarra em um desafio comum: a capacidade dos governos de responder às demandas da população em um cenário de pressão sobre as contas públicas e o orçamento das famílias.

O aumento dos custos de energia e combustíveis encarece as despesas cotidianas, enquanto o endividamento elevado limita a margem para ampliar os gastos públicos.

A dívida pública supera o equivalente a toda a produção anual de bens e serviços na Itália, França, Bélgica e Espanha. No segundo trimestre de 2026, o endividamento correspondia a 139,9% do Produto Interno Bruto (PIB) italiano, 119,1% do francês, 110,2% do belga e 101,4% do espanhol, segundo o Eurostat, órgão de estatísticas da União Europeia. Além da dívida elevada, alguns registram déficits públicos acima do limite de referência europeu, enquanto outros enfrentam inflação superior à média da zona do euro. Em 2025, os déficits equivaliam a 5,1% do PIB francês e 5,2% do belga, acima do limite de 3% previsto nas regras fiscais da União Europeia. Na Itália, a inflação chegou a 4,2% em setembro, ante 3,8% na zona do euro.

Ao longo desse sábado, as manifestações também foram marcadas por confrontos entre policiais e grupos de manifestantes. A seguir, veja o que aconteceu em cada país e entenda as reivindicações que levaram a população às ruas. (Com informações do g1)

RS tem mais de 8,5 milhões de eleitores aptos a votar no segundo turno.

Gaúchos nas urnas

Mais de 8,5 milhões de eleitores estão aptos a comparecer às urnas neste domingo (25), no Rio Grande do Sul, para votar no segundo turno das eleições gerais de 2026. Como a disputa ao governo estadual foi definida na etapa inicial com a vitória de Luciano Zucco (PL), o eleitorado do Rio Grande do Sul decidirá apenas o cargo de presidente da República. Cidadãos ausentes no primeiro turno, que registrou abstenção de 21,35%, podem participar normalmente desta etapa final, desde que mantenham o título regularizado. Distribuídos em 27.547 seções eleitorais, quase todos os votantes encontrarão o mesmo esquema logístico do início do mês. Até o fechamento desta edição, alterações pontuais nos locais de votação ocorreram apenas nos municípios de Manoel Viana, Parobé, Santa Maria, São Luiz Gonzaga e Uruguaiana.

Mobilidade eleitoral

Para facilitar o deslocamento até as seções eleitorais, o passe livre no transporte público coletivo está garantido em todo o território gaúcho neste domingo (25). Válida para ônibus urbanos, trens metropolitanos e viagens intermunicipais de longo curso, a medida isenta a cobrança de tarifa dos cidadãos. Com o objetivo de assegurar o atendimento pleno, a frota de veículos deverá circular com a mesma capacidade e horários adotados em dias úteis. Nas rotas rodoviárias entre cidades, a gratuidade vigora desde as 8h deste sábado (24) até as 8h de segunda-feira (26), mediante a apresentação do título físico ou digital. Bilhetes de ida e volta para esses trajetos precisam ser retirados presencialmente nas rodoviárias, não havendo isenção para modalidades especiais, como executivo e leito.

Eleição suplementar

No Litoral Norte, além da votação para presidente da República, os eleitores de Arroio do Sal comparecerão às urnas neste domingo (25) para escolher os novos prefeito e vice-prefeito do município. Convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS), a eleição suplementar ocorre após a cassação dos antigos mandatários por abuso de poder econômico e uso de caixa dois. Duas chapas disputam o pleito, lideradas por Felipe Valim (MDB) e Valdir Cenci (PP), ex-vice-prefeito cassado que concorre novamente por não ter recebido pena de inelegibilidade. Realizado de forma simultânea à escolha federal, o processo de votação municipal também acontecerá das 8h às 17h. Estão aptos a participar do pleito 9.517 eleitores, distribuídos entre os oito locais de votação da cidade.

Segurança reforçada

Ao longo do fim de semana, a Brigada Militar mobiliza mais de 14 mil agentes em uma operação especial de segurança para o segundo turno das eleições. Os policiais atuarão em pontos fixos próximos aos locais de votação e reforçarão o patrulhamento motorizado nas ruas, contando ainda com possível apoio aéreo. Durante a apuração dos resultados, o planejamento prevê presença policial intensificada em espaços públicos e comitês partidários para prevenir eventuais conflitos. Baseada em dados de inteligência e nas ocorrências registradas no primeiro turno, a estratégia orienta a distribuição de todo o aparato da corporação. Para atingir a cobertura máxima nos municípios gaúchos, o comando deslocou servidores de funções administrativas e alunos de batalhões-escola para as frentes de policiamento.

Eduardo Beleske/PMPA

O domingo será de passe livre em todo o RS.

Testes de equipamento

Realizado neste sábado (24) no plenário do TRE-RS, o sorteio das urnas eletrônicas definiu as seções que passarão por auditoria no segundo turno. Dentre as 165 zonas eleitorais do Estado, 27 equipamentos foram selecionados para o Teste de Integridade, que simula uma votação para comprovar o funcionamento correto do sistema. Outras oito máquinas passarão pelo Teste de Autenticidade, focado na verificação das assinaturas e dos resumos digitais dos softwares instalados. Sorteados para os procedimentos, os municípios de Porto Alegre, Triunfo, Estação, Teutônia, Esteio, Sapucaia do Sul, Cerro Largo, Três de Maio, Capivari do Sul, Pinheiro Machado, Espumoso, Machadinho, Candelária, Novo Hamburgo, Três Coroas, Restinga Seca, São Gabriel, Augusto Pestana, Arroio dos Ratos, Santa Cruz do Sul, Boa Vista do Sul, Piratini e Estrela receberão as avaliações de integridade. Para as verificações de autenticidade, foram selecionadas seções de Farroupilha, Rosário do Sul, Itaqui, Canoas, Tavares, Porto Alegre e Taquari. O andamento do trabalho poderá ser acompanhado ao vivo neste domingo (25) por meio do canal da instituição na internet.

(Por Bruno Laux - Instagram @obrunolaux)

Eleição presidencial tem mudança de locais em cinco cidades do RS neste domingo; saiba onde.

Paulo Pinto/Arquivo ABr

Transferência é motivada por aspectos como danos materiais causados pelas chuvas.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) transferiu de local nove sessões de votação para o segundo turno do pleito presidencial deste domingo (25) no Rio Grande do Sul. Por motivos diversos, a medida abrange endereços nos municípios de Manoel Viana (Sudoeste gaúcho), Parobé (Vale do Paranhana), Santa Maria (Centro), São Luiz Gonzaga (Noroeste) e Uruguaiana (Fronteira-Oeste).

"São alterações relacionadas a situações específicas, incluindo problemas emergenciais nas estruturas físicas de prédios atingidos pelos temporais que afetaram o Estado", ressalta o órgão no site tre-rs.jus.br. "A orientação geral é que os demais eleitores compareçam aos mesmos locais do primeiro turno."

– Manoel Viana: a seção 62, que no primeiro turno (4 de outubro) funcionou em local provisório, retorna agora à Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini, sua localização original.

– Parobé: eleitores da seção 278 devem comparecer ao Centro Municipal de Educação Ambiental João Marques de Souza (ESA).

– Santa Maria: as seções 3 e 290 funcionam momentaneamente na Escola Municipal de Ensino Infantil João Franciscatto.

– São Luiz Gonzaga: pelos mesmos motivos mencionados, as seções 8, 81 e 118 estão de volta à Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio, ao passo que as de números 84 e 105 retornam à Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernestina Amaral Langsch.

– Uruguaiana: as seções 97, 185 e 231 têm como novo endereço a Escola Estadual de Ensino Fundamental República do Uruguai. O motivo são os impactos das enchentes.

Alerta

Conforme a Justiça Eleitoral, é importante estar alerta para a circulação de "informações equivocadas sobre supostas mudanças generalizadas nos locais de votação". A definição e eventual alteração desses endereços são de responsabilidade dos TREs de cada Estado, com base na avaliação dos respectivos juízes eleitorais e das condições de cada município.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não interfere em tais decisões, que levam em conta fatores estruturais, climáticos, de segurança e outras circunstâncias relevantes para garantir a adequada realização da votação.

Para evitar dúvidas e deslocamentos desnecessários, a recomendação é que todas as eleitoras e todos os eleitores consultem previamente os canais oficiais da Justiça Eleitoral (aplicativo e-Título e site oficial) e confirmem seu local de votação antes de sair de casa:

"A verificação antecipada permite obter informações atualizadas e contribui para que o eleitorado se dirija ao local correto para exercer o direito ao voto". (Marcello Campos)

Eleição anulada: município do Litoral Norte gaúcho escolhe neste domingo também um novo prefeito.

Com a votação para governador decidida em primeiro turno no Rio Grande do Sul, eleitores de 496 dos 497 municípios gaúchos vão às urnas neste domingo (25) para manifestar sua preferência para presidente da República. A exceção é Arroio do Sal (Litoral Norte), que na mesma data definirá seu próximo prefeito pelos próximos dois anos, devido à anulação do pleito de 2024.

O novo processo de escolha foi determinado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que no dia 13 de agosto cassou a chapa composta por Luciano Pinto da Silva (Republicanos) e Valdir Cenci (PP), vencedora do pleito de 2024. Eles foram condenados por abuso de poder econômico e irregularidades nas contas de campanha.

"A decisão foi fundamentada na utilização da conta bancária pessoal do contador para movimentar recursos não contabilizados, por meio de mais de 170 transferências via pix concentradas na semana anterior e no dia posterior ao pleito", informa o site tre-rs.jus.br.

Luciano permanece inelegível por oito anos. Já Cenci perdeu o mandato, mas manteve os direitos políticos e agora disputa o comando do município (confira a seguir a composição completa de cada chapa).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Arroio do Sal abriga uma população de aproximadamente 11,4 mil habitantes, dos quais cerca de 9,2 mil (mais de 80%) estão aptos a votar. A cidade conta com sessões de votação distribuídos em oito locais.

– Coligação "Um Novo Tempo" (MDN, PSD, PSDB e Cidadania): Felipe Valim (MDB). Vice: José Luiz "Alemão do Mercado" Bobsin Justin (PSDB). Número 15.

– Coligação "Arroio do Sal Vem em Primeiro Lugar" (PP, PDT e União Brasil): Valdir Cenci (PP) e Edmilson "Guti" Schmidt. Número 11.

Mudança de sessões em três cidades

Nesta semana, o TRE publicou mensagem oficial ao público, confirmando a transferência de locais destinados no Rio Grande do Sul ao segundo turno da votação presidencial, marcado para o próximo domingo (25). Conforme o órgão, porém, a medida atinge apenas nove seções, instaladas em quatro endereços e três municípios.

"São alterações relacionadas a situações específicas, incluindo problemas emergenciais nas estruturas físicas de prédios atingidos pelos temporais que afetaram o Estado", ressalta. "A orientação geral é que eleitoras e eleitores compareçam aos mesmos locais em que votaram no primeiro turno."

– Manoel Viana (Sudoeste gaúcho): a seção 62, que no primeiro turno (4 de outubro) funcionou em local provisório, retorna agora à Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini, sua localização original.

– São Luiz Gonzaga (Região Noroeste): pelos mesmos motivos mencionados, as seções 8, 81 e 118 estão de volta à Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio, ao passo que as de números 84 e 105 retornam à Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernestina Amaral Langsch.

– Uruguaiana (Fronteira-Oeste): as seções 97, 185 e 231 têm como novo endereço a Escola Estadual de Ensino Fundamental República do Uruguai. O motivo são os impactos das enchentes.

A Justiça Eleitoral alerta para a circulação de "informações equivocadas sobre supostas mudanças generalizadas nos locais de votação". A definição e eventual alteração desses endereços são de responsabilidade dos TREs, com base na avaliação dos respectivos juízos eleitorais e das condições de cada município.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não interfere em tais decisões, que levam em conta fatores estruturais, climáticos, de segurança e outras circunstâncias relevantes para garantir a adequada realização da votação.

Para evitar dúvidas e deslocamentos desnecessários, a recomendação é que todas as eleitoras e todos os eleitores consultem previamente os canais oficiais da Justiça Eleitoral (aplicativo e-Título e site oficial) e confirmem seu local de votação antes de sair de casa: "A verificação antecipada permite obter informações atualizadas e contribui para que o eleitorado se dirija ao local correto para exercer o direito ao voto". (Marcello Campos)

Terdag Media

Felipe Valim e Valdir Cenci disputam o comando de Arroio do Sal até o final de 2028.

Ônibus de Porto Alegre e intermunicipais têm passe-livre neste domingo de 2º turno eleitoral; Trensurb libera catracas.

Repetindo logística adotada na primeira etapa das eleições, Porto Alegre terá passe-livre nos coletivos do transporte público para o segundo turno de votação presidencial, neste domingo (25). Também haverá catracas liberadas nas 22 estações de metrô da Trensurb que atendem a Capital e outras cinco cidades da Região Metropolitana. Nos ônibus intermunicipais, a gratuidade da passagem (mediante exigências) vai das 8h de sábado às 8h de segunda-feira.

Em Porto Alegre, a medida está prevista em decreto municipal publicado em 30 de setembro no Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa). Não é necessária a apresentação do título de eleitor – dispensa também adotada para acesso ao serviço de trens.

Para consultar a localização dos ônibus em tempo real, com sistema de localização GPS em 100% da frota, ou para planejar deslocamentos com as linhas do transporte público, o usuário pode utilizar os aplicativos Tri GPS, Cittamobi, Moovit, Lá Vem o Ônibus, TRI e aplicativo do Cartão TRI. Ou então verificar as tabelas de horários e itinerários na página virtual da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), no site linhas.eptc.com.br e no aplicativo "156+POA".

Alex Rocha/Arquivo PMPA

Gratuidade já foi adotada na primeira etapa de votação.

Transporte intermunicipal

No caso dos ônibus intermunicipais, a gratuidade é assegurada para ida e volta entre as 8h do sábado anterior à eleição e às 8h da segunda-feira após o domingo, da mesma forma que no primeiro turno.

– A gratuidade é assegurada na modalidade comum, ou na ausência desta, nas modalidades subsequentes: semi-direta e direta, nesta ordem, excluídos os serviços especiais como executivo, leito e leito-cama.

– Para usufruir da isenção, o usuário deverá apresentar o título de eleitor ou e-Título, por meio do aplicativo, para fins de comprovação do domicílio eleitoral e efetivação do benefício. A passagem deverá ser emitida presencialmente em pontos de vendas, agências ou estações rodoviárias, ou na ausência destas, junto às empresas transportadoras.

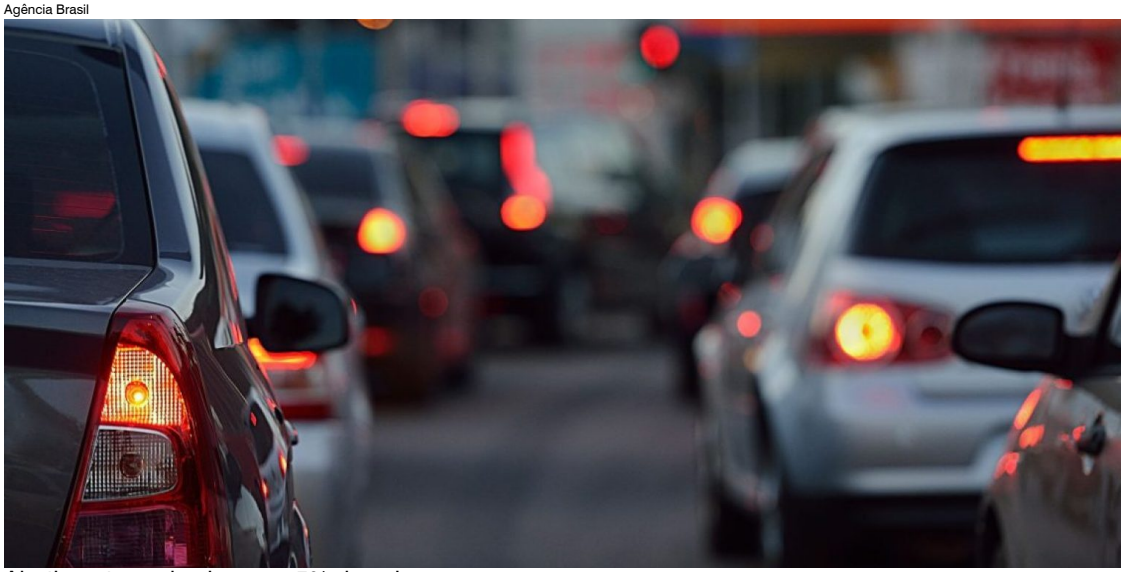
– A cidade de origem e destino devem corresponder obrigatoriamente ao município de residência e ao domicílio eleitoral, com retorno ao município de residência, não sendo admitidos outros destinos para fins de gratuidade.

– Os bilhetes de passagem eletrônica deverão conter o nome e o número do título de eleitor, além da identificação "Eleições 2026".

– As empresas transportadoras, assim como as estações e as agências rodoviárias, serão ressarcidas dos custos dos serviços que executarem, para isso, devem entregar a prestação de contas em até 30 dias após o segundo turno. Após a aprovação do requerimento, a compensação financeira será efetivada em até 30 dias após aprovação do requerimento. (Marcello Campos)

Desconto no IPVA: motoristas gaúchos têm até o próximo sábado para reunir notas fiscais com CPF.

Agência Brasil



Abatimento pode chegar a 5% do valor.

Quem possui automóvel ou outra modalidade emplacada no Rio Grande do Sul tem até o próximo sábado (31 de outubro) para reunir notas fiscais emitidas com a incçusão do número do Cadastro da Pessoa Física (CPF). O procedimento garante descontos no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) relativo a 2027.

O benefício de Bom Cidadão, vinculado ao programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG), concede redução de até 5% no tributo para quem solicita a inclusão do CPF em pelo menos 150 notas fiscais de compra no varejo. As outras faixas de desconto são de 3% (entre 100 e 149 notas) e 1% (entre 51 e 99 notas). São contabilizadas as compras realizadas desde 1º de novembro de 2025.

Conforme levantamento da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), até a sexta-feira (23) mais de 2,8 milhões de pessoas inscritas no NFG acumularam ao menos 51 notas identificadas, o que garante o abatimento mínimo. Desse total, 43% atingiram o desconto máximo ao somarem 150 ou mais comprovantes. Outros 2 milhões de inscritos no programa ainda não alcançaram o desconto mínimo.

Abatimento recorde

No ciclo do IPVA 2026, encerrado em junho, a Receita Estadual concedeu R$ 87 milhões em descontos de Bom Cidadão. Trata-se do maior volume de abatimentos desde a criação do benefício, um aumento de 27% em relação ao ciclo anterior. O governo estima que o tributo de aproximadamente 1,5 milhão de veículos foram beneficiados pela modalidade condicionada à prática da cidadania fiscal.

Também é concedida a redução de Bom Motorista, destinado aos condutores sem registro de multas nos últimos três anos. Nesta modalidade, o desconto varia de 5% a 15%, conforme o tempo sem infrações. No ciclo 2026, o benefício somou R$ 235 milhões em descontos, uma elevação de 13% em comparação com o ano anterior. Estima-se que mais de 1,6 milhão de proprietários de veículos atenderam aos critérios para receber o benefício.

"Bom Cidadão"

Para receber o desconto, é necessário quitar o tributo no prazo de vencimento, seja à vista ou parcelado. Confira, a seguir, como funciona.

– Período de contabilização das notas fiscais: 1º de novembro de 2025 a 31 de outubro de 2026. – Faixas de desconto: 1% (51 a 99 notas fiscais), 3% (100 a 149) e 5% (150 ou mais). – Requisitos para o desconto: estar cadastrado no programa NFG até 31/10/2026; ser proprietário de veículo registrado no Rio Grande do Sul e sujeito ao pagamento do IPVA em 2026; quitar o tributo no prazo de vencimento, seja à vista ou parcelado. (Marcello Campos)

STJ determina que ex-torturador uruguaio cumpra sentença Santana do Livramento.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ordenou a expedição de mandado de prisão para que um uruguaio naturalizado brasileiro e que atuou como agente da repressão durante a ditadura militar em seu país de origem (1973-1985) cumpra sentença de prisão em Santana do Livramento (Fronteira-Oeste gaúcha). Ele tem 85 anos e condenação por sequestro, tortura e assassinato de quatro cidadãos italianos, em 1976.

Pedro Antonio Mato Narbondo atuava como oficial do Serviço de Informações de Defesa (SID), utilizando o codinome "El Burro" em ações clandestinas do regime, inclusive no âmbito da Operação Condor – atuação integrada entre as forças de repressão de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai para vigilância e "neutralização" de opositores.

A decisão da Corte é embasada em parecer do Ministério Público Federal (MPF), que defendeu a homologação de sentença de prisão perpétua decretada pela Justiça da Itália. Como não há no Brasil esse tipo de punição, o STJ comutou a pena em 30 anos de cadeia para o uruguaio.

Dentre os militares condenados no processo, apenas Narbondo permanecia em liberdade. Como ele optou pela nacionalidade brasileira na década de 2000, não pode ser extraditado para o país europeu. Ele vive em Santana do Livramento e utiliza tornozeleira eletrônica desde março (também a pedido do MPF), além de estar impedido de deixar a cidade.

Durante o julgamento, os ministros do STJ discutiram a possibilidade de aplicação da Lei da Anistia (1979), que perdoou crimes políticos cometidos durante a ditadura. Mas a tese foi rejeitada pela maioria dos magistrados.

Ao analisar o caso, o MPF destacou que, segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, crimes como tortura, execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias e desaparecimentos forçados de opositores políticos representam graves violações de direitos humanos e, por isso, não prescrevem nem estão sujeitos à anistia:

"Brasil e demais países signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos devem empregar todos os esforços para garantir que os agentes responsáveis por essas condutas sejam investigados, julgados e punidos, assegurando também o direito das vítimas à memória e à reparação".

Reprodução

Processo envolve assassinato de italianos em centro clandestino de Buenos Aires, em 1976.

Além disso, sublinhou que permitir o cumprimento de penas aplicadas pela Justiça estrangeira no Brasil reverte um estado de coisas inconstitucional de impunidade, ao impedir que brasileiros responsáveis por crimes graves cometidos no exterior fiquem livres apenas porque estão no País.

O subprocurador-geral da República, Artur Gueiros, ressalta o fato de essa ser a primeira vez que um agente de regime ditatorial cumprirá pena de prisão no Brasil por violações de direitos humanos durante o regime de exceção, que no Brasil durou de 1964 a 1985.

"A decisão representa um importante precedente e pode abrir caminho para que outros responsáveis pelos crimes da ditadura sejam julgados e punidos", acrescenta.

Saiba mais

As quatro vítimas do grupo integrado por "El Burro" eram quatro militantes ítalo-uruguaios de oposição. Embora os repressores fossem agentes do governo uruguaio, os crimes foram cometidos na Argentina em 8 e 9 de junho de 1976.

Armando Bernardo Arnone Hernandez, Gerardo Gatti, Juan Pablo Recagno Ibarburu e Maria Emilia Islas de Zaffaroni haviam se exilado em Buenos Aires, onde acabaram capturados por agentes dos dois países. Conduzidos ao centro clandestino de detenção e tortura "Automotores Orletti" e executados, eles nunca tiveram seus corpos devolvidos às famílias. (Marcello Campos)

Liberação de eventos em Porto Alegre terá mudanças a partir de novembro.

Arquivo/PMPA

Objetivo é facilitar e qualificar procedimentos, inclusive tributários.

A Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) publicou no Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa) uma atualização dos procedimentos para pedidos de liberação de eventos na capital gaúcha. Com vigência a partir de 5 de novembro, as novas diretrizes – previstas na instrução normativa nº 014/2026 – fazem parte de um conjunto de medidas para aprimorar a análise dos requerimentos e a fiscalização do Imposto Sobre Serviços (ISS) de lazer, entretenimento e similares.

Dentre as principais mudanças está a centralização do pedido de liberação no Escritório de Eventos, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDet). O formulário da SMF será disponibilizado junto ao processo de solicitação, facilitando o acesso pelos organizadores.

Já as informações a preencher no próprio requerimento de liberação serão mais detalhadas, assim como os documentos exigidos, contratos de prestação de serviços referentes aos evento, inclusive quando houver parceria. Nesse caso, o objetivo é garantir maior consistência nos dados e qualificar a análise fiscal.

Os auditores-fiscais da Receita Municipal poderão, ainda, solicitar a disponibilização de credenciais para acesso aos eventos, quando necessário, para atividades de fiscalização. Superintendente da Receita Municipal, Felipe Ramos ressalta:

”Nosso objetivo é facilitar a vida do contribuinte, concentrando a abertura do processo em um único canal e tornando o procedimento mais simples e ágil. Ao mesmo tempo, qualificamos as informações necessárias para a análise dos pedidos, o que traz mais segurança tanto para quem organiza eventos quanto para a atuação da Receita Municipal”.

Recolhimento do ISS

A nova regulamentação também estabelece mecanismos para melhorar o controle do recolhimento do ISS por prestadores e tomadores de serviços, especialmente quando não possuem estabelecimento em Porto Alegre.

Em situações desse tipo, a SMF realizará a inserção do requerente no Cadastro Fiscal para viabilizar seu credenciamento no sistema da Declaração Mensal do ISSQN (DecWeb), por meio do qual será gerada a Guia de Recolhimento do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza”.

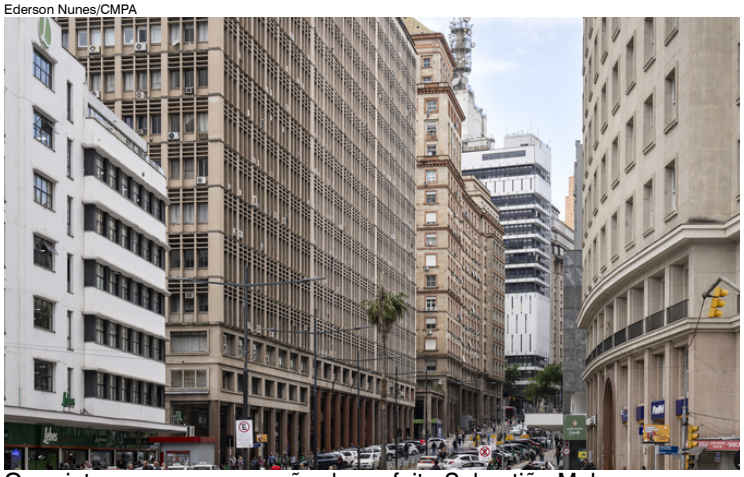
O tomador de serviços responsável pelo recolhimento como substituto tributário e sem estabelecimento no município deverá apresentar a Guia de Recolhimento do ISSQN retido e o respectivo comprovante de pagamento, observadas as exceções previstas na regulamentação. Mais informações podem ser consultadas na página online prefeitura.poa.br/smf. (Marcello Campos)

Aprovado projeto que autoriza a transformação de qualquer sala comercial em moradia no Centro de Porto Alegre.

A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou o projeto de lei que amplia a permissão para transformar salas comerciais em apartamentos residenciais no Centro da Capital. Trata-se de uma proposta apresentada pelo vereador José Freitas (Republicanos), que altera a Lei 13.681/2023.

Pela legislação atual, é permitida a transformação em moradias apenas de salas comerciais inferiores a 60 metros quadrados. Conforme o projeto aprovado, essa limitação de tamanho deixa de existir, sendo possível, portanto, transformar qualquer sala comercial em apartamentos.

Ederson Nunes/CMPA



O projeto segue para sanção do prefeito Sebastião Melo.

”A alteração proposta busca fomentar o investimento e possibilitar a oferta de mais moradias nos estilos JK, loft, flat, kitnet e studios, sem restrição de metragem, oportunizando um incremento junto à revitalização do Centro Histórico. Ademais, a região apresenta um número significativo de prédios comerciais desocupados, o que evidencia o grande potencial de investimento que a proposta oferece”, afirmou o autor da projeto.

Aprovada na última quarta-feira (21), a proposta segue para sanção do prefeito Sebastião Melo.

Zonas Leste, Sul e Extremo Sul de Porto Alegre terão serviços do Dmae na próxima semana.

O Dmae (Departamento Municipal de Água e Esgotos) programou, para a próxima semana, três serviços para qualificar o sistema de abastecimento de água de Porto Alegre. As intervenções podem causar baixa pressão e/ou falta d’água nas zonas Leste, Sul e Extremo Sul.

A programação pode ser alterada por motivos técnicos e/ou climáticos. Atualizações serão publicadas nas redes sociais do Dmae (X, Instagram e Facebook). Confira:

Terça-feira (27) - A partir das 8h, equipes substituem redes de abastecimento na estrada João Salomoni. O serviço pode afetar o abastecimento do bairro Vila Nova, e a normalização está prevista para a noite.

No mesmo dia, uma nova tubulação será interligada à rede atual na estrada João Antônio da Silveira, para melhorar o abastecimento da comunidade Novo Horizonte. Parte do bairro Restinga terá baixa pressão e/ou falta d’água, com previsão de normalização na madrugada de quarta (28).

Quinta-feira (29) - O Dmae fará a manutenção da rede interna de energia elétrica da Ebat (Estação de Bombeamento de Água Tratada) Jardim Ipê, das 9h às 12h. A intervenção afeta o abastecimento dos bairros Boa Vista e Jardim Carvalho, e o fornecimento será normalizado à noite.

Qualidade da água - Depois de interrupções prolongadas, a água pode sair temporariamente com cor ou gosto alterados, por causa do arraste de micropartículas das tubulações. O fenômeno não representa risco à saúde. Se persistir, o cliente pode pedir a lavagem da rede e do ramal domiciliar pelo telefone 156.

Marcelo Casal/Agência Brasil

As intervenções podem causar baixa pressão e/ou falta d’água nas zonas Leste, Sul e Extremo Sul.

Canais de atendimento - Mais informações estão disponíveis pelo Sistema 156, na opção 2; no site do Dmae; por e-mail; ou pelo WhatsApp (51) 3289-9156, destinado a serviços comerciais.

Novos temporais causam danos e transtornos em municípios e estradas do RS.

A ocorência de novos temporais causou uma série de danos e transtornos em diversos municípios e trechos de estradas do Rio Grande do Sul entre a sexta-feira e este sábado (24). Dados da Defesa Civil contabilizam alagamentos, bloqueios rodoviários e outros incidentes. Ao menos oito pessoas tiveram que deixar suas residências, devido a acumulados que chegaram a 150 milímetros no Noroeste gaúcho, por exemplo.

Arquivo/O Sul

Acumulados que chegaram a 150 milímetros no Noroeste gaúcho.

Taquaruçu do Sul é a cidade mais impactada até o momento, com aproximadamente 150 habitantes sofrendo efeitos diretos da instabilidade. Ao menos duas ruas ficaram totalmente bloqueadas. Crissiumal, por sua vez, teve estradas rurais a pontes parcialmente cobertas pela água de rios ou riachos.

Já em Tenente Portela, houve bloqueio parcial ou total de duas estradas. Outro importante município da Região Noroeste, Três Passos teve sua ligação com a vizinha Miraguaí interrompida pela elevação do rio Turvo. A ponte entre os distritos de Água Fria e Romana Seca ficou submersa, impedindo a passagem segura.

Ao menos oito moradores de Tucunduva precisaram deixar suas casas devido ao avanço da água. Uma rua ficou obstruída. Em São Francisco de Assis, enxurradas danificaram instalações da infraestrutura local e uma residência foi parcialmente submersa.

Em Porto Alegre e demais municípios da Região Metropolitana, o dia alternou momento de céu encoberto e chuvas de intensidade fraca a moderada. Mas os principais rios da bacia hidrográfica local (Guaíba, Caí, Sinos e Jacuí) operam dentro da normalidade, com elevações consideradas normais. O acompanhamento técnico prossegue.

rede pampa de comunicação

Fundador
Otavio Gadret

Presidente
Alexandre Gadret

Vice-Presidente
Paulo Sérgio Pinto

Diretores
Rafael Gadret, Christina Gadret, Rudinei Fonseca, Rosane Scheuchuk, Micheline Mattos, Marjana Vargas, Vanessa Gomes Cancelli e Morgana Vasconcellos.

O SUL

Editores
Marcelo Warth Neto
Fernanda Mendes Baldini

Redação
Bárbara Paiva, Bruno Laux, Carolina Rodrigues, Eduarda Paiva Zini, Érik da Silva Pastoris, Fabricia Albuquerque, Gisele Flores, Laura Santos Rocha, Marcello Campos, Pedro Marques e Tiago Thomé de Oliveira.

Redação
Fone: (51) 3218.2529/3218.2531
E-mail: portal@osul.com.br

Departamento Comercial
Fone: (51) 3218.2588

Jornal O Sul Ltda.
Av. Ipiranga, 1500 - CEP 90160-093 - Porto Alegre - RS

O SUL PESSOAS

O JORNAL DA REDE PAMPA

Foto: Rede Pampa

Juliano Barasuol Flores, Alexandre Gadret, Otavio Gadret, Paulo Roberto Lisboa Triches e Guilherme Dambros Triches

Dirigentes da Rádio Caxias visitaram a Rede Pampa, em Porto Alegre. Na ocasião, **Paulo Roberto Lisboa Triches**, proprietário; **Guilherme Dambros Triches**, diretor-geral; e **Juliano Barasuol Flores**, pesquisador e documentarista multimídia, foram recebidos por **Otavio** e **Alexandre Gadret**, fundador e presidente do grupo de comunicação, respectivamente. Com uma trajetória de oito décadas, a tradicional emissora da Serra Gaúcha celebra sua atuação no segmento talk-news, com destaque para o jornalismo e a cobertura esportiva. O encontro foi marcado pela troca de experiências e por perspectivas para o futuro da comunicação.

pessoas@osul.com.br

Foto: Marina Farias

A corretora de imóveis **Patricia Wisnevski** inicia uma nova etapa de sua trajetória profissional junto à Melnick, grande incorporadora e construtora do mercado gaúcho. Convidada para integrar a Housin, imobiliária da Melnick, Patricia passa a atuar em um projeto estratégico voltado ao relacionamento com clientes, à identificação de oportunidades e ao desenvolvimento de novos negócios. O momento é propício e une a experiência profissional no relacionamento e no atendimento a clientes, à solidez e à expertise da incorporadora, proporcionando uma experiência de compra pautada no conhecimento, na proximidade e na confiança. “Acredito que grandes negócios começam com boas relações. O mercado imobiliário é, acima de tudo, um negócio construído sobre relações de confiança.”, destaca Patricia.

Foto: Fábio Zambom

Ana Medeiros sobe ao palco do Teatro Simões Lopes Neto, em Porto Alegre, no dia 4 de novembro para celebrar três décadas de trajetória com um espetáculo inédito. “Gracias a la Vida: La Negra Baila La Negra - 30 anos de carreira” promove um encontro entre dança, música e memória latino-americana, no qual a artista revisita o legado de Mercedes Sosa, ícone da música latino-americana. “O corpo flamenco visceral, pulsante e profundamente expressivo torna-se a chave para reimaginar a obra de Mercedes Sosa, criando uma ponte entre a força política de suas canções e a minha trajetória”, destaca Ana. O show contará com a companhia profissional de dança e do centro de formação La Negra Ana Medeiros, com participação especial da Cia de Arte Cadica. Ingressos podem ser adquiridos pelo site do Theatro São Pedro.

ANIVERSARIANTES DO DIA 25 DE OUTUBRO

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

Desembargador Roque Miguel Fank

Deputado estadual Frederico Antunes

Christiane Amorim Carpes

Alcides Ribeiro Filho

Marinelsa Geyer de Oliveira

Elias Figueroa

Giovanna Leal Dalla Corte

Verônica Zambrano

João Pedro Castro

Roberta Mussnich

Guilherme Rieger

Bruna de Lacerda Aquino

Leandro Gotisa

Camila Vasconcelos

Joaquim Beltrão Siqueira

Roberta Arenhart Pimentel

Wilson de Almeida Alves

Mariana Zagonel

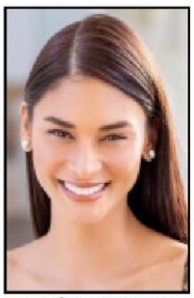
Fábio Segal

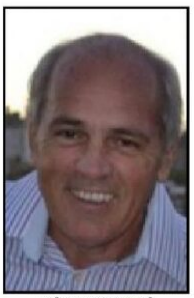
Ariane Maciel

Alberto Marchesi

Patricia Paquin

Pedro Augusto Vaccari


Mariane Brunner


Dino Mezzari

Maria Júlia Rodrigues Azevedo

Antônio de Oliveira Barreto

Alba Graeff

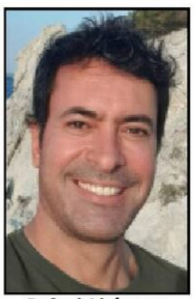
Katy Perry

Antony Starr

Luciele Di Camargo

Lucas Longaray

Mariane da Rocha Silva


Rafael Alcântara

Georgia Lock

ANIVERSARIANTES DO DIA 25 DE OUTUBRO

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

Ário Zimmermann

Iracema Longhi Machado

Cristiano Meditsch

Eunice Nequete

Marcelo Gus

Lúcia Trevisan Vaz da Silva

Gilberto Koenig

Ubiara de Orneles da Silva

Leandro José Mendes Sampaio Fernandes

Carolina de Oliveira Cavalheiro

Ricardo Casagrande Pacheco

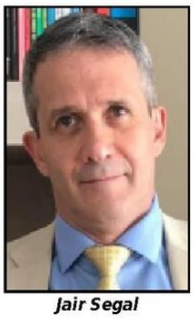
Fabiana Alminhana

Paulo Cezar Zanin

Denise Machado Campos

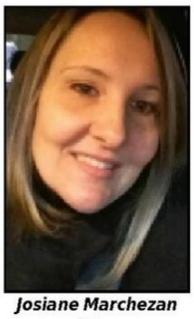
Ruggero Levy

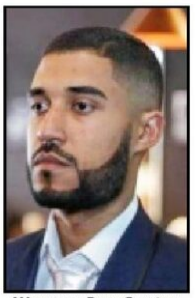
Nelci Guadagnnin


Jair Segal

Maria Luiza Suarez Moraes

Jorge Bittar


Josiane Marchezan Oling


Wagner Dos Santos Lima

Sandro Baruffi

Virginia Biazaschi Glitz

Ben-Hur Figueiredo Pinto da Costa

Ana Cristina Agostini

Nilvio de Campos Severo

Jhenefer Reis

Irvino Reck

Ernani Dehnhardt

Maria Rosália de Mattos

Charles Schmitt

Rita Esmeralda Burd

Bruno Alonso

Lucia Elisabeth Colombo

Alfredo Vittorio

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

CAMPANHA EXPÔS O ENVOLVIMENTO POLÍTICO NO TSE

CLÁUDIO HUMBERTO

As eleições de 2026, sobretudo as presidenciais, entram para a História pelo protagonismo exacerbado, com notas de engajamento político, da maioria governista do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) do "TSE paralelo", de prontidão para desfazer decisões que desagradem o candidato à reeleição. Foi Lula quem escolheu a dedo e nomeou 4 dos 7 ministros do atual TSE, que fizeram a oposição quase esquecer do engajamento do TSE de 2022. Ministros assumiram protagonismo maior que os próprios candidatos.

Sintonia fina
A bancada governista no TSE não desapontou quem nomeou seus integrantes e se tornou talvez o maior suporte da campanha de Lula.

Ministro contra ministro
Ministros lulistas dispensaram o "TSE paralelo" de atuar, neutralizando de véspera até decisões não tomadas do presidente da corte.

Zagueiros em ação
Nesta sexta, ministro lulista anulou eventual suspensão do grupo lulista de Whatsapp, grande aposta de Lula no 2º turno, que difunde fake news.

Isonomia enterrada
Governista levou em média 67 dias para decidir demandas da oposição, com demora de até 230 dias, e poucas horas para atender aos petistas.

Sigilos não rendem que a campanha do PT queria
A tentada quebra dos sigilos de Lula e Flávio Bolsonaro não produziu o efeito eleitoral esperado no PT. A avaliação interna é que o episódio entrou tarde demais na campanha para virar desgaste efetivo e que o eleitor nem mesmo conseguiu processar a provocação. O lado de Flávio considera que a adesão às exigências funcionou como vacina contra a armadilha do petista. Ao aceitar a abertura, o senador esvaziou a narrativa de que teria algo a esconder, como Lula tentou cavar.

Cheiro esquisito
O próprio TSE se afastou da manobra. André Mendonça, ministro relator, disse que os candidatos são livres para divulgar, sem precisar da Corte.

Caso pensado
Lula sabia o que fazia a defender a suposta transparência, que nunca aconteceu. Acessos desse tipo levam meses parados por burocracia.

Nem se quiser
Uma semana separou a bravata de Lula do fechamento das urnas, impossível Banco Central e operadoras de telefonia cumprirem o pedido.

Até a Economist
O agregador de pesquisas da revista The Economist apostava em vitória de Lula (PT) por quatro pontos, em 2022. Foi de 1,8 ponto. Este ano, aposta em vitória de Flávio com 3,2% de vantagem (nos votos válidos).

Fadiga de material
Lula (PT) é o brasileiro que mais concorreu em disputas presidenciais na História das eleições diretas no País. Foi eleito três vezes, mas perdeu outras três. O segundo turno deste domingo (25) será o desempate.

Puro abuso
Jornalistas se irritaram com assessores de Lula (PT). Folgados, chegaram depois no TSE e empurraram os profissionais para ter o melhor ângulo para registrar o factoide da quebra do sigilo.

Vitória vislumbrada
As três principais plataformas "preditivas" mundiais, Polymarket, Kalshi e Robinhood Prediciton Markets, apostavam, na sexta (23), que a chance de vitória de Flávio Bolsonaro (PL) é de 77%.

Não errou
A plataforma de previsões e apostas Polymarket dava chances menores de vitória de Lula, às vésperas do segundo turno de 2022, (entre 66% e 72%), do que prevê para Flávio Bolsonaro, este ano (entre 75% e 79%).

Conta difícil
Para vencer neste domingo (25), Lula (PT) precisaria conquistar mais de 62% dos votos dos candidatos que não passaram ao segundo turno. Nem o petista, nem qualquer outro candidato obteve essa proporção de votos desde 1989; nem no primeiro, nem no segundo turno.

Precisava de tornado
Após a passagem de tornado no Paraná, em 2025, Lula adiantou o pagamento do Bolsa Família para cerca de 40 municípios. Nunca mais o fez. Um único município do Espírito Santo (Ibatiba) vítima das enchentes, foi adiantado uma só vez desde 2023. Na eleição, liberou geral.

Problema no sobrenome
Carlos Bolsonaro lembra a devassa que a conta do pai sofreu quando, legalmente, ganhou joias de um príncipe da Arábia Saudita e compara com o whisky de R$500 mil que teria sido dado a Lula: "nada acontece".

Pensando bem...
...estranho é expor dados bancários, mas esconder visitas a parlamentares.
PODER SEM PUDOR

Ministro no jantar
ACM sempre viveu às turras com alguém. Era ministro do governo José Sarney e, claro, brigava com outros ministros. Um deles era o da Previdência, Renato Archer. Certa vez os dois se encontraram na antessala do presidente, no Planalto, e ACM puxou conversa: "Esta coisa de vida pública é difícil. Ainda outro dia tive que desmentir um jornal que publicou, imagine, que eu teria dito que naquele dia você não jantaria ministro. Imagine que eu ia dizer uma coisa desta!". Sempre calmo, Archer apenas sorriu e ironizou: "Não se preocupe. Em qualquer hipótese eu não deixaria de jantar". (Com informações de Rodrigo Vilela e Tiago Vasconcelos)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.

RS TEM MAIS DE 8,5 MILHÕES DE ELEITORES APTOS A VOTAR NO SEGUNDO TURNO

BRUNO LAUX

Gaúchos nas urnas

Mais de 8,5 milhões de eleitores estão aptos a comparecer às urnas neste domingo (25), no Rio Grande do Sul, para votar no segundo turno das eleições gerais de 2026. Como a disputa ao governo estadual foi definida na etapa inicial com a vitória de Luciano Zucco (PL), o eleitorado do Rio Grande do Sul decidirá apenas o cargo de presidente da República. Cidadãos ausentes no primeiro turno, que registrou abstenção de 21,35%, podem participar normalmente desta etapa final, desde que mantenham o título regularizado. Distribuídos em 27.547 seções eleitorais, quase todos os votantes encontrarão o mesmo esquema logístico do início do mês. Até o fechamento desta edição, alterações pontuais nos locais de votação ocorreram apenas nos municípios de Manoel Viana, Parobé, Santa Maria, São Luiz Gonzaga e Uruguaiana.

Mobilidade eleitoral

Para facilitar o deslocamento até as seções eleitorais, o passe livre no transporte público coletivo está garantido em todo o território gaúcho neste domingo (25). Válida para ônibus urbanos, trens metropolitanos e viagens intermunicipais de longo curso, a medida isenta a cobrança de tarifa dos cidadãos. Com o objetivo de assegurar o atendimento pleno, a frota de veículos deverá circular com a mesma capacidade e horários adotados em dias úteis. Nas rotas rodoviárias entre cidades, a gratuidade vigora desde as 8h deste sábado (24) até as 8h de segunda-feira (26), mediante a apresentação do título físico ou digital. Bilhetes de ida e volta para esses trajetos precisam ser retirados presencialmente nas rodoviárias, não havendo isenção para modalidades especiais, como executivo e leito.

Eleição suplementar

No Litoral Norte, além da votação para presidente da República, os eleitores de Arroio do Sal comparecerão às urnas neste domingo (25) para escolher os novos prefeito e vice-prefeito do município. Convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS), a eleição suplementar ocorre após a cassação dos antigos mandatários por abuso de poder econômico e uso de caixa dois. Duas chapas disputam o pleito, lideradas por Felipe Valim (MDB) e Valdir Cenci (PP), ex-vice-prefeito cassado que concorre novamente por não ter recebido pena de inelegibilidade. Realizado de forma simultânea à escolha federal, o processo de votação municipal também acontecerá das 8h às 17h. Estão aptos a participar do pleito 9.517 eleitores, distribuídos entre os oito locais de votação da cidade.

Segurança reforçada

Ao longo do fim de semana, a Brigada Militar mobiliza mais de 14 mil agentes em uma operação especial de segurança para o segundo turno das eleições. Os policiais atuarão em pontos fixos próximos aos locais de votação e reforçarão o patrulhamento motorizado nas ruas, contando ainda com possível apoio aéreo. Durante a apuração dos resultados, o planejamento prevê presença policial intensificada em espaços públicos e comitês partidários para prevenir eventuais conflitos. Baseada em dados de inteligência e nas ocorrências registradas no primeiro turno, a estratégia orienta a distribuição de todo o aparato da corporação. Para atingir a cobertura máxima nos municípios gaúchos, o comando deslocou servidores de funções administrativas e alunos de batalhões-escola para as frentes de policiamento.

Testes de equipamento

Realizado neste sábado (24) no plenário do TRE-RS, o sorteio das urnas eletrônicas definiu as seções que passarão por auditoria no segundo turno. Dentre as 165 zonas eleitorais do Estado, 27 equipamentos foram selecionados para o Teste de Integridade, que simula uma votação para comprovar o funcionamento correto do sistema. Outras oito máquinas passarão pelo Teste de Autenticidade, focado na verificação das assinaturas e dos resumos digitais dos softwares instalados. Sorteados para os procedimentos, os municípios de Porto Alegre, Triunfo, Estação, Teutônia, Esteio, Sapucaia do Sul, Cerro Largo, Três de Maio, Capivari do Sul, Pinheiro Machado, Espumoso, Machadinho, Candelária, Novo Hamburgo, Três Coroas, Restinga Seca, São Gabriel, Augusto Pestana, Arroio dos Ratos, Santa Cruz do Sul, Boa Vista do Sul, Piratini e Estrela receberão as avaliações de integridade. Para as verificações de autenticidade, foram selecionadas seções de Farroupilha, Rosário do Sul, Itaqui, Canoas, Tavares, Porto Alegre e Taquari. O andamento do trabalho poderá ser acompanhado ao vivo neste domingo (25) por meio do canal da instituição na internet.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

SINGULARIDADE ECONÔMICA: QUANDO A TECNOLOGIA TRANSFORMA AS REGRAS DO JOGO

RENATO ZIMMERMANN

Imagine uma economia na qual empresas consigam produzir cada vez mais, com menos recursos e participação humana em determinadas atividades. Sistemas de inteligência artificial poderão realizar tarefas intelectuais, robôs executarão operações físicas e processos hoje demorados poderão ser concluídos em minutos. Novos produtos, serviços e oportunidades surgirão, enquanto profissões conhecidas poderão desaparecer ou passar por mudanças profundas. O que acontecerá com a sociedade se a capacidade de produzir riqueza crescer em um ritmo muito superior à nossa capacidade de reorganizar o trabalho e distribuir oportunidades?

Essa questão está no centro de um debate ainda em construção sobre a chamada singularidade econômica. A expressão não possui uma definição única e consensual, nem representa um acontecimento inevitável com data marcada. Ela pode ser utilizada para pensar um cenário hipotético em que a aceleração tecnológica transforme tão profundamente a produtividade, o emprego, os mercados e a geração de riqueza que os modelos econômicos atuais se tornem insuficientes para explicar a nova realidade.

Para compreender a dimensão dessa possibilidade, vale observar o que já está acontecendo. A inteligência artificial deixou de ser apenas uma ferramenta de pesquisa ou entretenimento. Ela auxilia na elaboração de documentos, na programação de sistemas, na análise de dados, no atendimento ao público e em processos de decisão empresarial. Em diferentes setores, tecnologias de automação permitem fazer mais em menos tempo. À medida que essas ferramentas se tornam acessíveis e passam a atuar em conjunto, seus efeitos podem se multiplicar.

Historicamente, o avanço tecnológico eliminou atividades, criou profissões e elevou a produtividade. A mecanização da agricultura reduziu a necessidade de trabalhadores no campo, enquanto a industrialização transformou a organização do trabalho e impulsionou a urbanização. A informática modificou escritórios, bancos, fábricas e serviços. Há, contudo, uma diferença importante no momento atual: a inteligência artificial alcança também tarefas cognitivas, antes consideradas exclusivamente humanas, e pode evoluir em conjunto com outras tecnologias. Isso torna mais difícil antecipar quais atividades serão transformadas e em que velocidade.

Mas a história do desenvolvimento também revela uma contradição. A mesma capacidade humana de transformar a natureza e ampliar a produção que proporcionou avanços extraordinários contribuiu para a degradação de ecossistemas e para o agravamento das mudanças climáticas. O aquecimento global e a crescente exposição de populações a eventos extremos nos lembram que o crescimento econômico não acontece separado das condições ambientais que sustentam a vida. Cada nova etapa de desenvolvimento nos oferece oportunidades, mas também exige que repensemos os custos e as consequências de nossas escolhas.

O resultado da transformação tecnológica não precisa ser negativo. Novas ferramentas podem melhorar diagnósticos médicos, acelerar pesquisas, reduzir desperdícios, ampliar a oferta de serviços e criar mercados inteiramente novos. A própria inteligência artificial pode ajudar a otimizar redes elétricas, antecipar eventos climáticos e melhorar o uso da água e dos recursos naturais. Entretanto, sua expansão também exige energia, equipamentos, água e minerais. O desafio não é apenas desenvolver tecnologias mais poderosas, mas orientar sua aplicação para que os ganhos de produtividade sejam compatíveis com a preservação das condições que sustentam a sociedade.

Esse é um dos pontos centrais da discussão econômica. Se uma parcela crescente da produção depender de sistemas automatizados, como será distribuído o valor gerado? Quem controla as tecnologias, os dados, a infraestrutura e o capital necessário para utilizá-las poderá ocupar uma posição privilegiada. Trabalhadores cujas atividades forem substituídas ou desvalorizadas poderão enfrentar períodos de insegurança, especialmente se a criação de novas ocupações não acompanhar a velocidade das mudanças. O desafio não será apenas preparar pessoas para novas profissões, mas garantir que tenham condições reais de acessar essas oportunidades.

Há ainda uma questão que ultrapassa a economia: até que ponto conseguiremos manter o controle sobre sistemas aos quais delegamos cada vez mais decisões? A autonomia crescente da inteligência artificial pode trazer ganhos de eficiência, mas também ampliar as consequências de falhas, objetivos mal definidos e mecanismos de supervisão insuficientes. Em cenários futuros, sistemas muito avançados poderiam agir de maneiras incompatíveis com os interesses humanos. Não sabemos se ou em que circunstâncias isso poderá ocorrer, mas a possibilidade reforça a necessidade de desenvolver tecnologias com segurança, limites claros e responsabilidade humana.

O historiador Yuval Noah Harari tem chamado a atenção para as relações entre inteligência artificial, informação e poder. Essa perspectiva ajuda a ampliar o debate: não basta perguntar o que as máquinas serão capazes de fazer. É preciso perguntar quem definirá como serão utilizadas, quem controlará seus recursos e quais interesses orientarão suas aplicações. Essas decisões influenciarão não apenas a competitividade das empresas, mas também a autonomia das pessoas e o funcionamento das instituições.

Diante desse cenário, educação e requalificação profissional serão fundamentais, mas talvez não sejam suficientes. Se as mudanças atingirem simultaneamente diferentes setores, será necessário repensar políticas públicas, proteção social, modelos de negócio e formas de participação nos ganhos de produtividade. Também será necessário discutir como evitar que a concentração de recursos tecnológicos se transforme em concentração excessiva de poder econômico. Não existe uma solução única, e seria prematuro defender um modelo econômico específico como resposta definitiva. O essencial é reconhecer que as instituições precisam acompanhar as transformações, em vez de agir apenas quando seus efeitos negativos já estiverem instalados.

Essa reflexão também precisa incorporar uma dimensão ética. O progresso não deveria ser medido apenas pela capacidade de produzir mais, mas pela maneira como essa capacidade contribui para a vida humana, respeita os sistemas naturais e considera as gerações futuras. Uma economia tecnologicamente avançada pode gerar riqueza extraordinária, mas seu valor para a sociedade dependerá também das oportunidades que oferece, da segurança material das pessoas e da possibilidade de cada indivíduo participar da vida econômica.

Se a tecnologia nos permitir produzir muito mais com menos esforço humano, teremos diante de nós uma oportunidade extraordinária. Mas ela não se converterá automaticamente em bem-estar coletivo. Isso dependerá das escolhas que fizermos, das instituições que construirmos e da maneira como distribuirmos os benefícios dessa nova capacidade produtiva.

Se as máquinas puderem produzir uma parcela crescente da riqueza, estaremos preparados para reorganizar a economia de modo que o avanço tecnológico represente também progresso para as pessoas e para a civilização que desejamos construir?

* Renato Zimmermann é desenvolvedor de negócios sustentáveis e ativista da transição energética. (Contato: rena.zimm@gmail.com)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.

ROGÉRIO PONS DA SILVA

É DE GRAÇA?

Há décadas que o Brasil implementa programas sociais que oferecem benefícios ou renda em diversas circunstâncias. Até aqui, nenhuma novidade.

Sem entrar no mérito de programas sociais importantes e necessários para pessoas que realmente precisam recorrer à ajuda do Estado, é sabido que a maioria da população brasileira só tem acesso a serviços públicos de saúde, segurança e educação.

Entretanto, é preciso avaliar os critérios e encarar a realidade matemática.

Programas sociais e serviços públicos utilizam dinheiro oriundo dos impostos pagos por quem trabalha, produz e consome!

Em síntese:

O que é oferecido ”sem custo” para um cidadão é pago pelos outros.

É justo? Sim, se for aplicado com prazos e contrapartidas.

A música Vozes da Seca já alertava sobre os perigos do assistencialismo crônico:

“Mas doutô uma esmola a um homem que é são / Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão” - Luiz Gonzaga.

Parece óbvio, porém muitas pessoas ainda acreditam na existência de “dinheiro do governo” ou nos recursos que “tá lá em Brasília”.

Na verdade, os recursos do governo são o seu dinheiro, fruto do seu trabalho, lá em Brasília.

Deixemos um pouco os programas sociais e tomemos como exemplo os serviços nos postos de saúde:

Realizam um bom trabalho, contando com profissionais competentes e funcionários dedicados.

Todos eles são remunerados. Os profissionais não trabalham de graça ou por amor à pátria, e os medicamentos não se multiplicam espontaneamente nos armários.

Embora o atendimento seja gratuito para quem recebe os cuidados, as instalações, os remédios, a roupa de cama e toda a infraestrutura administrativa têm um custo.

E quem paga essa conta?

A ”mágica” ocorre toda vez que o dinheiro troca de dono.

Comprou qualquer coisa?

Uma mão invisível toma para si grande parte do preço pago por você pelo produto adquirido.

O imposto é embutido no preço, ninguém vê, e a maioria das pessoas desconhece isso.

Não é apenas o Imposto de Renda: há também o imposto que está no consumo diário, oculto nas mercadorias compradas no dia a dia.

E mais: o cidadão é tributado, no mínimo, duas vezes:

Primeiro, quando ganha o seu salário e, depois, quando vai às compras com o dinheiro sobre o qual já pagou imposto quando o recebeu.

Há quem defenda que ”os ricos devem pagar pelos pobres” porque, para eles, isso não faria diferença.

Mas quem é o rico?

Geralmente, definimos como rico quem tem mais dinheiro do que nós, mas onde traçamos a linha entre rico e pobre?

A grande questão é:

Se alguém ganha sem trabalhar ou recebe um serviço público gratuito, significa que outros trabalharam para custear os programas ou serviços.

Na dinâmica atual, o governo retira bilhões da sociedade em impostos e devolve serviços de pouca qualidade devido à baixa eficiência.

As consequências disso são claras:

Quem tem condições financeiras, inclusive os funcionários públicos, se puder, coloca os filhos em escolas particulares, utiliza planos de saúde privados e mora em condomínios com segurança privada.

Por que isso?

A baixa qualidade e eficiência do setor público, quando comparado ao setor privado, é enorme.

Quem depende exclusivamente dos serviços públicos é quem mais sofre com isso.

Seja em programas sociais ou serviços públicos, ambos precisam de mudanças nos critérios e de melhorias efetivas na eficiência.

É tempo de compreendermos uma velha regra que nossos pais e avós ensinavam:

“Em casa onde todos trabalham, todos trabalham menos”.

Precisamos, definitivamente, entender que:

Quando é ”de graça”, somos todos nós que pagamos!

*** Rogério Pons da Silva**

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

VOTO FEMININO: QUANDO ESSA HISTÓRIA COMEÇOU?

CHRIS CIDADE DIAS

Quando se fala que tudo é conquista, não se imagina quando, onde e na voz de quem começou. Neste período em que as eleições tomam conta de todas as rodas de conversa, me ocupei em descobrir como o voto feminino surgiu no Brasil, na voz de quem, em que lugar e de que forma.

Reserve um instante para levantar suas hipóteses. Foi o que fiz e me surpreendi à beça.

Você já ouviu o nome de Celina Guimarães Viana? Eu nunca tinha ouvido. Não sabia nada sobre sua vida, nem que tinha a mesma formação que eu, professora, com princípios parecidos, sendo contrária a castigos físicos entre seus educandos, algo tão comum naquele período, nem que lutou pelo direito de votar, no Rio Grande do Norte, tornando-se a primeira eleitora reconhecida pelo sistema eleitoral brasileiro. Isso tudo na cidade de Mossoró, entre 1920 e 1930.

Resolvi abrir esse leque e me aproximar dessa mulher tão importante para mim e para tantas outras que acreditam na legitimidade do voto feminino.

Nascida em 1890, além de professora, foi esposa e mãe e estimulou o futebol na sua cidade, traduzindo as regras do esporte, que eram encontradas apenas em inglês – uma curiosidade bem bacana. Uma pessoa parecida comigo, com vida simples, querendo contribuir com o coletivo e suas verdades.

Quando foi aprovada, em seu Estado, a lei que permitia o alistamento eleitoral independentemente do sexo, ela se prontificou e fez sua inscrição em 1927. O juiz em exercício autorizou, e ela se tornou a primeira mulher eleitora do nosso País. Lutou para que esse direito fosse estendido a todas as brasileiras. Pelo menos, tentou, enviando um telegrama ao então presidente do Senado.

Conseguiu votar em 1928, junto com outras mulheres, nas eleições municipais do Rio Grande do Norte. E, quando achamos que um direito está garantido, algo acontece para nos mostrar que a luta é eterna. Nesse mesmo ano, todos os votos das mulheres na eleição para o Senado foram rejeitados por uma comissão, invalidando cada um deles como "inapurável". Somente em 1932, o direito ao voto feminino foi reconhecido em âmbito nacional.

O movimento de Celina nunca foi isolado, e não esquecemos disso. Desde cedo, aprendemos a cuidar umas das outras, olhar por nós – ao contrário de tantas vozes afirmando que somos inimigas. Ao lado de Celina, estava Júlia Alves Barbosa, também potiguar. Também é preciso destacar os nomes de Bertha Lutz, Leolinda Daltro, Almerinda Gama e tantas outras espalhadas pelo Brasil.

Me ocupei em buscar as sufragistas do meu Estado, Rio Grande do Sul, e encontrei o nome de Natércia da Cunha Silveira. Nascida em Itaqui, em 1905, sendo a primeira advogada do Rio Grande do Sul, lutou pela questão do voto, aliando-se a outras vozes femininas, fundando a Aliança Nacional de Mulheres.

Em 1932, junto com Bertha Lutz, integrou a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição de 1934, que incorporou o direito ao voto feminino.

Parece que a relação das duas não era lá essas coisas, mas o que importa é que participaram da luta juntas, foram sufragistas brasileiras, fundamentais para que nós, neste domingo (25), possamos sair de nossas casas, com nossas escolhas independentes e fundamentadas pelas nossas convicções, entrar numa seção eleitoral e, sem a interferência de ninguém, escolher nossos candidatos.

Nesse ato, estarão representadas todas as mulheres que vieram antes, e estaremos garantindo o direito das que chegarão depois.

- Chris Cidade Dias, escritora, autora do romance "A mulher que ouvia os quadros"

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.

DO PAPEL À HISTÓRIA: A GRENALIZAÇÃO NÃO PODE GOVERNAR O NOSSO FUTURO!

GELSON SANTANA

Há algum tempo, escrevi neste mesmo espaço sobre a necessidade urgente de transformarmos grandes projetos em realidades concretas, levando o Rio Grande do Sul "do papel à história". Defendi que o desenvolvimento não pode ser refém da burocracia que o imobiliza. Hoje, volto a esse tema com o coração renovado, fruto da excelente notícia para os trabalhadores: a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) emitiu a Licença Prévia para o Projeto Natureza, da CMPC, em Barra do Ribeiro.

Esse passo fundamental tira da gaveta um investimento histórico de R$ 27 bilhões. Para nós, da construção civil, esse número tem um significado muito mais profundo do que o valor financeiro: ele representa 12 mil empregos diretos e indiretos na fase de obras. São 12 mil pais e mães de família que terão a oportunidade de erguer, com o suor do próprio trabalho, a sua dignidade. No entanto, o caminho até essa assinatura nos deixa uma lição amarga sobre o maior obstáculo cultural que enfrentamos hoje: a grenalização de temas de interesse público.

No Rio Grande do Sul, a rivalidade corre nas veias. Nós nascemos e, quase imediatamente, recebemos uma camiseta. A disputa entre Grêmio e Internacional permeia nossa infância, nossas escolas, nossos ambientes de trabalho e as mesas de bar. Essa paixão é bonita, faz parte da nossa identidade e deve ser preservada – desde que permaneça exatamente onde deve estar: nas arquibancadas e nos momentos de lazer. O grande erro histórico do nosso Estado tem sido permitir que essa lógica binária e cega invada as pautas decisivas da nossa sociedade, como o desenvolvimento econômico e social.

Para entender o perigo disso, vou usar uma analogia simples do nosso cotidiano: a atuação de um médico plantonista em uma emergência hospitalar. Quando um paciente em estado grave dá entrada na UTI, o médico – seja ele de direita ou de esquerda, gremista ou colorado – não faz perguntas sobre a ideologia ou a preferência clubística de quem está na maca. Ele simplesmente cumpre seu dever técnico e ético: salvar a vida.

Infelizmente, o que vimos ao longo do processo de licenciamento da CMPC foi o oposto desse princípio. Alguns setores, movidos por um forte viés ideológico, tentaram, por diversas vezes, paralisar o projeto no "tapetão" judicial. Quando um agente público usa suas prerrogativas institucionais para impor visões ideológicas pessoais, ignorando critérios científicos e técnicos, comporta-se como um juiz de futebol parcial, que quer aparecer mais do que o espetáculo. Na economia, o desemprego e a falta de oportunidades são a nossa UTI. Quem está na fila do desemprego tem pressa e tem fome; não pode esperar que os "cartolas" da ideologia decidam quem vai ganhar a narrativa da vez.

Na lógica destrutiva da grenalização, o objetivo principal deixa de ser o avanço do Rio Grande do Sul e passa a ser a derrota do adversário. Se o projeto avança, a torcida contrária chora; se o projeto é cancelado, comemora-se um gol contra o próprio patrimônio. Mas a verdade nua e crua é que a fome, a falta de teto e o desemprego não têm partido político nem vestem a camiseta de um clube.

A emissão dessa licença ambiental pela Fepam rompe com essa falsa dualização. Ela demonstra, de maneira inequívoca, que é plenamente possível conciliar desenvolvimento econômico robusto com sustentabilidade rigorosa e responsabilidade social. Não precisamos escolher um lado. A verdadeira sustentabilidade joga com as duas camisas: preserva o meio ambiente com critérios rigorosos, ao mesmo tempo que gera o sustento necessário para resgatar a dignidade do trabalhador.

Que as paixões e as disputas fiquem reservadas aos estádios e aos finais de semana. Na hora de construir o futuro do Rio Grande do Sul, precisamos ter a maturidade de desarmar os palanques, guardar os mantos da discórdia e colocar o capacete de trabalho. O desenvolvimento dos trabalhadores, dos empresários e, em última análise, de toda a sociedade é um jogo que só se vence se jogarmos todos no mesmo time.

- Gelson Santana, Presidente do STICC, Secretário Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Construção Pesada e Montagem Industrial – UGT

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA 25 DE OUTUBRO

EFEMÉRIDES

Eventos

1917 – Na Rússia, os bolcheviques assumem o poder.
1936 — Adolf Hitler assina aliança com o ditador italiano fascista Benito Mussolini.
1942 — Segunda Guerra Mundial: Prisioneiros judeus são deportados da Noruega para Auschwitz.
1964 — Anos de Chumbo: os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, civis que apoiaram os golpistas, rompem com o presidente militar.
1969 — O general Médici é eleito presidente do Brasil.
1993 — Investigadores da Universidade George Washington, Estados Unidos, realizam a primeira clonagem de embriões humanos.
2001 — A Microsoft lança o Windows XP.
2007 — Airbus A380 faz o seu voo inaugural entre Cingapura e Sydney.
2015 – Lewis Hamilton é tricampeão mundial de Fórmula 1.

Nascimentos

1767 — Benjamin Constant, político e escritor francês de origem suíça (m. 1830).
1825 — Johann Strauss II, compositor austríaco (m. 1899).
1881 — Picasso, pintor espanhol (m. 1973).
1886 — Humberto de Campos, político brasileiro (m. 1934).
1937 — Roberto Menescal, compositor e músico brasileiro.
1947 — Glenn Tipton, músico inglês (Judas Priest).
1961 — Chad Smith, baterista da banda norte-americana Red Hot Chili Peppers.
1966 – Narcisa Tamborindeguy, socialite brasileira.
1974 — Paulo Baier, futebolista brasileiro.
1976 — Rafael Cortez, jornalista e humorista brasileiro.
1977 – Luciele di Camargo, atriz brasileira.
1984 – Katy Perry, cantora estadunidense.
1985 – Ciara, cantora estadunidense.
1990 — Fiuk, ator e cantor brasileiro.

Falecimentos

1906 — Charles Baron Clarke, botânico britânico (n. 1832).
1911 — Édouard-François André, paisagista francês (n. 1840).
1914 — Wilhelm Lexis, economista e estatístico alemão (n. 1937).
1918 — Amadeo de Souza-Cardoso, pintor português (n. 1887).
1920 — Alexandre da Grécia (n. 1893).
1921 — Bat Masterson, jornalista e advogado estadunidense (n. 1853).
1938 — Alfonsina Storni, poetisa argentina (n. 1892).
1941 — Robert Delaunay, pintor francês (n. 1885).
1956 — Risto Ryti, político finlandês (n. 1889).
1958 — Stuart Lewis-Evans, automobilista inglês (n. 1930).
1973 — Abebe Bikila, maratonista etíope (n. 1932).
1974 — Nick Drake, músico inglês (n. 1948).
1975 — Vladimir Herzog, jornalista brasileiro (n. 1937).
1991 — Bill Graham, empresário norte-americano (n. 1931).
1992 — Roger Miller, músico e compositor estadunidense (n. 1936).
1993 — Vincent Price, ator estadunidense (n. 1911).
1999 — Payne Stewart, golfista norte-americano (n. 1957).
2001 — Marvin Harris, antropólogo norte-americano (n. 1927).
2002 — Richard Harris, ator irlandês (n. 1930).
2004 — John Peel, radialista e jornalista inglês (n. 1939).
2008 – Federico Luzzi, tenista italiano (n. 1980); e Max Rosenmann, empresário e político brasileiro (n. 1944).
2010 — Gregory Isaacs, músico jamaicano (n. 1951).
2013 – Paulinho Tapajós, compositor, escritor e arquiteto brasileiro (n. 1945); e Arthur Danto, filósofo e crítico de arte americano (n. 1924).
2014 — Jack Bruce, baixista, cantor e compositor britânico. (n. 1943).
2016 — Carlos Alberto Torres, futebolista brasileiro. (n. 1944).
2024 — Zé Carlos, ex-futebolista brasileiro (n. 1968).
2025 — Björn Andrésen, ator sueco (n. 1955).

Inter vence em casa o Botafogo por 3 a 0 e deixa a zona de rebaixamento no Brasileirão.

Ricardo Duarte/S.C. Internacional

Colorado de Bernabei enfrentará o Coritiba na próxima rodada.

Diante de 34 mil torcedores na chuvosa tarde desse sábado (24), o Inter venceu o Botafogo por 3 a 0 no Estádio Beira-Rio, em jogo válido pela 31ª rodada do Campeonato Brasileiro. O placar fez o Colorado subir um degrau na tabela, em 16º lugar (35 pontos) e pela primeira vez fora da zona de rebaixamento em quase dois meses. A próxima partida é na quarta-feira (28), fora de casa, contra o Fluminense – quinto colocado.

Os gols foram marcados Matheus Bahia aos 32 minutos e Juninho aos 41 minutos do primeiro tempo, ao passo fechou a contagem aos 20 da etapa complementar. Outro destaque do duelo foi a atuação do jovem goleiro Kauan Jesus, de 23 anos e que iniciou pela primeira vez um jogo como titular.

Como foi o jogo

As condições difíceis do gramado na primeira etapa atrapalharam a criação de ambos os times, especialmente o Botafogo, que, quando tinha a bola, tentava trocar passes. O Inter, por outro lado, entendeu que o caminho seria na vontade e na ligação direta.

Aos 20 minutos, Danilo evitou que o Inter abrisse o placar salvando uma chance em cima da linha, após Alan Patrick cobrar escanteio na primeira trave e Alerrandro desviar, superando o goleiro Gabriel Batista, mas não o volante alvinegro.

Quando o Botafogo chegava, o jovem goleiro Kauan Jesus, titular pela primeira vez, aparecia para salvar o Colorado. Primeiro, em finalização cruzada de Medina. Depois, em desvio esperto de Tiquinho Soares, aproveitando cruzamento de Alex Telles.

Com mais transpiração e empurrado pela torcida, o Inter foi para o intervalo com a vantagem de 2 a 0, graças a gols de dois defensores que fizeram papel de centroavantes.

Aos 31 minutos, após cruzamento de Aguirre pela direita e desvio parcial da zaga botafoguense, a bola apareceu limpa para o lateral/ala Matheus Bahia só empurrar para o gol, com Gabriel Batista já batido.

Já nos acréscimos, em lance de bola parada, a dupla de zaga colorada fez uma blitz no ataque. Primeiro, Maripán tentou chute mascado; a bola ficou com Juninho, que girou como camisa 9 e bateu cruzado, marcando um belo gol.

A "pá de cal" do Inter sobre o Botafogo resultou de contra-ataque: Alerrandro arrancou sozinho e rolou para Bernabei superar o goleiro botafoguense e empurrar para o fundo da goleira, já vazia, aos 20 minutos da etapa final.

Ficha técnica

– Inter: Kauan Jesus; Bruno Gomes, Maripán e Juninho; Braian Aguirre, Ronaldo (Bruno Henrique), Thiago Maia (Paulinho), Alan Patrick (João Victor) e Matheus Bahia; Bernabei (Calebe) e Alerrandro (João Bezerra). Técnico: Eduardo Baptista.

– Botafogo: Gabriel Batista; Vitinho, Ferraresi, Marçal e Alex Telles; Allan (Domingos Andrade), Danilo (Huguinho), Medina (Júnior Santos), Montoro e Matheus Martins (Ziyech); Tiquinho Soares (Arthur Cabral). Técnico: Tite.

– Arbitragem: Davi de Oliveira Lacerda (ES), auxiliado por Douglas Pagung (ES) e Nailton Junior de Sousa Oliveira (CE). Quarto juiz: Anderson Ribeiro Gonçalves (GO). VAR: Emerson de Almeida Ferreira (MG).

Grêmio intensifica preparação para enfrentar o Coritiba pelo Brasileirão.

Lucas Uebel/Grêmio FBPA

Jogo contra o Coritiba será nesta segunda (26), às 19h30, no Couto Pereira.

Na manhã chuvosa desse sábado (24), no CT Presidente Luiz Carvalho, em Porto Alegre, o elenco profissional do Grêmio deu continuidade à preparação para o confronto diante do Coritiba. A atividade marcou o penúltimo treinamento antes da viagem da delegação para a capital paranaense, onde as equipes se enfrentam nesta segunda-feira (26), às 19h30min, no Estádio Couto Pereira, pela 32ª rodada do Campeonato Brasileiro.

Os trabalhos começaram sob a orientação da equipe de preparação física, responsável pelo aquecimento dos jogadores, com exercícios destinados à mobilização muscular e alongamentos. Na sequência, os atletas participaram de circuitos de ativação dos membros inferiores, envolvendo saltos, arranques, piques e mudanças bruscas de direção durante as corridas.

Na segunda etapa das atividades, o técnico Renato Portaluppi reuniu o grupo no Campo 1 do centro de treinamento para comandar um trabalho tático mais extenso. Durante o exercício, foram simuladas diferentes situações de jogo, com orientações voltadas à organização e ao posicionamento da equipe para o compromisso diante dos paranaenses.

O treinamento também reservou espaço para o aperfeiçoamento das jogadas de bola parada, tanto nas ações ofensivas quanto nas defensivas. A comissão técnica aproveitou a atividade para ajustar detalhes e reforçar aspectos importantes para a partida. Os trabalhos se estenderam até o final da manhã.

A programação gremista prevê mais um treinamento neste domingo (25), a partir das 10h30min, novamente no CT Presidente Luiz Carvalho. Será a última atividade antes do deslocamento da delegação. No início da tarde, os jogadores e a comissão técnica embarcam em um voo fretado com destino a Curitiba.

Base gremista

Enquanto o elenco profissional se prepara para mais um compromisso pelo Campeonato Brasileiro, as equipes Sub-17 e Sub-15 do Grêmio tiveram uma manhã de resultados positivos pela Copa Sul. Neste sábado, os dois times entraram em campo pela sexta rodada da competição regional, já classificados para a próxima fase, mas ainda em busca de bons resultados para definir suas posições na classificação.

As partidas foram disputadas no CFT Presidente Hélio Dourado, em Eldorado do Sul. O Sub-17 enfrentou o Figueirense e venceu por 4 a 0. Fermino marcou duas vezes, enquanto Benjamin e John completaram o placar favorável ao Tricolor.

Na sequência, o Sub-15 também apresentou bom desempenho e superou o Avaí pelo mesmo resultado: 4 a 0. Os gols gremistas foram anotados por Rarysson, Gringo, Isaac e Ryan Vicente.

Com os resultados, o Sub-17 encerrou a fase classificatória na segunda colocação de seu grupo e poderá enfrentar Operário ou Chapecoense nas quartas de final. Já o Sub-15 terminou na liderança e terá como possíveis adversários Barra ou Chapecoense.

A definição dos confrontos depende da realização de partidas adiadas. As datas dos jogos eliminatórios ainda serão anunciadas pela Federação Gaúcha de Futebol.

Rebeca Andrade é tricampeã do salto no Mundial de Ginástica Artística.

MeloGym/CBG

Campeã olímpica recoloca o Brasil no pódio e se torna a primeira brasileira a faturar três ouros em uma mesma prova do Mundial de ginástica artística.

Rebeca Andrade voltou ao topo do pódio do Mundial de ginástica artística. Sob o olhar de Simone Biles em Roterdã, a campeã olímpica brilhou na final do salto com dois voos quase perfeitos para conquistar o tricampeonato mundial do aparelho.

Neste sábado (24), a ginasta de 27 anos se vestiu de azul, sua cor da sorte, para recolocar o Brasil no pódio de um Mundial depois da ausência em 2025. Rebeca conquistou sua décima medalha na competição para somar às seis condecorações olímpicas e se consolidar no hall de lendas da ginástica, entrando no top-10 do quadro de medalhas em provas individuais na história.

”Esse ouro mostra que tudo que a gente tem feito da melhor maneira possível está dando certo, né!? (risos) Não fiz os saltos mais difíceis da minha carreira, mas isso foi suficiente para trazer o ouro. Tô bem feliz e orgulhosa”.

Recordes de uma lenda

Rebeca se tornou a segunda tricampeã mundial do salto da história. Apenas a chinesa Cheng Fei havia alcançado esse feito, algo que nem Simone Biles conseguiu, bicampeã mundial do salto.

A ginasta de 27 anos também se tornou a primeira brasileira tricampeã mundial - apenas Diego Hypolito no solo e a própria Rebeca no salto tinham dois títulos de uma mesma prova.

Dona de seis medalhas olímpicas (duas de ouro), Rebeca chegou a dez em Mundiais, sendo quatro de ouro - além dos três títulos do salto, foi campeã do individual geral em 2022. Contando apenas provas individuais, a brasileira entrou para o top-10 da história no quadro de medalhas, empatada com a soviética Yelena Shushunova na nona posição. Rebeca tem um lugar no hall de lendas da ginástica artística.

A perfeição que leva ao ouro

Voltando de um ano sabático para recuperar corpo e mente do desgaste para faturar quatro medalhas nas Olimpíadas de Paris, Rebeca planeja uma evolução gradual até Los Angeles 2028.

Nesse retorno, ela ainda não apresentou o seu principal salto, o Cheng, mas apostou na precisão digna de uma campeã olímpica. Com um Yurchenko com dupla pirueta e um Lopez com execução sempre acima de 9,300 pontos, ela nem precisou pular etapas e antecipar o Cheng.

Com média de 14,466 pontos, Rebeca superou a americana Claire Pease, que apresentou o Cheng mas só conseguiu 14,233. Campeã do individual geral em Roterdã, a americana Skye Blakely completou o pódio, com os mesmos saltos de Rebeca e 14,166 de média. Bronze nas Olimpíadas de Tóquio e maior concorrente da brasileira na Holanda, a sul-coreana Yeo Seojeong sofreu uma queda e acabou na sétima posição.

Ginasta mais condecorada da história com 30 medalhas em Mundiais e 11 em Olimpíadas, Simone Biles foi convidada de honra do Mundial de Roterdã. A americana de 29 anos não compete desde os Jogos de Paris.

Ela não confirmou seu retorno à ginástica, mas também não descartou competir em Los Angeles 2028. Os Estados Unidos garantiram a classificação da equipe feminina com a prata na Holanda. Neste sábado, Simone viu de camarote Rebeca Andrade alcançar um feito que ela não tem: tricampeã mundial.

E se você fosse presidente da República? Veja o que pode ou não ser feito por quem ocupa o cargo.

Reprodução

a cada quatro anos a população tem o direito de escolher um novo presidente da República.

No Brasil, a cada quatro anos a população tem o direito de escolher um novo presidente da República. A próxima oportunidade para fazer isso acontece em neste domingo, dia 25. Durante as eleições, todo brasileiro a partir de 16 anos poderá votar, e aqueles entre 18 e 70 são obrigados a participar do processo.

"O voto de cada pessoa vale igual, não importa se é rico, pobre, famoso ou desconhecido. É assim porque o Brasil é uma democracia: quem manda de verdade é o povo", explica Pedro Markun, jornalista especialista em educação política e um dos autores dos livros "A Eleição dos Bichos" (Companhia das Letrinhas) e "O Livro da Democracia" (Mostarda).

Mas as coisas nem sempre foram assim. Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu uma ditadura: os militares tomaram o poder à força e mudaram as regras para não correr o risco de perder a eleição. Nesse período, o povo não votava para presidente, e quem escolhia quem ia mandar no país era um grupo formado só por políticos, em sua maioria alinhados com aqueles mesmos militares que começaram tudo.

Só em 1989 o Brasil voltou a ter eleição direta para presidente, ou seja, quase 30 anos depois da última vez que isso tinha acontecido. "Isso foi possível depois de muita gente lutar e ir às ruas pedir eleições diretas. Aí o voto voltou", lembra Pedro.

O presidente da República é o cargo mais alto do Poder Executivo, um dos três Poderes do país (os outros dois são o Judiciário e o Legislativo). A pessoa escolhida para esse posto tem bastante poder, mas não manda sozinha. "Ela precisa respeitar as leis, dividir decisões com os outros Poderes e, principalmente, lembrar que o poder não é dela, é do povo", diz Pedro.

É normal começar a ouvir muitas promessas dos candidatos quando vão chegando as eleições. Mas será que um presidente pode mesmo fazer tudo o que quiser? Para descobrir mais sobre isso, confira a entrevista com Pedro e seus colegas Paula Desgualdo, mestre em educação, e os artistas gráficos Larissa Ribeiro e André Rodrigues, que juntos formam um coletivo artístico chamado Sabichinho.

Lembrando, claro, que não é qualquer um que pode se candidatar a presidente, é preciso ter nascido no Brasil, ter pelo menos 35 anos de idade, fazer parte de um partido político e não ter cometido crimes, porque quem faz isso é condenado e perde esse direito por um tempo. Acompanhe a entrevista com o Coletivo Sabichinho na sequência. (Com informações do jornal A Folha de S. Paulo)

Eleito para presidente da República tem muito poder, mas não manda sozinho. Outros poderes controlam decisões do chefe do Executivo.

O presidente da República é o cargo mais alto do Poder Executivo, um dos três Poderes do país (os outros dois são o Judiciário e o Legislativo). A pessoa escolhida para esse posto tem bastante poder, mas não manda sozinha. "Ela precisa respeitar as leis, dividir decisões com os outros Poderes e, principalmente, lembrar que o poder não é dela, é do povo", diz Pedro Markun, jornalista especialista em educação política e um dos autores dos livros "A Eleição dos Bichos" (Companhia das Letrinhas) e "O Livro da Democracia" (Mostarda). Ele também integra o coletivo Sabichinho, que esclarece o que pode ou não ser feito por quem ocupa esse cargo.

1-Posso mandar prender alguém que eu não goste? E soltar alguém que eu gosto? Prender, não. No Brasil, só é possível prender alguém em flagrante, ou seja, no momento exato em que o crime acontece, ou com a ordem de um juiz, e presidente não é juiz. Ou seja, o presidente não participa disso. Já soltar tem uma exceção: o presidente pode perdoar uma pena (o "castigo" recebido pelo crime). Isso se chama "indulto". Mas esse é um ato oficial e sério, e não algo simples como "ah, esse é meu amigo, pode soltá-lo".

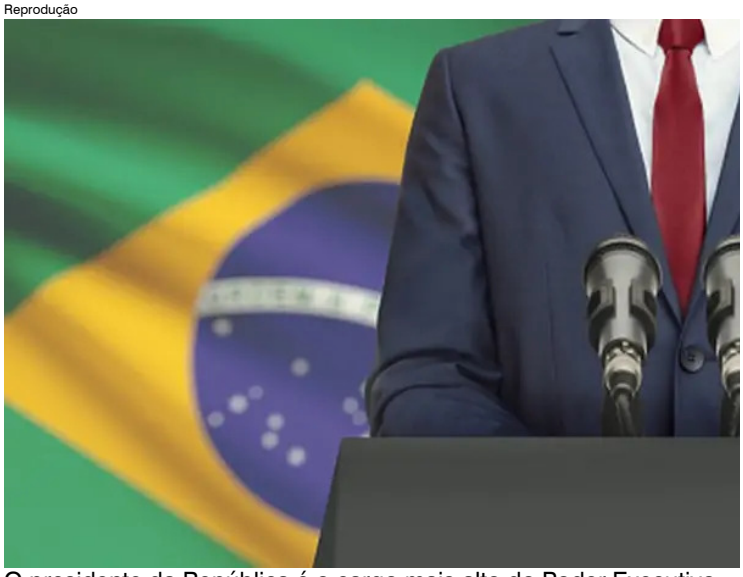
2-Posso ficar como presidente para sempre? Não. O mandato dura quatro anos, e você tem direito a uma reeleição. Então, são no máximo oito anos seguidos, e depois é preciso passar a vez.

3-Posso criar uma lei sozinho? E cancelar uma lei? Sozinho, não. As leis têm que passar pelo Congresso. O presidente pode propor projetos e, em casos urgentes, usar uma coisa chamada medida provisória, que é um ato com força de lei editado pelo presidente em situações de relevância e urgência, e que começa a valer imediatamente. Mas é importante saber que, ainda assim, o Congresso precisa examinar essa decisão depois. Já barrar projetos de lei, na verdade se diz "vetar", aí o presidente pode. Mas o Congresso pode derrubar esse veto depois.

4-Posso mudar o nome de uma cidade? Não. Nomes de cidade quem decide são os estados. Na maioria das cidades, o povo que mora lá também precisa ser consultado. O presidente nem é chamado para essa conversa.

5-Posso trocar a bandeira nacional? Sozinho, não. A bandeira é definida em lei. Para mudar seu desenho, seria preciso mudar essa lei, com a participação do Congresso.

Reprodução



O presidente da República é o cargo mais alto do Poder Executivo.

6-Posso aumentar o tempo do recreio nas escolas? Sozinho, também não. A educação tem várias mãos cuidando dela: o governo federal, os estados e municípios, além das próprias escolas. O presidente não pode estalar os dedos e aumentar o recreio no Brasil inteiro.

7-Posso mandar fechar os outros Poderes? Não, e isso é bem sério. Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes entre si. Um presidente que tenta fechar o Congresso ou a Justiça está cometendo um crime, e não exercendo poder.

8-Posso receber amigos no Palácio? Claro que sim. Vale lembrar que os compromissos oficiais do presidente são públicos e todo mundo pode ficar sabendo com quem ele se encontrou a trabalho.

9-Posso me demitir se eu não estiver gostando? Pode. Isso se chama renúncia e já aconteceu de verdade: Jânio Quadros tomou posse como presidente do Brasil em janeiro de 1961 e largou o cargo em agosto do mesmo ano.

10-Posso tirar férias? Você pode descansar, sim, mas o cargo não tira férias junto. Se o presidente viaja para fora do país ou fica impedido de exercer o cargo, o vice-presidente assume em seu lugar durante esse período.

11-Posso sair para passear ou viajar? Sim, mas tem uma regra: se a viagem para o exterior passar de 15 dias, você precisa pedir autorização ao Congresso antes de arrumar a mala. (Com informações do jornal A Folha de S. Paulo)

Presidente da República: cargo mais importante do País já foi ocupado por 38 pessoas; cada uma delas teve hábitos e obsessões muito peculiares.

Você já ouviu falar naquela máxima de que "de perto ninguém é normal"? É aquela história: quando conhecemos alguém mais a fundo, descobrimos que todo mundo tem manias e esquisitices, até o presidente do país. Com ajuda do jornalista Rodrigo Vizeu, autor do livro "Os Presidentes" e do podcast Presidente da Semana, foram mapeadas algumas curiosidades que marcam a trajetória presidencial brasileira.

Primeirão

Deodoro da Fonseca (1827-1892) foi o primeiro presidente do Brasil. Faz tempo, viu? No máximo, seus bisavós já eram nascidos na época. Ele era marechal do Exército quando participou da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Foi aí que deixamos de ter família real e viramos uma República, quando um povo elege seus representantes.

Deodoro era, na verdade, bastante amigo do último imperador brasileiro, dom Pedro 2º. Numa carta que escreveu a um sobrinho, disse o seguinte: "República no Brasil é coisa impossível, porque será uma verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para tornarem-se republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela".

Só de última hora mudou de ideia, e o resto é história. Ah, e o marechal sempre passava perfume de violetas na vasta barba que tinha. Não dá para dizer que ele não era flor que se cheire.

Falem mal, mas falem de mim

Hoje, se alguém quiser zoar um presidente ou criticar um ato dele, pode postar um meme nas redes sociais ou algo do tipo. No passado, isso aconteceria de outra forma, afirma Vizeu, nosso expert em presidentes. "Seria por meio de charges, notinhas maldosas nos jornais e nas revistas ou simplesmente pela boa e velha maledicência."

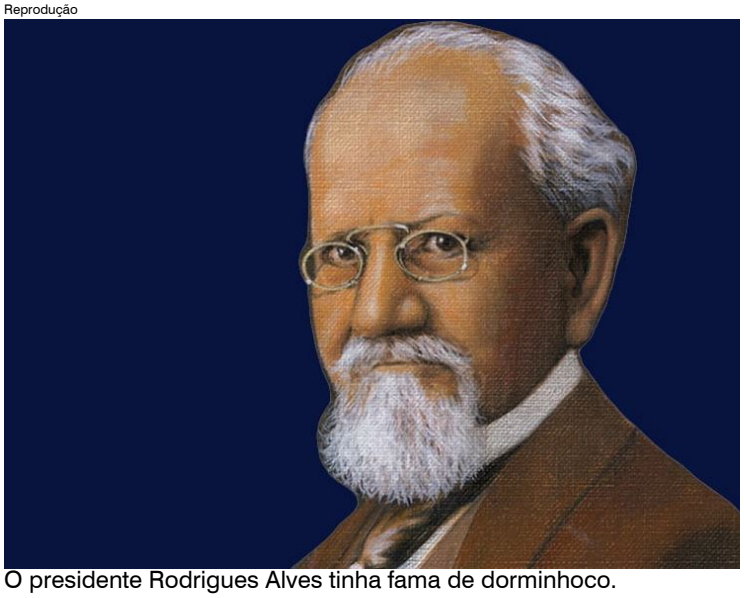
Rodrigues Alves (1848-1919), nosso quinto presidente, ganhou o apelido de Soneca e era desenhado por chargistas de pijama porque tinha fama de dorminhoco, adquirida em parte "pelo simples fato de ser uma pessoa que gostava muito de ficar em casa", diz Vizeu.

Diziam que Costa e Silva (1899-1969), um dos cinco militares que comandaram o Brasil na ditadura, não era lá muito chegado ao hábito da leitura. Teria inclusive dito a um marechal com um livro debaixo do braço que aquilo era uma perda do tempo, e que ele próprio só fazia palavras-cruzadas.

Vizeu lembra que Hermes da Fonseca (1855-1923) "era outro que tinha fama de pouco agraciado por inteligência", além de ser considerado um baita pé-frio.

Seu mandato, que começou 116 anos atrás, coincidiu com vários episódios negativos: crises econômicas, a morte da sua primeira esposa e até uma viagem a Portugal que coincidiu com a queda da monarquia portuguesa.

Reprodução



O presidente Rodrigues Alves tinha fama de dorminhoco.

Jornais o apelidaram de Dudu Urucubaca. Tinha até marchinha de Carnaval tirando sarro: "Ai Filomena, se eu fosse como tu/Tirava a urucubaca da careca do Dudu".

"Às vezes a coisa descambava para o puro e simples bullying com características físicas dos presidentes", diz Vizeu. Arthur Bernardes (1875-1955) ganhou o apelido de Seu Mé, também numa marchinha carnavalesca, porque tinha o rosto longo e fino, que nem um carneiro. Daí o méééé.

Castelo Branco, presidente na ditadura, era chamado de Quasímodo (o corcunda de Notre Dame), por ser baixinho, cabeçudo e sem pescoço.

As marchinhas de Carnaval eram mesmo implacáveis com a turma presidencial. Eurico Dutra (1883-1974) foi alvo de uma marchinha por trocar o "c" pelo "x" na hora de falar. O nome? "Voxê que Xabe."

Baixaria!

O título de mais alto é de Jair Bolsonaro, com seu 1,85 m, mas a turma dos presidentes baixinhos é forte. Getúlio Vargas (1882-1954) era um dos menores, com altura estimada entre 1,60 m e 1,62 m. Há 11 mandatários que perdem nesse quesito para a única mulher da turma, Dilma Rousseff, que tem 1,68 m.

Santinha

Dutra conheceu sua mulher na casa do avô de um futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso. O nome dela era Carmela, mas o que pegou mesmo foi seu apelido: de tão católica que era, virou Dona Santinha. Dizem que foi por causa dela que Dutra ordenou, em 1946, o fim dos jogos de azar e fechou todos os cassinos do país.

O Brasil já teve 37 homens e uma mulher na cadeira presidencial.

O Brasil já teve 37 homens e uma mulher na cadeira presidencial, cada um com um jeitinho próprio de ser. Houve quem proibisse rock e biquíni, quem se alimentasse de pão com leite condensado (encararia?) e quem declarasse preferir o cheiro de cavalos ao de pessoas. Acompanhe a sequência das curiosidades mapeadas que marcam a trajetória presidencial brasileira.

Reprodução

Jânio Quadros considerava o rock um estilo nocivo às famílias brasileiras.

Chega de rock

Jânio Quadros (1917-1992) ficou pouco tempo no cargo, sete meses, mas o bastante para implantar medidas de forte apelo conservador. Proibiu brigas de galo, que era o duelo forçado entre dois galos para uma plateia de humanos, o uso de biquínis nos populares concursos de miss e até corrida de cavalo de segunda a sexta (fim de semana podia). Antes, quando era governador de São Paulo, vetou o rock nos bailinhos locais, por considerar o ritmo nocivo às famílias brasileiras.

As excentricidades pipocaram já na campanha eleitoral, aponta Rodrigo Vizeu. "Ele fingia desmaiar de cansaço nos discursos e buscava parecer mais do povo do que era jogando talco para simular caspas no paletó ou sentando na calçada para comer sanduíche de mortadela."

Pão doce

De Jair Bolsonaro você deve lembrar, porque ele deixou a presidência há menos de quatro anos, agora que está preso, por tentar dar um golpe de Estado, é seu filho Flávio quem disputará o cargo contra o atual presidente, Lula. Enquanto estava no poder, Jair protagonizou cenas insólitas, como oferecer uma caixa de cloroquina, remédio que dizia falsamente curar a Covid-19, para emas que moram no palácio presidencial. Também se deixou filmar comendo pão francês com leite condensado, motivo de "eca!" para alguns e água na boca para outros.

Não quero mais brincar

Após perder a eleição de 2022 para Lula, Bolsonaro se recusou a passar a faixa presidencial para ele, como é praxe na transição entre um governante e outro. Não foi o primeiro mau perdedor. "A coisa de fazer desfeita ao passar o poder ao sucessor vem do comecinho da República", diz o jornalista Rodrigo Vizeu.

O marechal Floriano Peixoto (1839-1895), segundo presidente do Brasil, "era um destemperado" que se negou a receber Prudente de Morais (1841-1902), que foi o primeiro presidente não militar e também o primeiro eleito por voto —se bem que, no finzinho do século 19, muito pouca gente podia de fato votar. Todas as mulheres e os homens que não sabiam ler e escrever (a maioria do país) ficavam de fora, por exemplo.

Tiro no coco

João Batista Figueiredo (1918-1999), o último presidente da ditadura, coleciona frases um tanto grosseiras. Certa vez, um estudante de dez anos lhe perguntou o que faria se fosse criança e o pai recebesse salário mínimo. Respondeu: "Eu dava um tiro no coco". Depois sugeriu que a criança trabalhasse para ajudar o pai. Em outra ocasião, declarou preferir o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo. Quando deixou o cargo, pediu que os brasileiros o esquecessem.

Saiba por que o presidente da República usa uma faixa.

Enquanto reis e rainhas recebem uma coroa ao assumir o trono, o presidente da República do Brasil recebe a faixa presidencial, símbolo do poder que passa a exercer ao assumir o cargo. Monarcas ficam com a coroa até morrerem; já o presidente entrega a faixa ao sucessor ao final do mandato.

Feita de seda verde e amarela, a faixa tem bordado o Brasão da República, um dos emblemas oficiais do país instituído em 1889 pelo primeiro presidente, o Marechal Deodoro da Fonseca. Um broche de ouro com 21 diamantes completa o adereço, que deve ser vestido da direita para a esquerda.

Pelo visto, os Fonseca eram uma família que gostava de símbolos, porque foi um sobrinho de Deodoro, também militar, que instituiria, anos depois, a faixa presidencial: o Marechal Hermes da Fonseca, oitavo presidente do Brasil. Como já governava quando assinou o decreto que criava o adereço em 1910, ele não teve uma cerimônia para receber a faixa, mas era fã da vestimenta e a usou em diversas ocasiões.

A versão original era mais larga (15 cm, contra os 12 cm de hoje), tinha o escudo da República, as palavras "Presidência da República do Brazil" (sim, na época era com Z) e muito ouro: no bordado, nas franjas e em uma medalha.

A entrega também era diferente. O eleito recebia a faixa do presidente do Congresso ou do Supremo Tribunal Federal. Em 1948, no governo do general Dutra, um decreto definiu que o novo presidente receberia a faixa de seu antecessor, "simbolizando a transição direta de poder entre os líderes eleitos".

Mas em vários casos, o presidente eleito não recebeu a faixa. Alguns exemplos: Júlio Prestes foi eleito, mas impedido de assumir o poder pela Revolução de 1930; Tancredo Neves, primeiro presidente eleito após mais de duas décadas de ditadura, adoeceu justamente na véspera de sua posse, em 1985, e morreu cerca de um mês depois, João Figueiredo, o último presidente da ditadura, se recusou a entregar a faixa ao vice de Tancredo, José Sarney. Itamar Franco e Michel Temer, vices de presidentes afastados por impeachment, também não a receberam.

Em 2022, o presidente Jair Bolsonaro, derrotado nas urnas,

Ricardo Stuckert/PR

Faixa presidencial significa democracia e a transição de poder.

viajou para os Estados Unidos e se recusou a passar a faixa presidencial a Lula, atual presidente. Em sua posse, Lula respondeu ao gesto organizando uma entrega da faixa por representantes do povo brasileiro.

Por ser um item histórico e valioso, a faixa fica guardada em um cofre do Palácio do Planalto. Mas ela já foi dada como desaparecida. Em 2016, época em que Michel Temer ocupava a Presidência interinamente por causa do afastamento de Dilma Rousseff, um levantamento do Tribunal de Contas da União não encontrou a faixa presidencial no cofre onde deveria estar guardada, e a notícia do sumiço se espalhou. Pouco depois, ela foi encontrada num armário, mas sem o broche de ouro e diamantes, que só apareceu depois, embaixo do mesmo móvel.

Quem quiser ver uma faixa presidencial de perto deve ir ao Memorial JK, em Brasília, que guarda a peça que foi usada por Juscelino Kubitschek, o presidente que liderou a construção da cidade e o último a receber a faixa no Rio de Janeiro, a antiga capital.

Não há uma obrigação legal de usar a faixa, mas ela já faz parte da nossa memória coletiva e simboliza muitas coisas, como a democracia e a transição de poder. O que de fato está escrito na lei é que os eleitos têm que fazer uma promessa oficial de cumprir a Constituição e promover o bem geral dos brasileiros. (Com informações do jornal A Folha de S. Paulo)

Brasília é repleta de palácios onde são decididos os rumos do País.

Inaugurada em 21 de abril de 1960, Brasília foi criada para desenvolver o interior do Brasil, ao contrário das ex-capitais, Rio de Janeiro e Salvador, que eram no litoral. Essa ideia já existia desde 1891, mas foi colocada em prática no governo de Juscelino Kubitschek, em apenas quatro anos. Veja a seguir por onde o poder circula na capital federal.

Palácio da Alvorada

O Palácio da Alvorada é a casa do presidente da República e foi o primeiro prédio de alvenaria de Brasília, que ficou pronto antes da própria cidade, ainda em 1958. O nome significa nascer do dia e foi ideia de Juscelino, para ele, Brasília era a alvorada de um novo dia para o país. Os jardins têm emas, que ajudam a proteger o lugar de cobras e escorpiões. Na ditadura, a primeira-dama Lucy Geisel pediu a retirada delas, porque perturbavam os dálmatas da família. Mas assim que uma cobra apareceu, as aves voltaram.

Palácio do Planalto

O presidente mora no Alvorada, mas trabalha nesse prédio, inaugurado no mesmo dia que Brasília nasceu. Mas o espelho d'água foi construído só em 1991, após uma tentativa de invasão. No dia da posse, o presidente entra ali por uma rampa em frente ao prédio, que tem ainda um parlatório, uma espécie de sacada de onde o ele pode discursar para o público na praça, e onde a faixa presidencial costuma ser passada ao novo mandatário.

Congresso Nacional

É o prédio que parece ter pratos virados para cima (a Câmara) e para baixo (o Senado). Ali trabalham 513 deputados federais e 81 senadores, e seus milhares de funcionários. Entre as cúpulas ficam duas torres de 28 andares, que abrigam os gabinetes. Uma curiosidade: na Câmara, o carpete é verde, enquanto no Senado, é azul.

Supremo Tribunal Federal

É o tribunal mais importante do país, composto por 11 ministros. Na frente do STF há a estátua "Justiça", uma mulher sentada, com os olhos vendados (o que representa que a Justiça deve ser igual para todos) e uma espada no colo (a coragem para fazer valer as leis). A estátua, com mais de três metros de altura, foi instalada em 1961 e não tem a balança, que costuma representar a Justiça.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

O Palácio da Alvorada é a casa do presidente.

Praça dos Três Poderes

É lá que ficam o Palácio do Planalto, o Congresso e o STF. São os três poderes que comandam o país: o que governa (Executivo), o que faz as leis (Legislativo) e o que julga (Judiciário), daí o nome. A praça abriga ainda a escultura "Os Candangos", em homenagem aos trabalhadores que construíram a cidade.

Esplanada dos Ministérios

Esplanada é, segundo o dicionário, um terreno plano, largo e extenso em frente a um prédio importante. Nesta esplanada, em frente ao Congresso, há 17 prédios iguaizinhos, enfileirados dos dois lados de uma enorme avenida, o Eixo Monumental. Neles ficam os ministérios, que são os departamentos do governo responsáveis por cada área: saúde, educação, meio ambiente e muitas outras.

Palácio do Jaburu

Aqui mora o vice-presidente da República. O nome vem do jaburu, ou tuiuiú, uma ave comum no cerrado brasileiro. O palácio fica à beira do lago Paranoá, a cerca de 1 km do Alvorada. Foi inaugurado em 1977, isto é, 17 anos depois de Brasília, antes, só o presidente tinha um palácio para chamar de seu. Ah, as emas também circulam livremente por lá. (Com informações de A Folha de S. Paulo)

O presidente da República conta com o privilégio de ter duas casas.

Um dos privilégios de ser presidente é ter mais de uma casa. O Palácio da Alvorada é uma delas e foi o primeiro prédio de alvenaria de Brasília, que ficou pronto antes da própria cidade, ainda em 1958. A Granja do Torto é uma das residências oficiais da Presidência da República e funciona como casa de campo do chefe do Executivo. Neste espaço, mais distante do centro de Brasília, o chefe de governo pode descansar e receber convidados para churrascos e festas.

Agência Brasil

Uma das duas residências oficiais, a propriedade tem características de casa de campo.

O sítio tem lago, piscina, campo de futebol, heliponto e um pedaço de mata nativa. Por não ter cara de palácio oficial, alguns presidentes preferiram passar mais tempo ali do que no Alvorada. Quando Brasília estava em construção, o lugar servia para fornecer galinhas e ovos à nova capital. Por isso o nome "granja".

A propriedade fica na Fazenda Riacho Torto, nos arredores do Plano Piloto de Brasília, e possui 37 hectares.

A Granja já foi usada como moradia presidencial. João Figueiredo, que governou entre 1979 e 1985, residiu no local e mantinha cavalos na propriedade. Atualmente, a área integra o conjunto de instalações sob responsabilidade da segurança presidencial, ao lado dos palácios do Planalto, da Alvorada e do Jaburu.

A casa de campo já foi morada dos presidentes João Goulart e do general João Figueiredo, que criava cavalos no local. Mas não foi por falta de investimentos. Entre 2013 e 2018, o sítio custou um total de R$ 16 milhões para os cofres públicos. Só em 2018, de janeiro a outubro, a granja de 37 hectares consumiu R$ 3,2 milhões com gastos como contas de luz, água, alimentação e salário dos 16 servidores que trabalham no local, além da manutenção da casa, do espaço externo e do cuidado com os cerca de 308 animais que vivem lá. Em 2017, o gasto para manter a casa de campo foi de R$ 3,4 milhões, por exemplo.

Ao contrário do presidente Michel Temer, que se encastelou no Palácio do Jaburu, tradicionalmente usado por vice-presidentes, o ex-presidente Jair Bolsonaro passou a usar a Granja do Torto para se hospedar em Brasília e fazer reuniões. Por se situar nos arredores da capital, a granja tem mais privacidade que as demais residências oficiais de Brasília.

Depois de Figueiredo, foi o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quem mais usou a casa de campo da Presidência. No seu primeiro governo, o petista costumava promover churrascos com ministros acompanhados de peladas no campo de futebol do local. Ele também recebeu os cantores Lenny Kravitz e Bono para encontros na residência oficial. Em 2005, Lula também esteve no Torto com o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que comeu churrasco ao lado do petista.

A partir de janeiro de 2027, o presidente eleito em 2026, seja Lula (PT) ou Flávio Bolsonaro (PL), terá a estrutura oficial da Presidência disponível conforme as necessidades do cargo. (Com informações de A Folha de S. Paulo, Jovem Pan)

O Supremo tem a palavra final em muita coisa, mas não manda em tudo.

Supremo Tribunal Federal: três palavras aparentemente simples, mas que ultimamente têm dominado grande parte do noticiário. O STF, sigla pela qual se chama esse órgão, anda em evidência porque alguns dos seus ministros atualmente são suspeitos de julgar coisas em favor dos próprios amigos e familiares.

Quem explica essa situação complicada é Conrado Hübner Mendes, professor de direito. "As muitas festas e jantares dos ministros com políticos e empresários que estão sendo julgados pelo tribunal fazem a gente desconfiar, com razão, de que eles não estão aplicando a Constituição com imparcialidade", diz.

A Constituição é a lei fundamental do país, que organiza o Estado, estabelece como os Poderes funcionam, e protege os direitos fundamentais das pessoas, como a liberdade, a igualdade e a segurança. E o STF é o tribunal que ocupa o topo do Poder Judiciário brasileiro, responsável por zelar para que a Justiça respeite a Constituição.

Os ministros do STF não têm um chefe, porque eles precisam ter independência para julgar sem medo e de modo imparcial, isto é, sem favorecer ninguém.

"O STF tem um presidente ou presidenta, mas esse cargo não pertence para sempre a quem o ocupa, e sim por um prazo determinado", explica Marcella Martins Montandon, sócia do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados. "E o presidente do STF não pode mandar nos outros ministros, nem determinar como devem votar. Cada ministro tem independência para formar sua opinião."

Para ser ministro do STF é preciso ter mais de 35 anos e menos de 70 anos, bastante conhecimento do direito e das leis, além de uma trajetória profissional relevante. O advogado João de Carvalho Magalhães, do mesmo escritório da Marcella, explica o caminho para se chegar a esse cargo.

"Primeiro, o presidente da República indica alguém. Depois, o indicado passa por uma sessão de perguntas e respostas no Senado. Seu nome precisa ser aprovado pela maioria absoluta, ou seja, por pelo menos 41 dos 81 senadores. Só depois disso é que ocorre a nomeação pelo presidente."

Não ter um chefe faz com que os ministros do STF não possam ser demitidos. "Um ministro não pode perder o cargo simplesmente porque uma autoridade não gostou de uma decisão que ele tomou. Mas isso não significa que eles estejam acima da lei", diz.

Por exemplo, se um ministro praticar crime, os membros do Senado podem tirá-lo do cargo por meio de um processo que é chamado de impeachment. "Ou isso ou o próprio STF pode julgá-lo. Mas nada disso aconteceu até hoje nos mais de 130 anos de história", afirma o professor Conrado.

No dia a dia, o trabalho de um ministro ou ministra do STF envolve decidir os casos que chegam até eles, e que estão entre os mais importantes do país. "Também envolve se comportarem de modo exemplar. Assim, eles conquistam confiança e suas decisões são obedecidas. É uma tarefa intelectual e moral ao mesmo tempo", diz Conrado.

STF/Divulgação

Entenda como o STF funciona e como é o trabalho dos ministros.

Montandon explica ainda que os ministros não trabalham necessariamente sete dias por semana, ou em todas as sessões todos os dias. O tribunal tem dias de expediente e um calendário de sessões. "No entanto, o trabalho de um ministro não acontece apenas durante as sessões. Fora do plenário, é preciso estudar processos, preparar votos e decisões, analisar pedidos e participar de reuniões."

As sessões todo mundo conhece: são aquelas imagens desses homens e da única mulher ministra do STF atualmente, Cármen Lúcia, reunidos em uma mesa vestindo capas pretas, que são seus uniformes. Também é conhecido de todos o jeito muitas vezes pomposo de falar nessas reuniões.

Conrado Hübner acha que isso poderia mudar. "As pessoas dessa profissão se preocupam muito com parecer inteligentes. Acham que palavras difíceis impressionam e, assim, exercem autoridade de um modo mais preguiçoso, menos democrático. Não é uma falha só deles, é um jeito de ser no mundo jurídico. Palavras empoladas não têm nada a ver com a linguagem técnica, são pura bobagem", diz.

É curioso, aliás, que eles até discutam entre si desse jeito formal. O que nos leva a pensar se eles todos são amigos fora do STF (embora não seja preciso ser amigo para trabalhar junto).

"Alguns deles se odeiam, outros se amam. Mas o que importa é a obrigação de levarem seus colegas a sério e de tomarem decisões em conjunto", diz Conrado. "Eles precisam ter maturidade e coragem para resistir às tentações do dinheiro, dos falsos amigos, dos interesses familiares. Se falharem nessa missão, nós que ficamos em perigo. (Com informações do jornal A Folha de S. Paulo)

Príncipe William revela as duas profissões que gostaria de ter seguido se não tivesse que ser rei.

Reprodução

Futuro rei da Inglaterra contou ainda ser fã do reality show "The Traitors" e do cinema de Christopher Nolan.

O príncipe William poderia ter sido policial ou DJ se não estivesse destinado a ser rei da Inglaterra, confessou ele durante uma participação surpresa no The Graham Norton Show, um programa da BBC transmitido na noite de sexta-feira.

O filho mais velho do rei Charles III, de 44 anos, participou no programa para promover o prêmio ambiental Earthshot Prize, que criou em 2020 e cujo vencedor de 2026 será anunciado em 17 de novembro em Mumbai, na Índia.

Ao lado do príncipe herdeiro, estavam a atriz australiana Cate Blanchett, a atriz britânica Hannah Waddingham e o ativista ambiental Robert Irwin, todos ligados ao Earthshot Prize.

Entre as confidências que fez durante o programa, William reconheceu que, quando era jovem, sonhava com uma carreira profissional muito diferente. "Eu realmente queria ser policial quando era mais jovem. Achava que poderia ser um bom policial", declarou, acrescentando que também houve "uma fase" em que cogitou se tornar DJ.

Confessou, ainda, ser fã do reality show The Traitors, um concurso televisivo da BBC em que os participantes precisam desmascarar os "traidores", escolhidos em segredo dentro do grupo.

"Eu adoro, toda a família adora. Charlotte e Louis são obcecados pelo programa", declarou. Ao ser questionado sobre seus momentos de relaxamento, o príncipe destacou a música e o cinema. "Adoro mergulhar em filmes que fazem você pensar", explicou.

Também se declarou um grande admirador do diretor Christopher Nolan e mencionou, em particular, sua trilogia Batman: O Cavaleiro das Trevas.

Stevie Wonder pede que ex-noiva seja despejada de imóvel onde mora de graça.

Stevie Wonder, de 76 anos, entrou com uma ação judicial para retirar a ex-noiva, Carmen Efferson, de uma propriedade sua em Los Angeles, nos Estados Unidos, onde ela vive desde 1988 sem pagar aluguel, segundo documentos judiciais divulgados pela imprensa no exterior. O processo foi protocolado na quinta-feira, no Tribunal Superior de Los Angeles, e solicita o encerramento do acordo verbal que permitiu a permanência da mulher no imóvel.

Segundo a ação obtida pelo jornal Los Angeles Times, os dois teriam combinado verbalmente, em 1988, que ela poderia morar na residência sem custos mensais. A disputa teria começado em julho deste ano, quando advogados do músico solicitaram acesso ao imóvel para fazerem uma inspeção de manutenção do seguro da propriedade.

Em um e-mail enviado em 25 de julho, a mulher teria afirmado que se sentia "assediada" e que não autorizava a entrada de representantes do cantor. Em outra mensagem, ela teria ameaçado chamar a polícia caso alguém tentasse entrar na residência sem sua permissão. Quando se recusou a receber os representantes do ex, ela recebeu uma notificação para deixar a mansão em 30 dias – e teria ignorado o pedido.

Os profissionais da lei alegam que a falta de acesso prejudicou a manutenção da cobertura do seguro e pedem que a Justiça encerre o acordo de ocupação, além de honorários advocatícios e indenização prevista na legislação da Califórnia. O processo ainda deverá ser analisado pela Justiça, e não havia decisão sobre o despejo até a publicação da reportagem do veículo.

Reprodução

Cantor entrou com ação na Justiça nos EUA, após ex-companheira se recusar a permitir uma inspeção na residência onde vive há 38 anos.

Primeiro álbum de Taylor Swift completa 20 anos.

Divulgação

Lançado em 2006, disco de estreia da cantora apresentou sucessos como "Tim McGraw", "Our Song" e "Teardrops on My Guitar".

O primeiro álbum de estúdio de Taylor Swift, 36 anos, completa 20 anos no sábado (24). Lançado em 2006, quando a cantora tinha apenas 16 anos, o disco autointitulado marcou sua estreia na indústria musical e apresentou sucessos como "Tim McGraw", "Our Song" e "Teardrops on My Guitar".

Com 11 faixas em sua edição original, o disco lançado pela gravadora Big Machine Records apresentou ao mundo o estilo de composição confessional que se tornaria uma das principais marcas da carreira da norte-americana.

Gravado enquanto Swift ainda cursava o ensino médio, o álbum mistura elementos tradicionais do country com influências do pop e letras inspiradas nas experiências da adolescência.

Relembre o primeiro disco de Taylor Swift

O disco inicia com o single "Tim McGraw", que, inclusive, foi a primeira canção lançada pela estrela na carreira. A música, que leva o nome de um famoso cantor country, fala sobre um amor juvenil que precisaria terminar para os envolvidos seguirem caminhos diferentes. "Quando você pensar em Tim McGraw, espero que você pense em mim", canta a estrela.

Outro destaque é "Teardrops on My Guitar", uma balada sobre um amor não correspondido. Inspirada em uma experiência real da adolescência de Swift, a música acompanha a frustração de uma garota apaixonada por um amigo que tem sentimentos por outra pessoa.

"Our Song" apresenta uma atmosfera mais descontraída e otimista, retratando um casal que encontra sua própria música nos pequenos momentos do relacionamento. O single chegou ao primeiro lugar da parada Hot Country Songs, da Billboard, fazendo da artista a pessoa mais jovem a escrever e interpretar sozinha uma canção que alcançou o topo da lista.

"Picture to Burn" mostrou um lado mais "provocador" da artista, que já ia além das baladas românticas desde o primeiro trabalho. Entre os outros sucessos do projeto também está "Should've Said No", que aborda uma traição e a decisão de não perdoar o antigo parceiro. Com uma sonoridade mais intensa, a música também conquistou o primeiro lugar na parada country da Billboard.

Regravação do álbum?

Duas décadas depois do lançamento, o primeiro trabalho da cantora também segue despertando a curiosidade dos fãs por conta de uma possível regravação.

Em maio de 2025, Taylor Swift revelou, em uma carta publicada em seu site oficial, que já havia regravado integralmente seu álbum de estreia, embora não tenha esclarecido se pretende lançar a nova versão.

A declaração aconteceu em meio à recuperação dos direitos sobre suas gravações originais, após anos de disputas envolvendo os primeiros seis álbuns de sua carreira.

Desde então, fãs especulam sobre a possibilidade de lançamento de "Taylor Swift (Taylor's Version)", especialmente em razão do aniversário de 20 anos do disco. Até o momento, no entanto, não há confirmação oficial de que Taylor irá aproveitar a data.

Macaulay Culkin se surpreende com desenho do filho: "Um pouco de inveja".

Reprodução/Instagram

Ator revelou, em tom bem-humorado, que ficou impressionado com uma recente criação artística de seu filho de 5 anos.

O artista Macaulay Culkin, 46 anos, noivo da atriz Brenda Song, 38 anos, compartilhou atualizações sobre seu filho, que tem apenas 5 anos, demonstrando estar orgulhoso e surpreso de suas habilidades artísticas.

Em uma publicação feita em suas redes na quinta (22), o ator compartilhou uma foto de um desenho que seu filho, Dakota, 5, fez em seu Instagram, brincando, dizendo-se sentir com "um pouco de inveja".

"Quando seu filho de 5 anos faz uma obra de arte que te deixa com um pouco de inveja...", escreveu ele na legenda da foto. Além de Dakota, o casal tem mais um filho, Carson, que nasceu em 2022. Em uma recente entrevista para o site Bustle, o casal relatou que tenta protegê-los dos holofotes a todo custo.

"Meu filho perguntou: 'Por que aquele homem está tirando fotos suas, mamãe?'", Brenda relembrou de uma ocasião em que foi fotografada em um jogo de futebol. "Poderiam tirar fotos minhas o dia todo. Eu não me importaria. Mas, quando são seus filhos, é diferente. Eles não pediram por essa vida", compartilhou a atriz.

Além de compartilhar sua preocupação com a exposição de seus filhos, a artista disse que, em alguns momentos, essas situações a fizeram acreditar que está criando bem seus filhos, como, por exemplo, o momento em que Culkin a pediu em casamento.

"Então, em agosto passado, o Mack meio que me pediu em casamento de novo, e foi muito fofo", lembrou Brenda sobre Culkin em um episódio recente do podcast "Not Gonna Lie", de Kylie Kelce. "Eu estava voltando da Running Point e minha mãe me mandou uma mensagem. Ela perguntou: 'Você está usando maquiagem?' E eu fiquei tipo: 'O quê?!".

"Havia flores por toda a porta da frente, junto com meus dois filhos, e eu cheguei perto e pensei: 'Meu Deus'", disse a atriz. Então ela revelou que o ator pediu ajuda de seus filhos no pedido de casamento.

"Ele olhou para os meus filhos e disse: 'Ok, o que vocês dizem para a mamãe?'", contou Brenda. "E o meu caçula respondeu: 'Casa dos Rams!' Porque ele está tão acostumado a eu responder aos chamados. Ele está acostumado a me ouvir perguntar: 'Quem está em casa?' 'Casa dos Rams!' Eu eduquei bem os meus filhos."

O fato de eles se referirem aos "Rams" é porque Brenda é fã dos "Los Angeles Rams" e do "Los Angeles Lakers", que são times profissionais de futebol americano.

Kim Kardashian e Paris Hilton tiveram desavenças sobre entrevista, diz site.

Reprodução/Instagram

Empresária norte-americana teria recusado contribuir em novo livro biográfico sobre a vida da advogada do clã Kardashian-Jenner.

Uma nova tensão entre Kim Kardashian, 46 anos, e Paris Hilton, 45 anos, estaria surgindo nos bastidores do novo livro biográfico sobre a vida de Kim, "Cidadã Kim: A Mulher que Criou o Futuro". A informação é do portal The Hollywood Reporter.

Recentemente, Jonathan Van Meter, autor da obra, disse ao site norte-americano que Paris teria aceitado e desmarcado diversas vezes um bate-papo para contribuir com a narrativa da produção que conta a vida da advogada.

O escritor ainda disse que precisou entrar em contato com a equipe de Paris, enquanto que, "para outras celebridades, Kim só precisava enviar uma mensagem de texto", perguntando se elas poderiam colaborar com o livro.

"Enviei perguntas, entrei em contato com o assistente de Paris, e então a entrevista foi cancelada 17 vezes ao longo de cerca de quatro meses", declarou Van Meter. Depois das diversas recusas inesperadas, Jonathan relatou o ocorrido para a Kardashian, que teria ficado "muito brava" ao saber sobre o "incidente".

"No fim, achei os cancelamentos mais interessantes do que qualquer coisa que ela pudesse me dizer. Kim ficou furiosa quando contei para ela. Parece que isso reacendeu alguma antiga irritação entre elas. A criação se voltando contra o criador", afirmou.

Até o momento, nenhuma das celebridades envolvidas no caso comentou sobre o ocorrido e ainda não há mais informações sobre possíveis falas de Paris no texto biográfico.

Clã Kardashian-Jenner e a sucessora de Kris

Durante a entrevista recente, além de comentar sobre a situação com a empresária, o autor também detalhou seu contato com as irmãs de Kim: Kourtney, Khloe, Kendall e Kylie. Contando sobre o processo para falar com elas, Jonathan disse que Kourtney foi a que mais levou tempo para conversar com ele. Por outro lado, Khloe foi "a primeira a entrar na brincadeira".

"Kim e Kourtney podem ser cruéis uma com a outra. Kim e Khloé são genuinamente próximas. Kendall e Kylie são tão mais novas que Kim; ela sente quase um orgulho maternal por elas. Ela me disse uma vez: 'Minha mãe cometeu todos os seus erros comigo. Quando chegou a vez de Kylie, ela já tinha aperfeiçoado a técnica'", relatou.

Ainda sobre a família, o escritor também revelou que Kim já sente estar se preparando para assumir o papel de matriarca do clã Kardashian-Jenner como sucessora de sua mãe, Kris Jenner. "Em Malibu, em 2024, ela me disse: 'Sou eu quem impulsiona todo mundo. Sou eu. Não é minha mãe'", finalizou.

"No início da minha carreira, sucesso era ter carteira assinada", diz Fátima Bernardes.

Divulgação

De acordo com a apresentadora, o amadurecimento e as conquistas profissionais e pessoais foram determinantes para seu olhar para o sucesso mudasse.

Fátima Bernardes, de 64 anos, não esconde a satisfação com a boa repercussão do podcast Cá entre nós, atração que apresenta com a filha Bia Bonemer, de 28, em seu canal no YouTube. Depois de uma primeira temporada com o tema maternidade, mãe e filha trouxeram o sucesso para o centro das discussões na segunda temporada da atração.

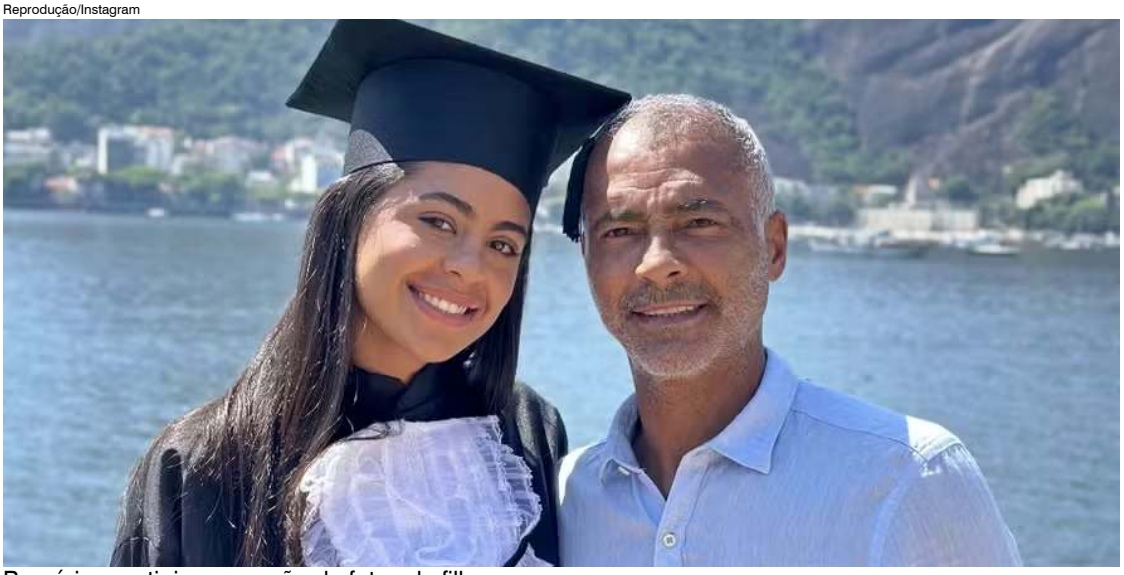
De acordo com a apresentadora, o amadurecimento e as conquistas profissionais e pessoais foram determinantes para seu olhar para o sucesso mudasse. "No início da minha carreira, a definição de sucesso era ter minha carteira assinada e estar trabalhando no jornal O Globo. Depois, o sucesso foi chegar na TV. Mais para frente, o sucesso foi sair do noticiário local e participar dos telejornais em rede . Depois, quis apresentar. O sucesso vai mudando."

Consolidada na carreira e longe do compromisso de estar diariamente nos estúdios de TV, Fátima atualmente se considera bem-sucedida pela autonomia em decisões profissionais.

"Hoje em dia, o sucesso está associado à possibilidade de escolha e liberdade de tempo. É muito bom escolher o projeto que você quer fazer e como ele vai se encaixar na sua vida. Continuo me dedicando ao trabalho, mas escolho o que quero fazer, e aos filhos, conciliando maneiras de ver esse povo (risos)", diz ela, que é mãe dos trigêmeos Beatriz, Laura e Vinicius, do casamento com o ex-marido, o jornalista William Bonner, primeiro convidado da temporada. Enquanto Bia mora no Rio de Janeiro, Vinicius e Laura vivem na França.

Romário participa de sessão de fotos de formatura de filha: "Que orgulho".

Reprodução/Instagram



Romário prestigiou a sessão de fotos da filha.

Romário, de 60 anos, reuniu parte da família em um momento especial no sábado (24). O ex-jogador participou da sessão de fotos para o álbum de formatura da filha Isabella Faria, de 23 anos, aos pés do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. A jovem está prestes a concluir a graduação em Publicidade e Marketing na ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing).

Nas redes sociais, o senador compartilhou registros do ensaio e fez uma declaração à filha. "Hoje é o dia das fotos da formatura dela. Publicidade & Marketing na ESPM. Parabéns, meu amor. Que orgulho saber que você está se realizando", escreveu.

Irmãs de Isabella, Moniquinha e Ivy Faria também marcaram presença na sessão. Ao publicar uma foto com as filhas, Romário se declarou: "Amores da minha vida". Isabella é filha do ex-jogador com a farmacêutica Isabella Bittencourt, assim como Ivy, de 21 anos. Já Moniquinha, de 35, e Romarinho, de 33, são filhos de Romário com Mônica Santoro, sua primeira esposa.

O ex-atacante também é pai de Danielle Favatto, de 28 anos, fruto de seu relacionamento com Danielle Favatto, e de Raphael, de 24, filho do ex-jogador com a atriz Edna Velho.

Nattu Wild: quando alimentação natural, sustentabilidade e bem-estar caminham juntos.

Quem convive com cães e gatos sabe que a alimentação deixou de ser apenas uma questão de saciar a fome. Cada vez mais, tutores buscam produtos capazes de oferecer qualidade nutricional, ingredientes selecionados e benefícios que contribuam para uma vida mais saudável e longeva para seus companheiros de quatro patas.

Essa tendência ficou evidente durante o Medvep 4 em 1, um dos principais encontros da medicina veterinária do País, onde a PremieRpet apresentou a nova linha Nattu Wild, desenvolvida para unir nutrição super premium natural, sustentabilidade e valorização da biodiversidade brasileira.

A novidade amplia o portfólio da marca Nattu, conhecida por sua proposta de alimentação natural para cães e gatos, e acompanha um movimento crescente entre consumidores que desejam entender melhor a origem dos ingredientes e o impacto ambiental de suas escolhas.

O que chama a atenção na nova linha é a combinação entre proteína de frango certificada e livre de antibióticos, superfoods e antioxidantes naturais. O conceito segue uma tendência mundial que busca aproximar a alimentação dos pets de padrões cada vez mais naturais e equilibrados.

Na prática, isso significa uma formulação que prioriza ingredientes de alta densidade nutricional, capazes de fornecer nutrientes importantes sem excessos desnecessários. Para os tutores, representa a possibilidade de oferecer uma alimentação mais próxima dos conceitos modernos de bem-estar animal.

Mas a proposta da Nattu Wild vai além da nutrição. A nova linha foi criada com foco na valorização da biodiversidade brasileira, reforçando um aspecto que vem ganhando espaço no mercado pet: a preocupação com a sustentabilidade.

A relação entre seres humanos e animais de estimação mudou profundamente nos últimos anos. Hoje, cães e gatos são vistos cada vez mais como membros da família, e isso influencia diretamente as decisões de compra. Os tutores observam rótulos, pesquisam ingredientes, procuram orientação profissional e valorizam empresas que demonstram compromisso com questões ambientais e sociais.

Divulgação

Ana Duprat, Head de Relacionamento Científico da PremieRpet.

Não por acaso, produtos naturais e super premium estão entre os segmentos que mais crescem no mercado pet. O consumidor moderno busca algo além da alimentação convencional. Ele procura qualidade, confiança e transparência.

Nesse contexto, lançamentos como a Nattu Wild representam uma resposta às novas demandas do setor. A combinação entre ingredientes naturais, proteína certificada e compromisso ambiental dialoga diretamente com um público que deseja cuidar da saúde dos animais sem deixar de lado a responsabilidade com o planeta.

A apresentação da novidade durante um evento voltado a médicos-veterinários e especialistas também reforça a importância que a nutrição vem ganhando dentro dos cuidados preventivos com cães e gatos. Afinal, uma alimentação equilibrada continua sendo um dos pilares fundamentais para promover qualidade de vida em todas as fases da vida dos pets.

Mais do que uma nova linha de alimentos, a Nattu Wild chega ao mercado representando uma tendência que parece cada vez mais consolidada: a busca por produtos que unam ciência, natureza e sustentabilidade em benefício dos animais de estimação e das famílias que convivem com eles.)por Gisele Flores)

PREFEITOS DE CIDADES GAÚCHAS:

PORTO ALEGRE

SEBASTIÃO MELO (MDB)
recebeu 49,72% dos votos no primeiro turno e 61,53% dos votos no segundo turno.

NOVO HAMBURGO

GUSTAVO FINCK (PP)
eleito com 53,32% dos votos

SÃO LEOPOLDO

DELEGADO HELIOMAR (PL)
eleito com 51,24% dos votos

GRAVATAÍ

LUIZ ZAFFALON (PSDB)
reeleito com 51,17% dos votos

RIO GRANDE

DARLENE TORRADA PT)
eleita com 49,13% dos votos

PASSO FUNDO

PEDRO ALMEIDA (PSD)
reeleito com 42,66% dos votos

ALVORADA

DOUGLAS MARTELLO (PL)
eleito com 32,83% dos votos

CANOAS

AIRTON SOUZA (PL)
recebeu 35,26% dos votos no primeiro turno e 52,12% dos votos no segundo turno.

SAPUCAIA DO SUL

NESTOR BERNARDES (UNIÃO)

SANTA CRUZ DO SUL

SÉRGIO MORAES (PL)
eleito com 47,13% dos votos

BENTO GONÇALVES

DIOGO SIQUEIRA (PSDB)
eleito com 65,88% dos votos

BAGÉ

LUIZ FERNANDO MAINARDI (PT)
eleito com 51,71% dos votos

URUGUAIANA

CARLOS DELGADO (PP)
eleito com 51,71% dos votos

ERECHIM

PAULO PÓLIS (MDB)
reeleito com 50,74% dos votos

GUAÍBA

CLAUDINHA JARDIM (PL)

ESTEIO

FELIPE COSTELLA (PL)
eleito com 48,23% dos votos

ELDORADO DO SUL

JULIANA CARVALHO (PSDB)
eleita com 50,91% dos votos

SANTA MARIA

RODRIGO DÉCIMO (PSDB)
recebeu 25,86% dos votos no primeiro turno e 54,50% dos votos no segundo turno.

CAXIAS DO SUL

ADILÓ DIDOMÊNICO (PSDB)
recebeu 27,5% dos votos no primeiro turno e 51,38% dos votos no segundo turno.

VIAMÃO

RAFAEL BORTOLETTI (PSDB)
eleito com 48,49% dos votos

PELOTAS

FERNANDO MARRONI (PT)
recebeu 39,60% dos votos no primeiro turno e 50,36% dos votos no segundo turno.

Fotos: Divulgação

O SUL

VEREADORES DE PORTO ALEGRE:

Presidente

Moises Barboza (PSDB)
- 8.603 votos - Reeleito

Jesse Sangalli (PL)
- 22.966 votos - Reeleito

Karen Santos (PSOL)
- 20.207 votos - Reeleita

Ramiro Rosário (Novo)
- 16.450 votos - Reeleito

Grazi Oliveira (PSOL)
- 14.321 votos - Eleita

Giovane Byl (Podemos)
- 12.115 votos - Reeleito

Pedro Ruas (PSOL)
- 12.070 votos - Reeleito

Roberto Robaina (PSOL)
- 10.033 votos - Reeleito

Comandante Nádia (PL)
- 18.010 votos - Reeleita

Jonas Reis (PT)
- 8.235 votos - Reeleito

José Freitas (Republicanos)
- 6.746 votos - Reeleito

Marcelo Bernardi (PSDB)
- 7.759 votos - Reeleito

Tiago Albrecht (Novo)
- 7.615 votos - Reeleito

Alexandre Bublitz (PT)
- 7.144 votos - Eleito

Gilson Padeiro (PSDB)
- 7.070 votos - Reeleito

Fernanda Barth (PL)
- 7.063 votos - Reeleita

Juliana de Souza (PT)
- 6.261 votos - Eleita

Marcos Felipi (Cidadania)
- 6.618 votos - Eleito

Mariana Lescano (Progressistas)
- 6.389 votos - Eleita

Claudia Araujo (PSD)
- 6.321 votos - Reeleita

Marcio Bins Ely (PDT)
- 6.296 votos - Reeleito

Tanise Sabino (MDB)
- 6.270 votos - Reeleita

Giovani Culau e Coletivo (PCdoB)
- 4.902 votos - Reeleito

Rafael Fleck (MDB)
- 5.908 votos - Eleito

Vera Armando (Progressistas)
- 5.693 votos - Eleita

Mauro Pinheiro (Progressistas)
- 5.661 votos - Reeleito

Erick Dênil (PCdoB)
- 5.376 votos - Eleito

Professor Vitorino (MDB)
- 5.315 votos - Eleito

Coronel Ustra (PL)
- 2.669 votos - Eleito

Aldacir Oliboni (PT)
- 4.869 votos - Reeleito

Natasha (PT)
- 4.718 votos - Eleita

Carlo Carotenuto (Republicanos)
- 4.644 votos - Eleito

Atena (PSOL)
- 4.260 votos - Eleita

Hamilton Sossmeier (Podemos)
- 4.053 votos - Reeleito

Fotos: Divulgação

O SUL

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

SECRETÁRIOS DE ESTADO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL:

Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação

Márcio Madalena

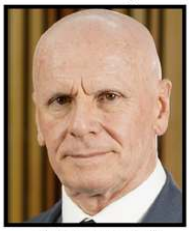
Casa Civil

Ranolfo Vieira Junior

Casa Militar

Cel. Luciano Chaves Boeira

Comunicação



Caio Tomazeli

Cultura

André Kryszczun

Desenvolvimento Econômico

Leandro Evaldt

Desenvolvimento Rural

Gustavo Paim

Desenvolvimento Social

Gustavo Segabinazzi Saldanha

Educação

Raquel Teixeira

Esporte e Lazer

Joel Maraschin

Extraordinário Geral

Artur Lemos

Fazenda

Priscilla Maria Santana

Habitação e Regularização Fundiária

Bruno Silveira

Inovação, Ciência e Tecnologia

Lisiane Lemos

Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Fabricio Guazzelli Peruchin

Logística e Transporte

Clovis Garcez Magalhães

Meio Ambiente e Infraestrutura

Isa Carla Osterkamp

Mulher

Ana Costa

Obras Publicas

Izabel Matte

Planejamento, Governança e Gestão

Danielle Calazans

Reconstrução Gaúcha

Pedro Capeluppi

Saúde

Lisiane Wasem Fagundes

Segurança Pública

Mário Ikeda

Sistemas Penal e Socioeducativo

César Atílio Kurtz Rossato

Trabalho e Desenvolvimento Profissional

José Scorsatto

Turismo

Raphael Ayub

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL:

Eduardo Uhlein
Presidente

Cláudio Luís Martinewski
1º Vice-presidente

Rosane Wanner da Silva Bordasch
2ª Vice-presidente

Ana Paula Dalbosco
3ª Vice-presidente

Ricardo Pippi Schmidt
Corregedor-Geral da Justiça

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:

Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez
Presidente

Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard
Vice-Presidente

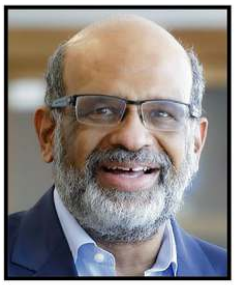
Claudio Dutra Fontella
Procurador Regional Eleitoral

LIDERANÇAS GAÚCHAS:

BANRISUL

Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

BRDE



Renê de Oliveira Garcia Júnior
Presidente

BADESUL

Robson Diego Ferreira
Presidente

FARSUL

Domingos Velho Lopes
Presidente

FIERGS

Claudio Bier
Presidente

FECOMÉRCIO

Luiz Carlos Bohn
Presidente

FEDERASUL

Rodrigo Sousa Costa
Presidente

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

Luciano Hocsman
Presidente

GRÊMIO

Odorico Roman
Presidente

INTERNACIONAL

Alessandro Barcellos
Presidente

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Fernando Quadros da Silva (Presidente do TRF)

João Batista Pinto Silveira (Vice-presidente do TRF)

Vânia Hack de Almeida (Corregedora da Justiça Federal)

Álvaro Eduardo Junqueira

Amaury Chaves de Athayde

Amir José Finocchiaro Sarti

Antônio Albino Ramos de Oliveira

Ari Pargendler

Cal Garcia

Cândido Alfredo Silva Leal Junior

Carlos Antonio Rodrigues Sobrinho

Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Celso Kipper

Dirceu de Almeida Soares

Edgard Antônio Lippmann Júnior

Élcio Pinheiro de Castro

Eli Goraieb

Ellen Gracie Northfleet

Fábio Bittencourt da Rosa

Fernando Quadros da Silva

Gilson Dipp

Hervandil Fagundes

João Surreaux Chagas

Joel Ilan Paciornik

Jorge Antonio Maurique

José Almada de Souza

José Fernando Jardim de Camargo

José Luiz Borges Germano da Silva

José Morschbacher

Luciane Amaral Corrêa Münch

Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Luiz Carlos de Castro Lugon

Luiz Dória Furquim

Luiz Fernando Wowk Penteado

Luiza Dias Cassales

Manoel Eugenio Marques Munhoz

Manoel Lauro Volkmer de Castilho

Márcio Antônio Rocha

Marga Inge Barth Tessler

Maria de Fátima Freitas Labarrère

Maria Lúcia Luz Leiria

Néfi Cordeiro

Nylson Paim de Abreu

Osvaldo Moacir Alvarez

Otavio Roberto Pamploma

Paulo Afonso Brum Vaz

Pedro Máximo Paim Falcão

Ricardo Teixeira do Valle Pereira

Rogerio Favreto

Rômulo Pizzolatti

Ronaldo Luiz Ponzi

Silvia Maria Gonçalves Goraieb

Silvio Dobrowolski

Tadaaqui Hirose

Tânia Terezinha Cardoso Escobar

Teori Albino Zavascki

Valdemar Capeletti

Victor Luiz dos Santos Laus

Vilson Darós

Virgínia Amaral da Cunha Sheibe

Vladimir Passos de Freitas

Wellington Mendes de Almeida

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 48 DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO:

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

PRESIDENTES DE COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comissão de Transportes

Maurício Neves (PP-SP)

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Paulo Azi (União Brasil-BA)

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Filipe Barros (PL-PR)

Comissão de Saúde

Zé Vitor (PL-MG)

Comissão de Ciência e Tecnologia

Ricardo Barros (PP-PR)

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Bacelar (PV-BA)

Comissão de Finanças e Tributação

Rogério Correia (PT-MG)

Comissão de Minas e Energia

Diego Andrade (PSD-MG)

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Elcione Barbalho (MDB-PA)

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Lafayette de Andrada (Republicanos-MG)

Comissão de Educação

Maurício Carvalho (União-RO)

Comissão de Trabalho

Leo Prates (PDT-BA)

Comissão de Defesa do Consumidor

Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Comissão de Integração e Desenvolvimento Regional

Yandra Moura (União-SE)

Comissão de Indústria, Comércio e Serviços

Beto Richa (PSDB-PR)

Comissão de Esporte

Laura Carneiro (PSD-RJ)

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Célia Xakriabá (PSOL-MG)

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoa Idosa

Zé Silva (Solidariedade-MG)

Comissão de Cultura

Denise Pessôa (PT-RS)

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Rodolfo Nogueira (PL-MS)

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

Reimont (PT-RJ)

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência

Duarte Jr. (PSB-MA)

Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais

Dandara (PT-MG)

Comissão de Turismo

Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG)

Comissão de Comunicação

Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF)

Comissão de Legislação Participativa

Fred Costa (PRD-MG)

Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família

Ruy Carneiro (Pode-PB)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL:

Presidente
Davi Alcolumbre
(União Brasil)

1º Vice-Presidente
Altineu Cortês
(PL)

2º Vice-Presidente
Humberto Costa
(PT)

1º Secretário
Carlos Veras
(PT)

2º Secretário
Confúcio Moura
(MDB)

3ª Secretária
Delegada Katarina
(PSD)

4º Secretário
Laércio Oliveira
(Progressistas)

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL:

Presidente
Davi Alcolumbre
(União Brasil)

1º Vice-Presidente
Eduardo Gomes
(PL)

2º Vice-Presidente
Humberto Costa
(PT)

1ª Secretária
Daniella Ribeiro
(PSD)

2º Secretário
Confúcio Moura
(MDB)

3ª Secretária
Ana Paula Lobato
(PDT)

4º Secretário
Laércio Oliveira
(Progressistas)

1º Suplente
Chico Rodrigues
(União Brasil)

2º Suplente
Mecias Jesus
(Republicanos)

3º Suplente
Styvenson Valentim
(PSDB)

4º Suplente
Soraya Thronicke
(Podemos)

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Presidência
Hugo Motta
(Republicanos/PB)

1ª Vice-Presidência
Altineu Cortês
(PL/RJ)

2ª Vice-Presidência
Elmar Nascimento
(União/BA)

1ª Secretaria
Carlos Veras
(PT/PE)

2ª Secretaria
Lula da Fonte
(PP/PE)

3ª Secretaria
Delegada Katarina
(PSD/SE)

4ª Secretaria
Sergio Souza
(MDB/PR)

SUPLÊNCIA DA MESA DIRETORA:

1º Suplente
Antonio Carlos Rodrigues
(PL/SP)

2º Suplente
Paulo Folletto
(PSB/ES)

3º Suplente
Dr. Victor Linhalis
(PODE/ES)

4º Suplente
Paulo Alexandre Barbosa
(PSDB/SP)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO GOVERNO FEDERAL:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Jorge Rodrigo Araújo Messias

AGRICULTURA

André de Paula

CASA CIVIL

Miriam Belchior

CIDADES

Antônio Vladimir Lima

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Luciana Santos

COMUNICAÇÕES

Frederico de Siqueira Filho

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Vinicius Marques de Carvalho

CULTURA

Margareth Menezes

DEFESA

José Múcio

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Fernanda Machiavelli

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Wellington Dias

DIREITOS HUMANOS

Janine Mello dos Santos

EDUCAÇÃO

Leonardo Barchini

EMPREENDEDORISMO

Tadeu de Alencar

ESPORTES

Paulo Henrique Perna

FAZENDA

Dario Durigan

GESTÃO

Esther Dweck

IGUALDADE RACIAL

Rachel Barros de Oliveira

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Márcio Elias Rosa

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Waldez Góes

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Wellington César Lima e Silva

MEIO AMBIENTE

João Paulo Ribeiro Capobianco

MINAS E ENERGIA

Alexandre Silveira

MULHERES

Márcia Lopes

PESCA

Rivetla Édipo Araújo Cruz

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Bruno Moretti

PORTOS E AEROPORTOS

Tomé Barros

POVOS INDÍGENAS

Eloy Terena

PREVIDÊNCIA

Wolney Queiroz

RELAÇÕES EXTERIORES

Mauro Vieira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Gleisi Hoffmann

SAÚDE

Alexandre Padilha

SECOM

Sidônio Palmeira

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Márcio Macêdo

TRABALHO

Luiz Marinho

TRANSPORTES

George Santoro

TURISMO

Gustavo Feliciano

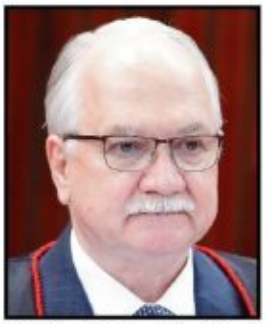
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 10 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente



Luiz Edson Fachin
Nomeação: Dilma Rousseff (PT)
Posse: Julho de 2015
Aposentadoria compulsória: Fevereiro de 2033

Vice-Presidente

Alexandre de Moraes
Nomeação: Michel Temer (MDB)
Posse: Março de 2017
Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2043

André Mendonça
Nomeação: Jair Bolsonaro (PL)
Posse: Dezembro de 2021
Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2047

Cármen Lúcia
Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Junho de 2006
Aposentadoria compulsória: Abril de 2029

Cristiano Zanin
Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Outubro de 2023
Aposentadoria compulsória: Novembro de 2050

Dias Toffoli
Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Novembro de 2009
Aposentadoria compulsória: Março de 2042

Flávio Dino
Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Posse: Fevereiro de 2024
Aposentadoria compulsória: Abril de 2043

Gilmar Mendes
Nomeação: Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
Posse: Junho de 2002
Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2030

Luiz Fux
Nomeação: Dilma Rousseff (PT)
Posse: Março de 2011
Aposentadoria compulsória: Abril de 2028

Nunes Marques
Nomeação: Jair Bolsonaro (sem partido à época)
Posse: Novembro de 2020
Aposentadoria compulsória: Fevereiro de 2047

Fotos: Divulgação

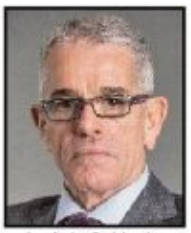
QUEM É QUEM NO BRASIL

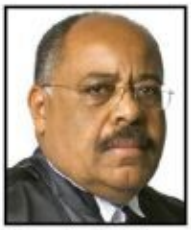
GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 32 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:

Antonio Carlos Ferreira

Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin


Antônio Saldanha Palheiro


Benedito Gonçalves

Carlos Augusto Pires Brandão

Daniela Teixeira

Fátima Nancy Andrighi

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes

Humberto Eustáquio Soares Martins

João Otávio de Noronha

Joel Ilan Paciornik

Luis Felipe Salomão

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Marco Aurélio Bellizze de Oliveira

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria Marluce Caldas Bezerra

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Mauro Luiz Campbell Marques

Messod Azulay Neto

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Paulo Sérgio Domingues

Raul Araújo Filho

Regina Helena Costa

Reynaldo Soares da Fonseca

Ricardo Villas Bôas Cueva

Rogerio Schietti Machado Cruz

Sebastião Alves dos Reis Júnior

Sérgio Luiz Kukina

Teodoro Silva Santos

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente

Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente

Aloysio Corrêa da Veiga

Alberto Bastos Balazeiro

Alexandre de Souza Agra Belmonte

Alexandre Luiz Ramos

Amaury Rodrigues Pinto Junior

Augusto César Leite de Carvalho

Breno Medeiros

Cláudio Mascarenhas Brandão

Delaíde Alves Miranda Arantes

Dora Maria da Costa

Douglas Alencar Rodrigues

Evandro Pereira Valadão Lopes

Guilherme Augusto Caputo Bastos

Hugo Carlos Scheuermann

Ives Gandra da Silva Martins Filho

José Roberto Freire Pimenta

Kátia Magalhães Arruda

Liana Chaib

Luiz José Dezena da Silva

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Maria Helena Mallmann

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Mauricio Godinho Delgado

Morgana de Almeida Richa

Sergio Pinto Martins

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 16 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM):

Presidente

Ministra
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Vice-Presidente

Ministro
José Coêlho Ferreira

Ministro
Anisio David de Oliveira Junior

Ministro
Artur Vidigal de Oliveira

Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira

Ministro
Carlos Vuyk de Aquino

Ministro
Celso Luiz Nazareth

Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros

Ministro
Flavio Marcus Lancia Barbosa

Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo

Ministro
José Barroso Filho

Ministro
Leonardo Punte

Ministro
Lourival Carvalho Silva

Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes

Ministro
Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Ministra
Verônica Abdalla Sterman

O STM integra a Justiça Militar, que, segundo a Constituição, julga crimes militares previstos no Código Penal Militar (CPM). O tribunal é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. A divisão das vagas é feita da seguinte forma: 3 almirantes da Marinha, 4 generais do Exército, 3 brigadeiros da Aeronáutica e 6 civis.

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Presidente

Vital do Rêgo Filho

Vice-Presidente

Jorge Antonio de Oliveira Francisco

Antonio Augusto Junho Anastasia

Aroldo Cedraz de Oliveira

Benjamin Zymler

Jhonatan Pereira de Jesus

João Augusto Ribeiro Nardes

Rodrigo Pacheco

Walton Alencar Rodrigues

Fotos: Divulgação